

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

**A ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES EM PROVÉRBIOS
DO PORTUGUÊS EM USO: uma análise das relações
retóricas**

Ana Clara Gonçalves Alves de Meira

Belo Horizonte
2011

Ana Clara Gonçalves Alves de Meira

**A ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES EM PROVÉRBIOS
DO PORTUGUÊS EM USO: uma análise das relações
retóricas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística Teórica e Descritiva.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva
Linha de Pesquisa: Estudo da Estrutura Gramatical da Linguagem
Orientadora: Profa. Dra. Maria Beatriz Nascimento Decat

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2011

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos

Dissertação intitulada “*A articulação de orações em provérbios do português em uso: uma análise das relações retóricas*” de autoria da mestranda Ana Clara Gonçalves Alves de Meira, aprovada pela banca examinadora constituída pelas seguintes professoras:

Profa. Dra. Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG)
Orientadora

Profa. Dra. Violeta Virginia Rodrigues (UFRJ)

Profa. Dra. Sônia Maria Oliveira Pimenta (UFMG)

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2011.

AGRADECIMENTOS

As pessoas são presentes de Deus, que nos ajudam a trilhar caminhos; deixam o fardo mais leve, quando pensamos que não daremos mais conta de prosseguir e tornam as nossas vitórias mais especiais, ao sabermos que estão torcendo pelo nosso sucesso.

Assim, agradeço a Deus, que esteve sempre ao meu lado, revestindo-me de força e coragem nos momentos mais difíceis.

Agradeço, também, às pessoas que foram presentes de Deus em minha vida. Então, não posso deixar de dizer *Muito Obrigada*:

à minha mãe, uma verdadeira guerreira que sempre acreditou em mim;

ao meu pai, pelo seu amor;

à tia Hélia (*in memoriam*), pelos ensinamentos eternos;

à tia Má, pelo cuidado constante;

ao Gu, à Bela e ao Bibi, pela acolhida no momento em que mais precisei;

à tia Mel, por estar sempre ao meu lado;

à vovó Jove (*in memoriam*), pela alegria de viver;

ao Fred, por ser um anjo em minha vida;

ao Pablo, pelos conselhos, pelas risadas, conversas no msn e por toda amizade;

ao Bê e à Paty, por todo carinho;

à Ana Flávia, por ter sido tão acolhedora;

às minhas amigas de Moc: Dani, Lu, Norma, Paty, Paula e Pri, por me compreenderem, mesmo quando eu trocava as festas pelos estudos;

aos meus amigos de BH: Igor, Fá, Saulo, Vi e Zaira, pela alegria e apoio;

à Arlete, por ser a minha grande mestra;

a toda família Gonçalves, tios e primos, por guiarem os meus passos e por me fazerem muito feliz;

à minha querida orientadora Beatriz, pelas oportunidades concedidas e pelas valiosas contribuições teóricas;

ao CNPQ, pela bolsa de estudos

e a todos aqueles que torceram por mim, uma vez mais: *Muito Obrigada!*

“Se as coisas são inatingíveis... ora, não é motivo para não querê-las...
que tristes os caminhos... se não fora a mágica presença das estrelas”.

Mário Quintana

RESUMO

Em Gramáticas Tradicionais e em obras de lingüística, observam-se estudos que focalizam a *coordenação* e a *subordinação* por meio de um ponto de vista sintático, permanecendo no âmbito frástico, o que justifica que novos encaminhamentos precisam ser realizados no tratamento das orações. Neste trabalho, pretende-se ressaltar a importância de analisar as orações tendo em vista os processos inferenciais, evidenciando, assim, as relações implícitas que emergem da articulação de cláusulas no discurso. É dado enfoque, então, à teoria funcionalista, já que essa procura observar a competência comunicativa não simplesmente como um processo de codificação e decodificação de expressões, mas também como a capacidade de o falante interpretar essas expressões em uma situação de uso. Partindo do funcionalismo, a análise é norteada pela Teoria da Estrutura Retórica (Rhetorical Structure Theory – RST –), destacando-se também as proposições relacionais, conforme apresentadas por Mann e Thompson (1983), que, discutindo o fenômeno de articulação de cláusulas, objetivam verificar como o texto funciona em termos de coerência. São aqui analisadas as cláusulas hipotáticas de realce em provérbios, os quais constituem o *corpus* do trabalho. Como procedimentos metodológicos, selecionaram-se vinte provérbios presentes em textos retirados de *sites* diversos da *internet*. Foram escolhidos aqueles que apresentavam orações em todas as partes do enunciado, tais como: *O amor é como a lua, quando não cresce, minguava*. Em seguida, realizou-se uma análise da estrutura retórica das orações que compõem os provérbios. Notou-se, nas análises, que as relações retóricas mais encontradas foram de circunstância, elaboração, contraste, condição e concessão e, para que essas relações fossem apreendidas, o contexto discursivo exerceu um papel fundamental. Acredita-se, então, que um estudo da hipotaxe de realce, enfocando as relações retóricas que emergem dessas orações, é importante, pois valoriza a interação sócio-comunicativa, com o propósito de revelar, também, os aspectos semânticos e pragmáticos e os seus efeitos no arcabouço da língua, considerada não como algo estático, mas sim como um fenômeno dinâmico.

Palavras-chave: Articulação de orações; Funcionalismo; Teoria da Estrutura Retórica; Provérbios.

ABSTRACT

In Traditional Grammars and linguistic works, we find studies that focus on coordination and subordination through a syntactic point of view, remaining within the sentence, what justifies new directions to be taken in order to handle the clauses. The present work aims to emphasize the importance of looking into the sentences through inferential processes, evidencing, thus, implicit relationships that emerge from the articulation of clauses in speech. The study, therefore, makes use of the Functionalist Theory, as it sees communicative competence not merely as a process of encoding and decoding expressions, but also as the speaker's ability to interpret those expressions when using them. Starting from the Functionalism, the analysis is guided by the Rhetorical Structure Theory (RST), and also draws on the relational propositions as presented by Mann and Thompson (1983) who, by discussing the phenomenon of articulation of clauses, intend to verify how texts work in terms of coherence. Here are analyzed the hypotactic enhancement clauses in proverbs, which make up the corpus of the present work. As methodological procedures, a number of twenty proverbs were selected from various texts from the internet, which had clauses throughout the period, such as: love is like the moon, when it does not increase, it decreases. Next, an analysis of the rhetorical structure of the clauses that compose the proverbs was carried out. It was noticed in the analyses that the most found rhetorical relations were circumstance, condition, elaboration, contrast and concession, and for these relations to be inferred, the discursive context played an important role. It is believed, then, that a study of enhancing hypotaxis which focus on the rhetorical relationships that emerge from these clauses is important, because it values the social-communicative interaction in order to reveal also the semantic and pragmatic aspects and effects on language outline, not considered as something static, but as a dynamic phenomenon.

Keywords: Clause combining; Functionalism; Rhetorical Structure Theory; Proverbs.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 A coordenação e a subordinação numa visão tradicional.....	21
Quadro 2 Representação da hipotaxe e da parataxe, conforme Halliday (2004)	27
Quadro 3 Relações núcleo-satélite e lista em orações hipotáticas e paratáticas.....	32
Quadro 4 Proposições relacionais	40
Quadro 5 Caracterizando a relação de evidência.....	49
Quadro 6 Caracterizando a relação de contraste	49
Diagrama 1 – Relação retórica de condição	50
Diagrama 2 – Relação retórica de contraste	50
Quadro 7 Relações de apresentação	51
Quadro 8 Relações de conteúdo	53
Quadro 9 Relações multinucleares	57
Quadro 10 Definição do gênero provérbio	69
Diagrama 3 – Provérbio (I).....	74
Diagrama 4 – Provérbio (II)	78
Diagrama 5 – Provérbio (III)	78
Diagrama 6 – Provérbio (IV).....	80
Diagrama 7 – Provérbio (V)	83
Diagrama 8 – Provérbio (VI).....	86
Diagrama 9 – Provérbio (VII)	92
Diagrama 10 – Provérbio (VIII)	93
Diagrama 11 – Provérbio (IX).....	93
Diagrama 12 – Provérbio (X)	95
Diagrama 13 – Provérbio (XI).....	97
Diagrama 14 – Provérbio (XII)	100
Diagrama 15 – Provérbio (XIII)	104
Diagrama 16 – Provérbio (XIV).....	106
Diagrama 17 – Provérbio (XV)	108
Diagrama 18 – Provérbio XVI	111
Diagrama 19 – Provérbio (XVII)	113
Diagrama 20 – Provérbio (XVIII)	116
Diagrama 21 – Provérbio (XIX).....	117
Diagrama 22 – Provérbio (XX)	121

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 OBJETIVOS E METODOLOGIA.....	14
1.1 Objetivos.....	14
1.2 Metodologia.....	15
2 REVISITANDO CONCEITOS.....	18
2.1 Definições de Coordenação e Subordinação nas Gramáticas Tradicionais.....	18
2.2 Outras definições sobre coordenação e subordinação.....	22
2.3 Parataxe e hipotaxe na perspectiva funcionalista.....	25
2.4 A hipotaxe de realce.....	30
3 A TEORIA DA ESTRUTURA RETÓRICA.....	36
3.1 Proposições relacionais: definição e breves considerações.....	39
3.2 Aspectos importantes sobre a RST.....	46
4 O GÊNERO PROVÉRBIO.....	60
4.1 Gêneros textuais.....	60
4.2 Uma breve retomada histórica dos provérbios.....	61
4.3 Provérbios, adágios, anexins, máximas: como defini-los?.....	63
4.4 Delimitando o conceito de provérbios.....	66
5 A ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES EM PROVÉRBIOS DO PORTUGUÊS EM USO: uma análise das relações retóricas.....	71
5.1 Análise do <i>corpus</i>	71
5.2 Considerações sobre as análises.....	121
CONCLUSÃO.....	124
REFERÊNCIAS.....	126
ANEXOS.....	131
Anexo 1.....	132
Anexo 2.....	135
Anexo 3.....	141
Anexo 4.....	144
Anexo 5.....	147

INTRODUÇÃO

A linguagem desempenha papel central na vida humana, mediando nossas interações. O estudo da linguagem verbal, articulada, tem uma longa história. Essa capacidade exclusivamente humana de comunicação sempre despertou a atenção e a curiosidade dos homens nas mais diferentes épocas e culturas.

Nessa perspectiva, já há algum tempo, estudiosos da linguagem têm se voltado para a análise dos processos de coordenação e subordinação. Contudo, alguns priorizam o estudo da linguagem sob a perspectiva da forma, relegando a análise da função¹ a um plano secundário, concebendo a língua num sistema abstrato, como um objeto autônomo, excluindo o homem da linguagem.

Encontram-se presentes, em Gramáticas Tradicionais e em obras de lingüística, estudos que focalizam a *coordenação* e a *subordinação* por meio de um ponto de vista sintático. Além disso, priorizam as relações de *dependência* ou *independência*, permanecendo no âmbito frástico, o que justifica que novos encaminhamentos precisam ser realizados no que diz respeito ao estudo das orações.

Nesse sentido, são observadas as orações através das articulações de cláusulas² e, a partir disso, procura-se demonstrar as inferências que podem ser obtidas por meio das cláusulas que se articulam e das relações retóricas que delas emergem. Destaca-se que não são as marcas explícitas presentes nas orações que determinam as inferências, ou seja, não será um conectivo que permitirá depreender, com precisão, se as cláusulas estabelecem entre si uma relação de *condição*, por exemplo, já que essa e outras relações emergem da própria combinação das cláusulas.

Para se analisar a articulação das orações, trabalha-se com provérbios do português em uso. Os provérbios podem ser apresentados como uma estrutura nominal na qual não há verbos ou como uma estrutura oracional em que há verbos. Sobre a primeira, cita-se: *Casa de ferreiro, espeto de pau*. No que se refere à segunda, tem-se: *Não confie na sorte*. *O triunfo nasce da luta*. Ressalta-se que se optou por trabalhar com os provérbios de estrutura oracional, antecedidos ou não por conectores, nos quais foram selecionadas orações que

¹ Para que se entenda o termo função utilizado aqui, é válido mencionar as palavras de Neves (1997, p. 8): “Na visão funcionalista, como afirmou Halliday (1973a, p. 104), a noção de função não se refere aos papéis que desempenham as classes de palavras ou os sintagmas dentro da estrutura das unidades maiores, mas ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a certos tipos universais de demanda, que são muitos e variados”.

² Neste estudo, designou-se cláusula como oração, assim como considerou Decat (2001).

transmitam uma idéia de circunstância, classificadas pela Gramática Tradicional como adverbiais.

A Gramática Tradicional, ao analisar as orações, não leva em conta o nível do discurso no qual as porções de texto estão inseridas, deixando de lado os aspectos pragmáticos, as intenções, os contextos situacionais, as funções comunicativas, atendo-se, às vezes, a critérios ora sintáticos, ora semânticos. O mesmo ocorre com muitos trabalhos que são desenvolvidos por diferentes correntes lingüísticas. Nota-se que tais análises são insuficientes, pois acredita-se que, para o estudo de orações, é necessário considerar também a função discursiva.

Quando se reflete a respeito de discurso e gramática, nota-se que eles recebem denominações divergentes. Assim, encontram-se afirmações que diferenciam discurso de gramática explicitando que o primeiro termo vai além da sentença e o outro descreve a sentença. Desse modo, o estudo da gramática e do discurso é visto de forma dicotômica e tais níveis são, muitas vezes, estudados isoladamente.

Entende-se que analisar gramática e discurso como domínios dicotômicos e de forma isolada pode levar a uma série de lacunas. Nesse sentido, não se torna suficiente determinar a gramática como uma estrutura padrão e o discurso relacionado à generalização, por exemplo. Du Bois (2003) procura mostrar que há lugar para padrão e generalização tanto no domínio da gramática quanto no domínio do discurso, ou seja, são padrões distintos, mas que não se sobrepõem. Apesar de serem distintos, não devem ser analisados isoladamente, pois há uma interação entre eles; logo, um não deve ser estudado sem o outro.

Pretende-se, então, estudar discurso e gramática juntos, a fim de procurar compreender como a língua se configura em uma situação de uso.

Nesse sentido, uma abordagem que se preocupe com o estudo das orações levando em conta a articulação de cláusulas não se restringirá a termos como *coordenação* e *subordinação*, *dependência* e *independência*.

Opta-se, neste trabalho, pelo estudo das orações hipotáticas de realce, estejam, ou não, determinadas por conectivos explícitos. A hipotaxe de realce será explicada com detalhes no capítulo 2, que corresponde à revisão da literatura.

Percebe-se que o critério formal impede que se reconheçam relações adverbiais devido à ausência de conectivos, como nas orações que se seguem:

Caiu na rede é peixe.

Uma análise tradicional possivelmente classificaria essas orações como coordenadas assindéticas, já que não há nenhum conectivo entre elas. No entanto, considera-

se que semelhante classificação é extremamente redutora, pois, ao se analisar as duas orações, é possível deprender a *idéia* de condição. Essa condição pode ser aludida ao se levar em conta que o fato de *cair na rede* é condição para ser peixe. Ao identificar a *idéia* de condição, entende-se que se trata de orações que expressam circunstâncias. Além de fazer menção a uma condição, consegue-se inferir também uma causa, já que o que leva a ser peixe é *cair na rede* (causa). Esses significados que emergem das orações que se articulam são denominados por Mann e Thompson (1983) *proposições relacionais*. Foram citadas, nesse exemplo, duas: de condição e causa. Entretanto, essas proposições foram mencionadas sem fazer alusão a uma situação comunicativa; assim, se houvesse um contexto discursivo, seriam encontradas outras proposições ou se determinaria a proposição predominante. Ademais, como as proposições relacionais podem ser definidas como relações implícitas depreendidas de uma dada situação discursiva, não é possível determinar quantas proposições irão emergir entre as orações que se combinam.

Nesta pesquisa, procura-se demonstrar que as proposições relacionais podem desempenhar um papel significativo quanto à conectividade, coerência e função dos textos. Assim, citam Mann e Thompson (1983, p. 16):

Embora as proposições relacionais desenvolvam, em algum sentido, expandindo limites internos do texto, sendo inerentemente combinações, elas fazem mais do que simplesmente relacionar partes do texto. Isto é, elas não tratam somente de adjacência, precedência textual, limites das partes do texto, ou outras questões que devam ser derivadas da contribuição das partes. No lugar disso, expressam a *idéia essencial*³.

Entende-se, portanto, que o estudo das proposições relacionais se torna relevante, porque elas não necessitam de algum elemento que as determine, não é preciso que haja uma marca estrutural no texto para que sejam detectadas; desse modo, como afirmam Mann e Thompson (1983), elas se referem à *idéia essencial*, à relação que pode ser estabelecida pelo texto, não necessariamente entre partes adjacentes.

³ Even though the relational propositions arise in some sense spanning internal boundaries of a text, being inherently combinational, they do more than simply relate parts of text. That is, they do not simply deal with adjacency, textual precedence, boundaries of parts of text, or other matters which might be derived from the contributing parts. Instead, they convey essential subject matter (MANN & THOMPSON, 1983, p. 16)
Em todas as citações apresentadas, neste trabalho, que forem de textos da língua inglesa, a tradução é de nossa responsabilidade.

Como se procura observar a competência comunicativa não somente como um processo de codificação e decodificação de expressões, mas também como a capacidade de o falante interpretar essas expressões em uma situação de uso, é dado enfoque ao Funcionalismo. Ademais, destaca-se a Teoria da Estrutura Retórica, conhecida como RST (Rhetorical Structure Theory), a fim de que sejam definidas as relações retóricas. Assim, a partir das proposições relacionais que emergem das cláusulas que se articulam, são observadas quais são as relações retóricas predominantes em uma dada situação comunicativa.

A escolha de provérbios para estudo justifica-se porque eles estão relacionados a fatores culturais, sendo caracterizados pelo estilo coloquial, o que permite não se limitar à estaticidade da língua padrão, percebendo-a como uma estrutura dinâmica, passível de variações. Ademais, os provérbios assumem uma importância significativa nos estudos culturais, pois, como menciona Lauand (2000, *apud* Menandro 2005, p. 83), “recolhem o saber popular, condensam a experiência sobre a realidade do homem: sua existência quotidiana, as condições de vida e os sonhos, a objetividade e os preconceitos”. Acredita-se que trabalhar com provérbios torna-se uma tentativa profícua de compreender a própria efervescência da valorização das relações contextuais tecidas no discurso.

Este estudo pode trazer também uma contribuição pedagógica, já que, não se atendo somente à análise gramatical das orações, poderá apontar a importância de a escola valorizar a intuição revelada pelos falantes, a sua produtividade e criatividade na expressão oral.

Um estudo das orações hipotáticas de realce, enfocando as proposições relacionais que emergem dessas orações, e, por conseguinte, as inferências que podem ser demonstradas a partir de tais proposições, torna-se fundamental. Nessa perspectiva, o estudo do processo inferencial deve enfatizar a interação sócio-comunicativa, com o propósito de revelar as virtualidades semânticas e pragmáticas e os seus efeitos no arcabouço da língua, considerando-a como um fenômeno dinâmico, que se modifica com o tempo.

Acredita-se, assim, que este trabalho poderá contribuir para a teoria geral da sintaxe, pois, a partir de um estudo das orações, mostrará que os fatores discursivos ou situacionais são importantes na construção do sentido, sem os quais as enunciações textuais se tornam, no mínimo, deficientes, incompletas e, até mesmo, vãs.

Este trabalho constitui-se de cinco capítulos; no primeiro, são elencados os objetivos e a metodologia; no segundo, apresenta-se a revisão da literatura; no terceiro, discorre-se sobre a Teoria da Estrutura Retórica; no quarto, há considerações sobre o gênero

provérbio; no quinto, são apresentadas as análises das orações proverbiais propostas para este estudo e, ao final do trabalho, apresenta-se a conclusão.

Como se mencionou, são realizadas análises de porções de texto proverbiais. Desse modo, apresentam-se a seguir os provérbios:

- (I) O amor é como a lua, quando não cresce, minguava.
- (II) O amor é como sarampo, todos temos que passar por ele.
- (III) Quando o amor nos visita, a amizade se despede.
- (IV) O bom não é ser importante; o importante é ser bom.
- (V) O amor faz passar o tempo e o tempo faz passar o amor.
- (VI) O bem não faz barulho e o barulho não faz bem.
- (VII) É bebida que pode mais do que Deus, porque Deus dá o juízo e a cachaça o tira.
- (VIII) Cachaça tira juízo, mas dá coragem.
- (IX) Se pinga fosse fortificante, brasileiro era gigante.
- (X) Quando o milagre é grande o santo desconfia.
- (XI) Quando o dinheiro fala a verdade se cala.
- (XII) Lê o passado e ficarás preparado para o futuro.
- (XIII) Se queres conhecer o futuro, olha para o passado.
- (XIV) A sorte é como um raio, nunca se sabe aonde vai cair.
- (XV) Competência e sorte é para quem tem e não para quem quer.
- (XVI) Rapadura é doce, mas não é mole.
- (XVII) A paciência é amarga, mas os frutos são doces?
- (XVIII) Se você tem olho gordo, use colírio *diet*.
- (XIX) Se casamento fosse bom, não precisava testemunha.
- (XX) Dou um boi para não entrar numa briga e uma boiada para não sair dela.

1 OBJETIVOS E METODOLOGIA

1.1 Objetivos

Este trabalho procura, como objetivo geral, ressaltar a importância de analisar as orações tendo em vista os processos inferenciais, evidenciando, assim, as relações implícitas que emergem da articulação de cláusulas no discurso.

Como objetivos específicos, pretende-se:

- Identificar os conceitos de coordenação e subordinação, observando as lacunas existentes na gramática tradicional;
- Realizar um breve estudo sobre termos como parataxe e hipotaxe, a fim de se definir a hipotaxe adverbial/realce, a qual será delimitada neste trabalho;
- Verificar como um estudo sobre articulação de orações que leve em conta a hipotaxe de realce e a teoria da estrutura retórica pode contribuir para a análise das porções de texto proverbiais aqui propostas;
- Conceituar e definir a Teoria da Estrutura Retórica procurando demonstrar como ela colabora com a coerência textual;
- Realizar um estudo do gênero proverbial, especificando suas características e demonstrando como as relações implícitas, que deles emergem, estão relacionadas também a aspectos culturais;
- Observar de que forma as relações retóricas encontradas podem ser associadas ao gênero estudado;
- Verificar quais são as principais contribuições e dificuldades para uma análise textual que valorize o estudo das relações retóricas.

1.2 Metodologia

São analisados vinte provérbios que apresentam verbos em duas ou mais orações que os componham. Quanto à presença de conectivos, não serão observadas apenas porções de texto justapostas⁴, mas também aquelas ligadas por conectivos, já que se entende que os conectivos sozinhos não designam nem determinam as relações presentes nas orações que se articulam. Assim, o nosso *corpus* é composto de provérbios do tipo **(I)** *O amor é como a lua, quando não cresce, minguia.*

Para constituição do *corpus*, primeiramente, foram coletados mais de cem provérbios, retirados de dicionários de provérbios e de *sites* diversos, que atendiam às condições acima e, em seguida, utilizando-se o *site* de busca *Google*, procurou-se a ocorrência desses em textos variados presentes na *internet*. Semelhante busca teve como parâmetro textos em que aparecesse a sentença proverbial completa. Assim, ao se procurar o provérbio **(XI)** *Quando o dinheiro fala a verdade se cala*, se fosse encontrado um texto, tal como: *Quando o dinheiro fala*, mas não se deparasse com a outra parte *a verdade se cala*, o provérbio seria desconsiderado. Logo, foram utilizados apenas aqueles que não apresentavam omissão de qualquer parte das porções textuais que compunham os provérbios. Apesar dessas considerações, foram aceitas algumas adaptações que não se configuraram como grandes alterações de sentido em relação ao provérbio que se propôs pesquisar, mas sim como mudanças de vocábulos e expressões, ou seja, alterações formais.

Inicialmente, pensou-se em dividir os provérbios por temas. Escolheram-se cinco temas e, para cada um, seriam selecionados quatro provérbios. Todavia, deparou-se com uma série de problemas. Logo, para os temas selecionados, os quais foram *amor*, *milagre*, *dinheiro*, *futuro e sorte*, apenas para *amor* foram encontrados quatro provérbios presentes em textos da *internet* que atendiam aos requisitos propostos para esta pesquisa. Então, resolveu-se mudar os temas, mas, apesar disso, não se encontrou a quantidade de quatro provérbios para cada tema.

Ademais, dividir os provérbios por tema não é uma tarefa fácil, já que, muitas vezes, surgem dúvidas quanto ao tema que seria predominante. O provérbio **(XII)** *Lê o passado e ficarás preparado para o futuro*, em alguns *sites*, foi encontrado no tema *passado* e, em outros, no tema *futuro*. Em casos como esses, há como determinar qual tema prevaleceria? Além disso, o passado ou o futuro seriam realmente o tema desse provérbio?

⁴ Serão consideradas justapostas as orações que estiverem dispostas uma ao lado da outra e não apresentarem conectivos entre si. Destaca-se que semelhante definição é encontrada em muitas Gramáticas Tradicionais.

Diante dessas hesitações e das dificuldades encontradas para a divisão por tema, optou-se por uma seleção sem contemplar esse aspecto.

Foram escolhidos vinte provérbios de dezessete textos da *internet*, sendo mantida a redação original de cada texto, sem qualquer alteração.

A idéia de retirar textos da *internet* para a seleção de provérbios surgiu ao se pensar que, como se prioriza um estudo funcionalista, o qual valoriza a língua em uso, seria mais coerente estudar provérbios presentes em textos, em vez de selecionar uma lista de algum dicionário de provérbios e analisá-los. Além disso, teve-se a oportunidade de ler o trabalho de Dias (2009), que utilizou da mesma estratégia para analisar os provérbios na articulação de orações e realizou um trabalho muito interessante e de extrema relevância, porque pôde demonstrar a importância de analisar as orações proverbiais inseridas em um contexto discursivo. Desse modo, considerou-se que a seleção de provérbios a partir de textos seria mais pertinente aos nossos objetivos.

É apresentada uma análise qualitativa, voltada para a observação das motivações do contexto, ou seja, do nível pragmático-comunicativo, em que o sentido das partes textuais não se reduz apenas à sua organização lingüística. Nesse sentido, atuam os processos inferenciais.

Conforme já foi citado, foram trabalhados vinte provérbios. Cada provérbio será listado com suas unidades de informação. As unidades de informação e os textos são posicionados de modo recuado. Além disso, os textos são destacados em *itálico*, e os provérbios, em *sublinhado e negrito*, a fim de facilitar a identificação do provérbio pelo leitor, principalmente nos casos em que o provérbio não constitui título do texto. É válido ressaltar, também, que, no texto, do qual os provérbios foram retirados, serão *sublinhadas* as partes que justificam ou tentam explicar o porquê do uso daquele provérbio e como o seu sentido pode ser percebido no texto. Em seguida, demonstra-se a relação retórica predominante e a justificativa para essa escolha. Por fim, é esboçado o diagrama da representação da estrutura retórica de cada provérbio, levando-se em conta a articulação de orações neles materializada.

Os diagramas foram elaborados a partir do programa RSTTool, versão 3.45, de Mick O'Donnel, disponível para *download* no *site* www.wagsoft.com. Conforme menciona Antonio (2004, p. 54), “o programa foi desenvolvido especialmente com a finalidade de facilitar a diagramação da estrutura retórica de textos”. Por meio desse programa, é possível importar textos diversos e analisá-los, considerando as relações retóricas que apresentam. No programa, pode-se segmentar os textos, determinar o tipo de relação: núcleo-satélite ou

multinuclear e, desse modo, traçar os diagramas que representam as relações presentes no texto.

2 REVISITANDO CONCEITOS

Como se pretende estudar a articulação de orações proverbiais, neste primeiro capítulo serão retomadas algumas definições apresentadas por gramáticos sobre coordenação e subordinação. Em seguida, realizar-se-á uma revisão teórica acerca de conceitos como parataxe e hipotaxe, a fim de se procurar determinar quais são as lacunas apresentadas em semelhantes definições e delimitar o estudo das orações neste trabalho. Ressalta-se que, com a revisão da literatura de tais conceitos não se objetiva abarcar todos os teóricos da língua, e sim realizar uma análise das definições daqueles que são importantes para os objetivos deste trabalho.

2.1 Definições de Coordenação e Subordinação nas Gramáticas Tradicionais

No que se refere a definições como coordenação e subordinação, nota-se que, para Bechara (1968), a coordenação é “a seqüência de orações em que uma não exerce função sintática da outra” (p. 269); quanto à subordinação, ele afirma que essa se refere “à seqüência de orações em que uma é um termo sintático de outra”(p. 269).

Uma diferença significativa entre Bechara (1968) e a maioria dos gramáticos é o fato de ele propor que a distinção estabelecida entre as orações não deve se focar na diferença entre coordenadas e subordinadas, mas sim dependentes e independentes. O que se pretende mencionar é que, enquanto os outros gramáticos partem de termos como coordenação e subordinação para classificarem as orações em dependentes e independentes, Bechara (1968) as classifica em dependentes e independentes para, depois, apresentar termos como coordenação e subordinação. Ressalta-se que a dependência e a independência por ele tratada diz respeito a critérios sintáticos. Assim, analisando o período: *Espero que estudes e que venças na vida* (BECHARA, 1968, p. 269), as orações *que estudes e que venças na vida* são classificadas como independentes, já que não exercem nenhuma função sintática entre si, sendo, portanto, coordenadas. Entretanto, quando observa as três orações: *Espero, que estudes e que venças na vida*, Bechara (1968) classifica a primeira como principal e as outras duas, como dependentes. Logo, as orações *que estudes e que venças na vida* seriam subordinadas em relação à *Espero*, mas estariam coordenadas entre si. Nesse sentido, Bechara (1968) postula:

A maioria dos tratadistas tem colocado em pontos opostos coordenação e subordinação, mas um exame detido nos patenteia que a oposição que se deve estabelecer não é entre orações coordenadas e subordinadas, mas entre orações dependentes e independentes. A coordenação é um processo de estruturação de orações de mesmo valor sintático, quer sejam independentes (onde a equivalência é permanente) ou dependentes (onde a equivalência se dá quando exercem idêntica função sintática). Infelizmente a NGB, embora reconhecendo que “coordenadas entre si podem estar quer principais, quer independentes, quer subordinadas”, não rompeu com a tradicional oposição que aqui pomos de lado (BECHARA, 1968, p. 269).

Para Rocha Lima (1968, p. 251), a coordenação seria a “apresentação de um pensamento global pela sucessão de orações de sentido independente”. Já a subordinação apresentaria “uma oração principal e uma ou mais que representam desdobramentos de vários termos dela. As diversas funções sintáticas são exercidas pelo substantivo, pelo adjetivo, pelo verbo e pelo advérbio [...]” (p. 253). Percebe-se que uma das diferenças entre Rocha Lima (1968) e Bechara (1968) é que o primeiro não define coordenação somente baseado em critérios sintáticos, já que, para ele, a coordenação possui sentido independente. Assim, utiliza-se de critérios também semânticos para classificar as orações.

Bueno (1968) considera a oração coordenada como aquela que possui sentido, não precisando de outras para que seja compreendida. Quanto às subordinadas, define-as como aquelas que dependem de uma que lhe seja principal, destacando que, sozinhas, não configuram sentido completo. Entende-se, então, que Bueno (1968) faz uso somente de critérios semânticos para definir a coordenação e a subordinação.

Cunha (1971) afirma que a coordenação se constitui de “orações autônomas, independentes, isto é, cada uma tem sentido próprio e não funcionam como termos de outra oração, nem a eles se referem: apenas, uma pode enriquecer com o seu sentido a totalidade da outra” (CUNHA, 1971, p. 399). No que se refere às subordinadas, classifica-as como aquelas que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração. Assim como Rocha Lima (1968), Cunha (1971) leva em conta os aspectos semânticos para conceituar a coordenação e os sintáticos para a subordinação.

Cegalla (1997) definirá a coordenação observando somente os aspectos sintáticos. Já para a subordinação, ele se pauta em critérios sintáticos e semânticos. Desse modo, as coordenadas serão independentes sintaticamente e as subordinadas, por outro lado, dependentes sintaticamente e semanticamente.

Bechara (2006), ao tratar de subordinação, introduz o termo hipotaxe, o qual não havia sido mencionado em Bechara (1968). Sobre a hipotaxe ou subordinação, ele a define como um fenômeno de estruturação das camadas gramaticais em que uma das orações passa a uma camada inferior e, desse modo, funciona como membro sintático da outra. Para que se entenda o que seria *passar a uma camada inferior*, cita-se: *Maria não notou que Luiz estava lá*⁵. Nesse exemplo, conforme as definições de Bechara (2006), *que Luiz estava lá* funciona como membro sintático e passa a ser uma camada inferior da oração *Maria não notou*.

Sobre as coordenadas, ele afirma que são sintaticamente independentes e apresenta alguns exemplos, tais como: *Mário lê muitos livros e aumenta sua cultura* (BECHARA, 2006, p. 349). Bechara explica que é perceptível a independência sintática dessas orações, pois, se a oração *Mário lê muitos livros* for desmembrada, encontram-se todos os termos sintáticos previstos na relação predicativa: o sujeito – Mário –; o predicado – lê muitos livros – e o objeto – muitos livros. Nessa perspectiva, nota-se que, em Bechara (2006), ainda se depara com uma distinção de coordenadas e subordinadas baseada em aspectos sintáticos.

Já Cunha e Cintra (2008) não passam explicitamente a definição de coordenação e subordinação. O conceito se constrói mais por elencar características a cada um desses termos do que por formar uma definição propriamente dita. Assim, eles postulam que “as orações coordenadas podem estar: a) simplesmente justapostas, isto é, colocadas uma ao lado da outra, sem qualquer conectivo que as enlace; b) ligadas por uma conjunção coordenativa” (p. 610). Sobre as subordinadas, eles afirmam que elas funcionam sempre como “termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração” (p. 612). Ao apontarem como um dos aspectos definidores das coordenadas o fato de estarem relacionadas a um conectivo coordenativo, acabam por limitar as orações à presença ou ausência de um conectivo que as caracterizará ou como coordenadas, ou como subordinadas. Semelhantes conceitos contribuem para restringir o estudo das orações ao nível da frase, priorizando o conectivo que as encabeça.

Nota-se que, entre os gramáticos analisados, Bechara (1968), apesar de priorizar os aspectos sintáticos, levanta alguns pontos relevantes para o estudo de orações. Desse modo, menciona que pares como *quer... quer* e *ou... ou*, sempre exemplificados como indicadores de orações alternativas, podem denotar concessão, o que já designa uma menção a aspectos não meramente formais no que se refere à classificação de orações. Além disso, através da citação de Barreto, demonstra que uma oração tida, tradicionalmente, como coordenada assindética

⁵ Exemplos nossos.

pode estabelecer relações de sentido equivalente a orações coordenadas sindéticas e subordinadas. Mário Barreto (*apud* Bechara, 1968, p. 273), afirma:

Mostre-se aos alunos que se pode construir (1º grau): ‘O dia está bonito; não temos que fazer; vamos passear’, ou (2º grau): ‘ O dia está bonito e não temos que fazer; vamos, pois, passear. Enfim (3º grau, subordinação e período): ‘porque o dia está bonito e porque nada temos que fazer, vamos passear

A partir da alusão a Barreto, Bechara (1968) permite que se questione: Se uma oração pode se desdobrar em outras constituindo relações de sentido semelhante, por que classificá-la levando em conta apenas critérios sintáticos e os conectivos que a determinam? Semelhante questionamento proporciona também uma reflexão acerca das lacunas apontadas ao se classificar coordenação relacionada à independência e subordinação à dependência, ora observando aspectos sintáticos, ora semânticos, e, por vezes, mesclando-os.

Como foram explicitados alguns conceitos sobre coordenação e subordinação, será apresentado a seguir um quadro esquemático sintetizando os critérios utilizados para classificação das orações pelos gramáticos elencados.

Quadro 1
A coordenação e a subordinação numa visão tradicional

Autor	Características/Critérios para a coordenação	Características/Critérios para a subordinação
Bechara (1968)	Critério sintático: as coordenadas são independentes sintaticamente.	Critério sintático: as subordinadas são dependentes sintaticamente.
Rocha Lima (1968)	Critério semântico: as coordenadas possuem sentido independente.	Critério sintático: as subordinadas são dependentes sintaticamente.
Bueno (1968)	Critério semântico: as coordenadas possuem sentido independente.	Critério semântico: as subordinadas por si só não constituem sentido completo.
Cunha (1971)	Critério semântico: as coordenadas possuem sentido independente.	Critério sintático: as subordinadas são dependentes sintaticamente.

(Continua)

Autor	Características/Critérios para a coordenação	Características/Critérios para a subordinação
Cegalla (1997)	Critério sintático: as coordenadas são independentes sintaticamente.	Critério semântico: as subordinadas por si só não constituem sentido completo. Critério sintático: as subordinadas são dependentes sintaticamente.
Bechara (2006)	Critério sintático: as coordenadas são independentes sintaticamente.	Critério sintático: as subordinadas são independentes sintaticamente.
Cunha e Cintra (2008)	Critério sintático: as coordenadas são independentes sintaticamente.	Critério sintático: as subordinadas são dependentes sintaticamente.

2.2 Outras definições sobre coordenação e subordinação

Como se mencionou, os gramáticos citados utilizam tanto critérios sintáticos quanto semânticos e, até mesmo, os dois simultaneamente para formarem as suas definições. A fim de se procurar um estudo das orações que não se restrinja ao nível da frase, serão apresentados outros teóricos com o intuito de retomar diferentes tratamentos acerca das orações, antes de discutir detalhadamente sobre parataxe, hipotaxe e procurar delimitar como se norteará o estudo das orações neste trabalho.

Nessa perspectiva, ao se analisar Dubois *et al.* (1973), percebe-se que eles definem como coordenação as orações que estão ligadas entre si por conectivos coordenativos, tais como: aditivas, adversativas, explicativas, conclusivas e alternativas, e subordinação como aquelas que se ligam por meio de conectivos ditos subordinativos. Além disso, Dubois *et al.* (1973) consideram que a *parataxe* é caracterizada pela ausência de conectivos, isto é, as orações tradicionalmente conhecidas como justapostas. No que concerne à *hipotaxe*, essa é definida em oposição à *parataxe*, ou seja, pela presença de conectivos. Levando em conta que, para eles, a hipotaxe se caracteriza por apresentar operadores conjuntivos, tanto a coordenação quanto a subordinação seriam exemplos de *hipotaxe*, desde que apresentem conectivos. E para diferenciar a coordenação da subordinação, baseiam-se em critérios sintáticos, ou seja, o conectivo é que determinará a classificação em coordenada, ou em subordinada. Desse modo, se houver a presença de um *e* ligando duas orações, por exemplo, elas serão coordenadas entre si. Em contrapartida, se elas se relacionarem por meio

de um *embora*, serão subordinadas. Ao priorizarem a presença ou ausência de conectivos e o tipo de conectivo que encabeça as orações para classificá-las, Dubois *et al.* (1973) também destacam critérios sintáticos no lugar de analisar as porções textuais dentro de uma situação comunicativa.

A respeito das considerações de Camara Jr. (2000) acerca de coordenação e subordinação, é válido mencionar como ele define esses termos. Sobre o primeiro, afirma:

coordenação, ou PARATAXE, é a construção em que os termos se ordenam numa SEQÜÊNCIA e não ficam conjugados num sintagma. Na coordenação, cada termo vale por si e a sua soma dá a significação global em que as significações dos termos constituintes entram ordenadamente lado a lado [...] (CAMARA JR., 2000, p. 86).

Depois explana sobre a questão da subordinação:

processo lingüístico que cria o sintagma, estabelecendo entre os constituintes uma relação de determinado a determinante; portanto se opõe à coordenação em que os termos estão em SEQÜÊNCIA. Assim, o adjunto está subordinado ao substantivo que ele determina, o verbo está subordinado ao sujeito, os complementos estão subordinados ao verbo. Na estrutura da frase, entende-se por subordinação, ou HIPOTAXE, a construção sintática em que uma oração, determinante, e pois subordinada, se articula com outra, determinada por ela e PRINCIPAL em relação a ela. A construção oposta é a coordenação ou PARATAXE (CAMARA JR., 2000, p. 226).

Nota-se que Camara Jr. (2000), apesar de apresentar termos como parataxe e hipotaxe, apenas os determina como sinônimos de coordenação e subordinação, respectivamente. Além disso, sintetiza suas definições em questões como dependência e independência.

Garcia (2000), mesmo que superficialmente, questiona a classificação das orações em coordenadas (independentes) e subordinadas (dependentes). Para que se compreenda o seu ponto de vista, convém que seja citada a sua definição acerca de parataxe e hipotaxe. Segundo o autor, a parataxe seria sinônimo de coordenação e a hipotaxe, de subordinação.

Apesar de Garcia (2000) mencionar as orações aditivas, alternativas e adversativas, ele não se restringe a uma classificação estritamente sintática e chama a atenção para a importância de se observar as relações estabelecidas entre as orações ao classificá-las. Assim, menciona alguns exemplos, como o par *quer... quer*, tido como típico de uma

alternativa, que possui valor concessivo em sentenças como: “Hão de pagar o prejuízo, quer lhes caiba (a culpa) quer não lhes caiba a culpa” (GARCIA, 2000, p. 43) e também “ irei, quer queiras, quer não queiras que equivale a ‘irei, se quiseres (e) mesmo que não queiras’” (GARCIA, 2000, p. 47). A partir desse exemplo, ele aponta que a oração mencionada, apesar de apresentar o par coordenativo *quer... quer*, possui nítido valor subordinativo-concessivo.

Garcia (2000) apresenta um pensamento menos formal do que o de Dubois *et al.* (1973); entretanto, ainda se encontram lacunas em suas definições, pois equipara hipotaxe à subordinação e parataxe à coordenação.

Ao rever os conceitos de coordenação e subordinação, Koch (2002, p. 109) propõe uma definição que não se restrinja a termos como dependência e independência e argumenta:

[...] torna-se inadequado falar em orações dependentes (ou subordinadas) e independentes (ou coordenadas), já que se estabelecem, entre as orações que compõem um período, um parágrafo ou um texto, relações de interdependência, de tal modo que qualquer uma delas é necessária à compreensão das demais.

Koch (2002) afirma que os termos dependência e independência já não são mais suficientes para se definir as orações. Nessa perspectiva, ela menciona uma citação de Garcia (2002) na qual ele contesta a divisão de coordenadas e subordinadas por meio de definições como *independente* e *dependente*. Entretanto, Koch (2002) faz uma observação quando Garcia (2000) diz que “dependência semântica mais do que sintática observa-se também na coordenação, salvo apenas, talvez, no que diz respeito às conjunções ‘e’, ‘ou’ e ‘nem’” (GARCIA *apud* KOCH, 2002, p. 110). Koch (2002, p. 113) comenta que, “mesmo no caso de orações ligadas por *e*, *ou*, *nem*, muitas vezes, ditas ‘coordenadas típicas’, não se poderia afirmar com certeza a independência de sentido”. Assim, por meio de sua observação, ela demonstra que até mesmo essas conjunções citadas por Garcia (2000) como coordenadas típicas não são totalmente independentes semanticamente. Em muitas orações iniciadas, por exemplo, pelo conectivo *e*, observa-se que as relações de sentido são muito significativas, além de, muitas vezes, essas orações seguirem uma seqüência lógica, o que faz com que a mudança da ordem dos elementos afete o sentido das orações, tornando-as incoerentes. Quando se diz: “Laura entrou e fechou a porta”, percebe-se claramente o que foi exposto anteriormente, pois é preciso que Laura entre primeiro para depois fechar a porta, e não o contrário.

Além desses aspectos, Koch (2002) apresenta também o fato de as orações não poderem ser classificadas simplesmente levando em conta as conjunções que as iniciam. Ela cita alguns exemplos em que o conectivo *e*, tradicionalmente classificado como coordenativo aditivo, pode assumir outros valores: “Prometeu vir e não veio (valor adversativo); Caiu da janela e morreu (valor consecutivo)” (KOCH, 2002, p. 113).

Borba (1979, *apud* KOCH, 2002, p. 111) evidencia também que, apesar da inexistência de conjunções, as orações estabelecem um nítido valor semântico. Como se observa nos exemplos, que se segue:

- (5) Não fui à festa do seu aniversário: não me convidaram (causa);
- (6) Não fui à festa do seu aniversário: passei-lhe um telegrama (oposição);
- (7) Não fui à festa do seu aniversário: não posso saber quem estava lá (conclusão).

Logo, a ausência de elementos de ligação não impede que se depreendam sentidos como os citados acima: causa, oposição e conclusão.

Koch (2002) também menciona o fato de as gramáticas tradicionais apresentarem orações coordenadas, subordinadas e justapostas. Para ela, essa classificação não é suficiente para determinar as orações. Assim, a autora propõe que se pense que, quando um texto é produzido, todas as orações contidas nele estabelecem entre si uma relação de interdependência, sejam elas coordenadas, sejam subordinadas, sejam justapostas. Tendo em vista tais considerações, ela afirma: “em todo e qualquer período composto por duas ou mais orações, verifica-se que há entre elas uma interdependência, visto que a presença de cada uma delas é necessária para veicular o significado pretendido” (KOCH, 2002, p. 112).

2.3 Parataxe e hipotaxe na perspectiva funcionalista

Como se pretende tratar a língua a partir de uma teoria que valorize o seu funcionamento, este trabalho prioriza os estudos de base funcional. Destaca-se o estudo funcionalista por procurar trabalhar a estrutura gramatical da língua observando os diferentes contextos em que ela é usada. Ademais, o funcionalismo entende que a língua não constitui um conhecimento autônomo, assim, propõe “[...] explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso” (CUNHA, 2008, p. 157). Nesse sentido, a fim de procurar definições que busquem analisar as

orações por meio da junção de aspectos sintático-semântico-pragmáticos, realizar-se-á uma revisão teórica de alguns estudiosos que utilizam a corrente funcionalista em seus trabalhos para que se possa entender como se pretende delimitar o estudo das orações.

Para Halliday (1985, 2004), a linguagem satisfaz as necessidades humanas e é organizada funcionalmente, respeitando essas necessidades, e não de forma arbitrária. A linguagem se organiza em torno de um propósito – uma função. Assim, ele estabelece para os componentes funcionais da linguagem três metafunções: (1) *ideacional* – relaciona-se com a dimensão da realidade contida em um texto, ou seja, entre o texto e o mundo real; (2) *interpessoal* – corresponde ao aspecto da organização da mensagem como um evento interativo que envolve falante, escritor e público; logo, centra-se nas relações de troca da oração; (3) *textual* – se ocupa do uso da linguagem na organização do texto (oral ou escrito). Segundo Halliday (1978, 1985, 2004), essas três metafunções dão conta dos modos de uso da linguagem e relacionam-se diretamente com a léxico-gramática de uma língua.

Conforme Halliday (1985, 2004), a oração complexa se constitui por meio das relações de interdependência entre duas ou mais orações e das relações lógico-semânticas. Assim, Halliday (1985, 2004) apresenta dois sistemas básicos que determinam como uma oração se liga a outra. São eles: a) TAXIS, que está relacionado ao grau de interdependência entre as orações; e b) as relações lógico-semânticas. O primeiro se divide em parataxe e hipotaxe. Já o segundo diz respeito à projeção e à expansão. Neste estudo, serão especificados os conceitos que envolvem o nível da TAXIS e das relações lógico-semânticas para se depreender as contribuições de Halliday (2004) no que concerne a um estudo funcional das orações.

Em relação ao grau de interdependência – hipotaxe/parataxe –, todas as orações ligadas por uma relação lógico-semântica são interdependentes, o que se refere ao sentido da estrutura relacional – uma unidade é interdependente de outra unidade. O grau de interdependência é conhecido tecnicamente como TAXIS, e os dois níveis diferentes de interdependência como *parataxe* (estatutos iguais) e *hipotaxe* (estatutos desiguais). A *hipotaxe* é a relação entre um elemento dependente e seu dominante, contrastando com a *parataxe*, na qual a relação se dá entre os dois elementos que possuem estatutos iguais: um inicia e outro continua. As estruturas hipotáticas são representadas por letras gregas. Já as paratáticas, por notações numéricas 1 2 3 (...), como ilustra o quadro a seguir:

Quadro 2
Representação da hipotaxe e da parataxe, conforme Halliday (2004)

	Primária	Secundária
Parataxe	1 (iniciando)	2 (continuando)
Hipotaxe	α (dominante)	β (dependente)

Fonte: HALLIDAY, 2004, p. 376.

As orações que criam um nexos são primárias e secundárias: a primária é a oração inicial em um nexos paratático e a oração dominante em um nexos hipotático; já a secundária está na oração contínua em um nexos paratático e na oração dependente em um nexos hipotático.

No que se refere às relações lógico-semânticas – *expansão e projeção* –, é possível dizer que, na *Expansão*, a oração secundária expande a oração primária por (a) elaboração, (b) extensão ou (c) realce; já na *Projeção*⁶, a oração secundária é projetada através da oração primária, que a coloca como (a) uma locução ou (b) uma idéia. Dentro das categorias gerais de expansão e projeção, podem-se reconhecer alguns subtipos: três tipos de expansão e dois de projeção, como demonstra a notação:

(1) Expansão

elaboração = ('igual')
 extensão + ('está adicionado a')
 intensificação (realce) x ('está multiplicado por')

(2) Projeção

locução “ (aspas duplas) – processo verbal
 idéia ‘ (aspas únicas) – processo mental

Existem essencialmente três modos de se expandir uma oração: *elaboração, extensão e realce*. Como todos os outros sistemas, é importante que se pense no sistema de *tipo de expansão* como definindo regiões em um contínuo espaço semântico. Os diferentes tipos de expansão sombreiam um ao outro em certos pontos; e a expansão pode se tornar muito próxima à projeção. Quando a oração secundária é abandonada (talvez por causa da

⁶ Não serão tratados com detalhes os tipos de projeção por não constituírem objeto deste trabalho.

sobreposição do orador), como pode ocorrer em conversações casuais, não é possível, muitas vezes, determinar qual tipo de expansão se deve destacar.

Assim, os modos de expansão são:

(a) –Elaboração

Na elaboração, uma oração elabora o sentido de outra através de uma especificação mais profunda ou de uma descrição. A elaboração pode ser tanto hipotática quanto paratática. As orações de elaborações hipotáticas diferem das paratáticas, já que as primeiras têm uma gramática especial – a gramática das orações relativas: elas são introduzidas por um item relativo (quem, de quem, qual, onde, quando, etc.).

A combinação de elaboração por parataxe produz três tipos de elaboração: exposição, exemplificação e clarificação⁷. A combinação da elaboração por hipotaxe constitui a categoria de oração relativa indefinida (também chamada *não restritiva, descritiva*), tradicionalmente denominada adjetiva explicativa.

(b) – Extensão

Na extensão, uma oração estende o significado de outra, adicionando algo. A combinação de extensão com parataxe estabelece o que é conhecido pela Gramática Tradicional como coordenação entre orações. É tipicamente expressa por *e, nem, ou, mas*. Podemos reconhecer três subtipos principais de extensão paratática: adição, variação e alternância. A combinação de extensão com hipotaxe abrange, também, (a) adição, (b) variação e (c) alternância, mas com a oração extensora dependente. A oração dependente pode ser finita ou não finita⁸.

(c) – Realce ou intensificação

Na intensificação ou realce, uma oração intensifica (realça) o significado de outra, qualificando-a quanto ao tempo, modo, lugar, causa ou condição. Embora haja algumas diferenças no paradigma, o paralelo entre hipotaxe e parataxe é muito próximo quando as orações se articulam na intensificação (realce).

De acordo com Halliday (2004), a combinação de realce por parataxe produz o que é também um tipo de coordenação, mas com uma característica circunstancial incorporada, em que se observa uma maior ocorrência de orações paratáticas de realce com valor de tempo e causa.

⁷ Por não constituir parte dos objetivos deste trabalho, não serão detalhados esses tipos de parataxe.

⁸ Segundo Halliday (2004), as orações *finitas* são definidas por serem marcadas pelas formas verbais conjugadas com ou sem presença de conectivos, já as não finitas representam as formas nominais do português.

As orações hipotáticas de realce, tradicionalmente, são reconhecidas como as adverbiais. Como na parataxe, elas são de tempo, lugar, modo, causa, condição, entre outras.

Halliday (1985/2004) também estuda os casos de encaixamento, mas de forma diferente da parataxe e da hipotaxe. Assim, “Halliday trata parataxe e hipotaxe como fenômenos, e o encaixamento como mecanismo” (ANTONIO, 2004, p. 36). Para Halliday, o encaixamento não estaria no nível da TAXIS (parataxe e hipotaxe), mas poderia estabelecer relações lógico-semânticas com outras orações, já que a relação que um elemento ou oração encaixada estabelece com o item ao qual ele se relaciona é de constituência. Desse modo, as orações encaixadas são, então, uma mudança de nível pela qual uma porção textual vem a funcionar dentro da estrutura de um grupo. A função característica de um elemento encaixado é um pós-modificador em um grupo nominal (A casa [[que José construiu]])⁹. Além disso, fazendo alusão à Gramática Tradicional, Halliday considera as adjetivas restritivas, e não as explicativas, como casos de encaixamento.

Outros casos considerados por Halliday como encaixamentos são as projeções de fatos e atos. Será feita apenas uma breve menção a essas projeções apenas para que, em seguida, se possa demonstrar a diferença de encaixamento para Halliday e para Matthiessen e Thompson (1988). Sobre as projeções de fato, ocorrem quando a oração é projetada por um nome que indica: caso, casualidade, prova e necessidade, segundo as terminologias de Halliday. Como exemplo, cita-se: “[...] há evidência [[de que o buraco na camada de ozônio está aumentando e espalhando-se]]” (HALLIDAY, 2004, p. 471). Assim, a oração “de que o buraco na camada de ozônio está aumentando e espalhando-se” seria encaixada de fato por ser um nome, a palavra “evidência”, e não um verbo que projetou a oração.

As projeções encaixadas de ato são aquelas que são projetadas por verbos, mas está implícito na oração projetada um fato, um acontecimento. Exemplo: Marco Antonio lamentou [[que César estava morto]]¹⁰ (HALLIDAY, 2004, p. 476). Ele afirma que, em *que César estava morto*, está implícito o ato ou acontecimento de César estar morto. Ademais, é importante destacar que, embora as projeções de ato não apresentem um *nome* como núcleo, a oração encaixada corresponde à nominalização de um processo. Para que se compreenda melhor, cita-se o exemplo: *Ameaçando pessoas, você não chegará a lugar algum*¹¹ (HALLIDAY, 2004, p. 476). Este exemplo segue o mesmo raciocínio do anterior, ou seja,

⁹ Exemplos e grifos nossos. A oração “que José construiu” está representando a encaixada. Será usado o símbolo [[]] para indicar casos de encaixamento, seguindo a terminologia de Halliday (1985/2004).

¹⁰ Mark Antony regretted [[(the fact) that Caesar was dead]] (HALLIDAY, 2004, p. 476).

¹¹ [[threatening people]] will get you nowhere (HALLIDAY, 2004, p. 438).

Halliday demonstra que, nesse caso, pode se inferir um ato, mesmo que a projeção seja realizada por um verbo. Assim, é possível pensar no *ato de ameaçar pessoas*.

2.4 A hipotaxe de realce

Como foram retomados alguns conceitos de Halliday no que diz respeito à sua definição de orações complexas, serão esboçadas, em seguida, as definições de Matthiessen e Thompson (1988).

Ao proporem um estudo para as orações, Matthiessen e Thompson (1988) afirmam que mais importante do que estabelecer uma diferença entre oração subordinada e principal é analisá-las observando o contexto discursivo no qual aparecem. Assim:

Matthiessen e Thompson (1988) remetem a Halliday e se valem do rótulo de hipotaxe de realce, mais adequado para eles do que subordinação, uma vez que livre das conotações associadas ao último termo. A utilização do rótulo não significa, todavia uma adesão estrita à proposta do linguista inglês (BRAGA, 2001, p. 26).

Os autores definem em seus trabalhos o que consideram como hipotaxe de realce. Desse modo, afirmam que: “a hipotaxe de realce se refere a combinações de orações hipotáticas que envolvem algum tipo de relação circunstancial como condição, razão, propósito e outros tipos, como causa, tempo, espaço, modo, o que significa que uma oração realça uma outra circunstancialmente”¹²(MATTHIESSEN E THOMPSON, 1988, 283-284).

Ao trabalhar com noções como hipotaxe de realce e salientar que os aspectos discursivos devem ser analisados quando se estudam as orações, procuram demonstrar que não pretendem nortear seus trabalhos em definições que se baseiam em distinções entre coordenação e subordinação, mas sim estabelecer um contraponto entre articulação de orações e encaixamento. Quanto às orações que se articulam, ter-se-iam as coordenadas (paratáticas) e as hipotáticas. Ressaltam que, no que se refere às últimas, os estudos deles se concentrarão na hipotaxe de realce.

Para exemplificar os tipos de combinação, eles utilizam as noções de Halliday sobre parataxe e hipotaxe. Então, as paratáticas seriam as que estabelecessem relação entre

¹² “Enhancing hypotaxis refers to hypotactic clause combining involving some kind of circumstantial relation like condition, reason, purpose and others kinds of cause, time, space, manner, and means: One clause enhances another clause circumstantially”.

elementos de igual estatuto, e as hipotáticas aquelas que estabelecessem relação entre elementos de diferente estatuto. Já as encaixadas, para Matthiessen e Thompson, seriam as que formassem uma relação de constituência com as orações a que se referem. Assim, seguiriam a mesma linha de pensamento de Halliday (1985/ 2004), diferenciando-se desse por considerarem encaixadas os complementos oracionais que funcionam como sujeito e objeto. Já Halliday (1985/ 2004), como se mencionou, não considera todos os complementos oracionais casos de encaixamento, já que em orações como *Maria disse que não irá à festa*, a segunda oração “que não irá à festa” é classificada como *projeção hipotática de reporting*¹³, e não como encaixamento.

Para dar mais consistência teórica ao que foi explicado, é válido citar Braga (2001, p. 26) que explana que, para Matthiessen e Thompson (1988),

encaixamento inclui, além das orações relativas restritivas, os complementos oracionais que funcionam como sujeito e objeto. Recorde-se que, para Halliday, a categoria encaixamento compreende, além das categorias que funcionam como pós-modificadores, apenas aquelas denominadas atos e fatos.

Apesar de os casos de encaixamento não serem objetos de discussão neste trabalho, será conceituado o encaixamento tanto para Halliday (1985) quanto para Matthiessen e Thompson (1988), a fim de estabelecer um paralelo entre eles.

Desse modo, Matthiessen e Thompson (1988) explanam que o modo pelo qual as orações se combinam seriam dois: hipotaxe e parataxe. Já o encaixamento não seria uma combinação de orações, tendo em vista que a relação estabelecida formaria uma *ligação mais forte*, isto é, haveria uma relação de constituência entre as partes que o configuram. Ademais, o encaixamento seria visto como uma “relação parte-todo, ou seja: a oração encaixada funciona dentro de outra da mesma forma que um sintagma o faria” (DECAT, 1993, p. 116). Considera-se, então, que era preciso delimitar o que seria encaixamento para explicar sobre hipotaxe de realce.

Matthiessen e Thompson procuram explicitar também que existe uma analogia entre as relações retóricas presentes no discurso e a hipotaxe de realce. Logo, afirmam que a

¹³ O termo *reporting* é utilizado por Halliday (1985) para designar as citações indiretas.

hipotaxe de realce poderia ser observada como a gramaticalização¹⁴ das relações retóricas de uma dada situação comunicativa.

Assim, selecionam dezoito pequenos textos para observar a presença de relações núcleo-satélite – um par relacionado é ancilar ao outro – e núcleo-núcleo – nenhum dos membros da oração é ancilar ao outro – em orações hipotáticas e paratáticas e, inicialmente, chegam à seguinte conclusão:

Quadro 3
Relações núcleo-satélite e lista em orações hipotáticas e paratáticas

Tipo de relação	Hipotática	Coordenadas (Paratáticas)
Núcleo-satélite	45 (92%)	4(8%)
Núcleo-núcleo	3 (11%)	24 (89%)

Fonte: Matthiessen e Thompson (1988, p. 308).

Nota: Quadro elaborado a partir dos dados apresentados na figura 18, no texto de Matthiessen e Thompson (1988).

A partir desse quadro, pode-se inferir que as relações núcleo-satélite não se encontram apenas nas orações hipotáticas, mas também nas paratáticas, as quais correspondem a (8%) dos textos. Em contrapartida, as relações núcleo-núcleo não se concentram somente nas paratáticas (89%), mas também nas hipotáticas (3%).

Matthiessen e Thompson (1988) perceberam, então, por meio da análise de seus dados, que a maioria das orações que estabelece relações retóricas do tipo núcleo-satélite são hipotáticas. Entretanto, como se mencionou, as relações do tipo núcleo-satélite também podem estar presentes na combinação de orações por parataxe, apesar de nesse tipo de combinação predominar o tipo lista (núcleo-núcleo), em que nenhum dos membros das orações é ancilar ao outro.

Desse modo, acredita-se que esse é um dos grandes ganhos dos estudos de Matthiessen e Thompson (1988), já que eles demonstram que é possível se deparar com relações retóricas quer sejam núcleo-satélite, quer sejam núcleo-núcleo tanto na parataxe quanto na hipotaxe.

Nesse sentido, afirmam:

¹⁴Conforme afirma Decat (1993, p. 120): “o termo gramaticalização, refere-se à realização, à codificação sintática da cláusula” e como acrescenta Braga (2001, p. 27): “a gramaticalização é aqui concebida na acepção lata, aquela que contempla as forças e a maneira como as formas e construções gramaticais emergem, são utilizadas e formatam a língua”.

Nosso ponto é que temos argumento a favor de nossa afirmação de que a hipotaxe é, de forma reveladora, observada como uma gramaticalização da relação núcleo-satélite, visto que, quando tais relações são gramaticalmente codificadas, elas são, frequentemente, mas nem sempre, codificadas como hipotaxe¹⁵ (MATTHIESSEN E THOMPSON, 1988, p. 308).

Entende-se que Matthiessen e Thompson (1988) pretendem enfatizar que, apesar de serem predominantes as relações núcleo-satélite que se encontram na forma de hipotaxe, essas podem se apresentar como parataxe. Logo, independentemente do modo pelo qual as orações se articulam (sejam paratáticas, sejam hipotáticas), podem emergir delas diversas relações retóricas. Semelhante fato corrobora a afirmação de Mathiessen e Thompson (1988) de que a combinação de orações é uma gramaticalização das relações retóricas do discurso. Ao analisar as orações, eles demonstram que é necessário observá-las quanto à articulação de orações – paratáticas e hipotáticas – e quanto às relações retóricas – núcleo-satélite e multinucleares. Assim, porções de texto poderiam, no nível do discurso, apresentar relações retóricas núcleo-satélite, mas gramaticalmente serem paratáticas, ou poderiam apresentar relações multinucleares e serem hipotáticas.

Matthiessen e Thompson (1988) pretendem demonstrar que, ao analisar as porções de texto, observam-se dois aspectos distintos: como as orações se articulam (parataxe e hipotaxe) e como se manifestam no discurso (núcleo-satélite e multinucleares).

Os estudos de Matthiessen e Thompson (1988) contribuíram para que se entendesse que as orações não devem ser classificadas tendo em vista critérios sintáticos e/ou semânticos, demonstrando que a esses devem ser acrescentados os pragmáticos. O trabalho de Matthiessen e Thompson (1988) colaborou para que se determinasse o que seria hipotaxe de realce neste estudo. Desse modo, entre orações que se articulam é possível depreender relações retóricas, as quais expressam também relações circunstanciais. Considerou-se, então, que orações classificadas pela Gramática Tradicional como casos de coordenadas assindéticas ou justapostas podem ser exemplos de hipotaxe de realce, já que podem se apresentar como uma gramaticalização das relações retóricas.

Entende-se que essas funções discursivas são mais bem observadas nos trabalhos de Matthiessen e Thompson (1988) que, mesmo partindo dos estudos de Halliday (1985) sobre parataxe e hipotaxe, destacam um estudo mais pautado pelas relações discursivas. Nessa perspectiva, Neves afirma:

¹⁵ Our point is that we have an argument in favor of our claim that hypotaxis is revealingly viewed as a grammaticization of Nucleos-Satellite relations in the fact that when such relations are grammatically coded, they are often, but not always, coded as hypotaxis.

Considera-se aí que a avaliação do grau de interdependência das orações de um enunciado complexo (a parataxe e a hipotaxe de Halliday, 1985) tem de completar-se com a consideração das funções discursivas, isto é, não pode se resolver totalmente no nível interno da frase (NEVES, 2007, p. 229).

Tendo em vista que, neste estudo, procura-se realizar uma análise que leve em conta a situação discursiva, adota-se a seguinte definição sobre a hipotaxe de realce: “o fenômeno de articulação de cláusulas que se combinam para modificar, ou expandir, de alguma forma a informação contida em outra cláusula (ou porção de discurso) o que é manifestado pelas relações circunstanciais” (DECAT, 2001, p. 111).

Neves (2007) menciona que, no estudo da articulação de cláusulas, as orações classificadas como adverbiais pela Gramática Tradicional são objetos privilegiados de pesquisa. O estudo dessas orações torna-se importante, já que, muitas vezes, suas classificações são restritas ao nível da frase.

Além disso,

há uma interessante consequência dessas sugestões para as tentativas de se considerar a combinação de orações de uma perspectiva translingüística: se a hipotaxe em inglês é uma gramaticalização das relações retóricas, então, isso permite dizer que a gramática de combinações de orações pode diferir radicalmente de uma língua para outra”¹⁶ (MATTHIESSEN E THOMPSON, 1988, p. 317).

Ao mostrarem que as relações encontradas entre as partes de um texto podem divergir de um idioma para outro, Matthiessen e Thompson (1988) evidenciam que não há como analisar as orações sem observar também os fatores pragmáticos e culturais.

Percebe-se que as orações adverbiais, muitas vezes, são inseridas em um paradigma fechado, em que suas classificações são determinadas em razão dos conectivos que as encabeçam. Assim, é preciso que se estudem as orações levando em conta as relações retóricas que se articulam no discurso, pois as porções textuais não se limitam a uma função gramatical, há também uma função discursiva.

O problema é, como menciona Decat (2001), que as classificações adverbiais se resumem a um número fixo de relações. Na NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira), por exemplo, ao se explicitar a respeito das orações adverbiais, menciona-se um número limitado

¹⁶ There is an interesting consequence of these suggestions for attempts to consider clause combining from cross-linguistic perspective: if hypotaxis in English is a grammaticalization of rhetorical relations, then it follows that the Grammar of clause combining may differ radically from one language to another.

de orações que receberiam essa classificação, tais como: causal; comparativa; concessiva; condicional; conformativa; consecutiva; final; proporcional e temporal.

Torna-se relevante, então, empreender uma análise que “esteja centrada nas relações mantidas entre as cláusulas que se articulam hipotaticamente e as funções discursivas a que elas estejam servindo” (DECAT, 2001, p. 114).

Analisar as orações de realce, observando as relações que emergem das cláusulas que se articulam, permite perceber que não se deve pautar na presença ou ausência dos conectivos que encabeçam essas orações. Ademais, as motivações discursivas precisam ser observadas em um estudo sobre articulação de orações, pois elas contribuem, até mesmo, para explicar o porquê de uma determinada relação de condição, por exemplo, aparecer ora como primeira oração, ora no final das orações. Sobre as diferentes ordens em que as orações podem se apresentar, Neves (2007, p.134) destaca:

Nem se pode entender que seja questão de simples preferência individual, de marca de estilo ou de busca de expressividade, mas mais decisivamente se pode falar em motivações do próprio intercurso interacional, eminentemente funcional-discursivas.

Após essas considerações, no próximo capítulo, será enfatizada a articulação de orações e a Teoria da Estrutura Retórica – RST–, a qual será estudada detalhadamente neste trabalho.

3 A TEORIA DA ESTRUTURA RETÓRICA

Conforme Neves (1997, p. 1), uma das mais significativas contribuições do funcionalismo para o estudo da articulação de orações é “a valorização da participação do falante na organização de seu enunciado, para expressar as relações aí envolvidas”.

Como se pretende, neste trabalho, valorizar o estudo da língua em uso, será detalhada a Teoria da Estrutura Retórica¹⁷, no inglês, RST – Rhetorical Structure Theory –, a fim de se procurar uma teoria que não se limite ao nível da frase na análise das orações.

É necessário, então, que se faça um resgate histórico dessa teoria. Essa teoria resultou do trabalho de investigação em geração automática de texto, realizado por uma equipe de pesquisadores do Instituto de Ciências da Informação – *Information Sciences Institute* – da University of South California. Por volta de 1983, parte da equipe (William Mann, Sandra Thompson e Christian Matthiessen) notou, enquanto trabalhava na escrita de textos assistida por computador, que não existia qualquer teoria da estrutura ou função do discurso descrita suficientemente em detalhes para programar a geração automática de textos.

Procurando encontrar uma resposta para a questão, desenvolveu-se a RST com base em estudos de textos provenientes de uma variedade de fontes e cuidadosamente editados ou preparados. Atualmente, essa teoria possui um estatuto na lingüística que é independente das suas utilizações computacionais¹⁸.

Quando se estuda a RST, pode-se perguntar: o que se entende por retórica? Conforme Hovy (1988, *apud* PARDO, 2005, p. 9), “a retórica é a parte ‘palpável da pragmática’, através da qual se estabelece a coerência de um texto”. Acrescenta Pardo (2005, p. 9): “ela é o meio pelo qual um texto é organizado para satisfazer seu objetivo comunicativo subjacente, representando, portanto, a organização funcional do texto, ou seja, qual a função de suas partes para que o objetivo comunicativo do texto seja satisfeito”.

Desde 1982, Thompson e Mann têm desenvolvido uma teoria descritiva da estrutura retórica a qual recebeu contribuições importantes de Christian Matthiessen e Barbara Fox.

Mann (1984) afirma que, nessa época, a geração de texto já era estabelecida como uma área de pesquisa dentro da lingüística computacional, mas que existiam poucas pesquisas de programas computacionais que eram capazes de gerar textos de modo produtivo. Ele

¹⁷ Como Decat, ao se referir à Teoria da Estrutura Retórica, utilizou, também, a sigla TERT, em vez de RST, quando se fizer menção aos seus estudos, optar-se-á pelo uso da sigla TERT.

¹⁸ Cf. < <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/intro.html>>. Acesso em: 1 mar. 2009.

procura salientar, em seus estudos, uma teoria que leve em conta a organização textual. Destaca, então, algumas características fundamentais para uma teoria de organização do texto:

- Compreensibilidade: aplicabilidade a todo tipo de texto;
- Funcionalidade: informatividade, no sentido de como o texto alcança seus efeitos através do escritor;
- Scale insensitivity: Aplicável a todo tamanho de texto, sendo capaz de descrever todas as unidades de organização textual;
- Definitude: Susceptível à formalização e programação;
- Geratividade: Capacidade de uso na construção do texto, bem como na descrição dele¹⁹.

Mann (1984) explica de forma mais detalhada sobre a teoria da estrutura retórica afirmando que ela pode se subdividir em duas: descritiva e construtiva.

No que diz respeito aos cinco pontos elencados, os três primeiros estão relacionados à teoria descritiva e os outros, à construtiva. Como nos estudos iniciais ele define com precisão a teoria descritiva, determina três pontos principais para o estudo da organização de textos que se referem a essa teoria. Esses pontos são apresentados através de questionamentos:

- 1) Há quais tipos de porções textuais?
- 2) Como podem ser organizadas?
- 3) Como se conectam para formar um texto coerente?²⁰

Mann (1984) explica que a teoria descritiva da RST observa partes que se relacionam em um texto formando geralmente relações do tipo núcleo-satélite. O núcleo se caracterizaria por representar as porções do texto que designariam os objetivos centrais do autor; já os satélites representariam as partes dos textos que contribuiriam para que semelhantes objetivos fossem alcançados. Uma outra observação que Mann (1984) faz a respeito do núcleo e do satélite é que os primeiros sempre são apresentados; os satélites, por outro lado, são opcionais, embora pelo menos um deles deva ser mencionado.

¹⁹ Cf. Mann, 1984, p. 5.

Quanto ao termo *scale insensitivity*, preferimos deixá-lo na sua língua de origem por não encontrarmos uma tradução adequada.

²⁰ Cf. Mann, 1984, p. 6.

Para caracterizar a RST, Mann (1984) cita três elementos que, com o desenvolvimento da teoria, passarão de três para quatro, como se verá ainda neste capítulo. Esses elementos são:

1) Esquemas: Definem-se por identificar o conjunto de relações que associam um núcleo ao satélite. É interessante observar que essa visão de Mann (1984) sobre os esquemas ainda era um pouco restrita, pois ele mencionava simplesmente os esquemas do tipo núcleo-satélite, não considerando os casos em que as partes do texto se configuram apenas como núcleos.

2) Relações: Uma relação é definida por especificar três tipos de informação:

- Caracterizar o núcleo;
- Caracterizar o satélite;
- Caracterizar quais interações entre a parte conceitual do núcleo e do satélite são plausíveis.

3) Aplicações do esquema:

- O esquema é aplicado para descrever um texto como todo;
- O esquema é aplicado para descrever partes do texto produzidas na elaboração de outros esquemas;
- O esquema não limita a ordem do núcleo ou satélite no texto, ou seja, a ordem não é fixa;
- Os satélites são opcionais;
- Pelo menos um satélite deve ocorrer;
- O núcleo e o satélite não correspondem necessariamente a uma porção singular e adjacente do texto.

Ao esboçar uma RST descritiva, afirma que “desde que a teoria construtiva especifique uma construção de texto em vez de descrever textos naturais, ela não precisa depender de julgamentos humanos do mesmo modo que a teoria descritiva”²¹ (MANN, 1984, p. 16). Assim, um paralelo que ele estabelece entre a RST descritiva e a construtiva é que a construtiva se caracterizaria, de modo geral, por, a partir do que foi percebido na RST descritiva, como os esquemas, tornar a RST formalizável e programável para gerar textos.

Nesse sentido, uma das condições que a RST descritiva procura atender é possibilitar uma descrição de textos naturais, propondo-se a constituir como uma teoria da

²¹ [...] since the constructive theory specifies text construction rather than describing natural texts, it need not depend on human judgements in the same way that descriptive theory does.

organização discursiva dos textos. Logo, dos atributos elencados por Mann (1984) para uma teoria de organização de texto, a RST descritiva teria como característica os três primeiros: compreensibilidade, funcionalidade e *scale insensitivity*. Os outros dois – definitude e geratividade – estariam relacionados à RST construtiva.

Valendo-se das palavras de Mann, pode-se mencionar:

O mecanismo da RST pode, então, ser descrito dentro de uma teoria mais geral de ação, uma que reconhece significados e fins. A geração de texto pode ser tratada como uma variedade de objetivos a serem atingidos. Esquemas são um tipo de significado, seus efeitos são um tipo de fim, e as restrições criadas pelo uso de relações particulares são um tipo de pré-condição para usar significados particulares²² (MANN, 1984, p. 18).

Nota-se que, como se trata de estudos iniciais, Mann (1984) se prende a diferenciações que não serão delimitadas depois como teoria descritiva *versus* teoria construtiva. Pode-se perceber que, com o desenvolvimento da teoria, os autores apresentaram uma caracterização geral dela sem estabelecer tais diferenças.

Ao definir as relações e demonstrar os esquemas, Mann (1984) se limita às relações do tipo núcleo-satélite, não demonstrando os casos em que todas as partes do texto que se combinam estão funcionando como núcleo. Apesar dessas considerações, entende-se que os estudos de Mann (1984) são fundamentais para que se tenha uma visão geral do que seria uma Teoria da Estrutura Retórica – RST.

3.1 Proposições relacionais: definição e breves considerações

Quando se depara com conceitos como relações presentes na RST, convém questionar: essas relações se constituem apenas por meio de partes explícitas do texto? A fim de buscar responder a essas e outras questões, a seguir, as proposições relacionais de Mann e Thompson (1983). Elas podem ser definidas como o significado que emerge da combinação entre duas ou mais partes do texto, não sendo preciso que sejam partes adjacentes. Quando uma proposição relacional estabelece uma relação entre partes de um texto, os seus

²² The mechanisms of RST can thus be described within a more general theory of action, one which recognizes means and ends. Text generation can be treated as a variety of goal pursuit. Schemas are a kind of means, their effects are a kind of ends, and the restrictions created by the use of a particular relations are a kind of precondition to using a particular means.

argumentos discursivos, geralmente, não correspondem a porções literais do texto, mas sim a entidades conceituais derivadas daquelas porções.

Semelhante estudo permite que se compreenda as orações e as classifique não somente baseados em critérios formais, observando os conectivos que as constituem, mas também em critérios discursivos, pois se considera o contexto para depreender as proposições relacionais. Logo, o uso do conectivo *se*, por exemplo, não levará a uma classificação imediata e automática de uma condicional, já que outros aspectos como os semânticos e os pragmáticos também serão analisados.

Mann e Thompson (1983) citam alguns exemplos de proposições relacionais. Serão elencadas a seguir as proposições relacionais propostas por eles com uma breve explicação de cada uma delas, ressaltando que a lista não se configura como um conjunto fixo, pronto e acabado; novas proposições podem ser descobertas.

Quadro 4
Proposições relacionais

Proposição Relacional	Definição	Exemplo
Solução	Uma parte do texto apresenta uma solução para o problema suscitado pela outra parte.	Eu estou com fome. Vamos ao Fuji Gardens.
Evidência	Uma parte fornece evidência para a alegação do que se coloca na outra parte.	Smith parece estar com uma nova namorada. Ele tem viajado muito para Nova York.
Motivação	Uma parte do texto fornece ao destinatário (leitor ou ouvinte) a motivação para o cumprimento dos comandos expressos. Obs.: Segundo Mann e Thompson, as proposições relacionais desse tipo aparecem, geralmente, em propagandas.	Tome Bufferin. O componente de Bufferin evita o excesso de ácido no estômago.
Razão	Uma parte do texto fornece uma base racional para que se acredite na proposição expressa pela outra parte.	Eu vou até a esquina. Estamos totalmente sem leite.

(Continua)

Proposição Relacional	Definição	Exemplo
Sequência	Duas ou mais partes do texto transmitem eventos que ocorrem em sequência, ou seja, um após o outro.	Joana foi ao shopping, comprou pipoca e entrou no cinema.
Capacitação	Uma parte do texto fornece informações que capacita o destinatário (leitor/ouvinte) a cumprir o comando expresso pela outra parte.	Você poderia abrir a porta? Aqui está a chave.
Elaboração	Uma parte do texto elabora, especifica os conceitos veiculados pela outra parte. São citados dois subtipos de elaboração: <ul style="list-style-type: none"> • Uma porção do texto pode expressar uma abstração ou uma generalização, enquanto a outra especifica um tipo daquela abstração ou generalização (Cf. ex.1). • Uma porção do texto pode expressar um processo, enquanto a outra apresenta uma etapa desse processo (Cf. ex. 2). 	Ex.1: Estou triste com suas atitudes. Você chegou bêbado e insultou o trocador do ônibus. Ex.2: Vou à livraria. Procurarei por <i>Cohesion in English</i> .
Reafirmação	A segunda parte do texto reafirma a primeira parte.	Eu sou um pacifista. Sou contra todo tipo de guerra.
Condição	Uma parte estabelece uma condição para que a outra se realize.	Coma uma comida leve no almoço. Você se sentirá bem melhor.
Circunstância	Uma das partes do texto estabelece uma circunstância ou situação e a outra parte se relaciona de alguma forma com aquela circunstância ou situação.	Ele caminhou lentamente para a estação de ônibus. Ele estava pensando sobre a briga que teve com Ken mais cedo naquela manhã.
Causa	Uma parte do texto apresenta uma causa para a condição expressa pela outra parte.	É muito caro comprar casa na Califórnia. Vamos ter que alugar um apartamento.

(Continua)

Proposição Relacional	Definição	Exemplo
Concessão	Uma parte reconhece algo que refuta ou considera depreciativo em outra parte do texto.	Não estou levando guarda-chuva para o trabalho hoje. Sei que a meteorologia divulgou a possibilidade de chuvas.
Fundo	Uma parte do texto fornece para outra informações sem as quais esta última não pode ser adequadamente compreendida.	Trouxe os salgadinhos para a festa. Vamos comemorar o aniversário de Marta hoje.
Tese/antítese	Ocorre quando duas concepções são contrastadas.	Não queremos suco de laranja. Queremos suco de maçã.

Nota: Ressaltamos que os exemplos foram traduzidos e retirados de Mann e Thompson (1983). Entretanto, em alguns casos, os exemplos deles não eram muito claros quando se traduzia para o português. Nesses casos, optamos por colocar exemplos nossos a fim de facilitar o entendimento das proposições relacionais. Assim, como forma de diferenciação, nossos exemplos são citados em negrito

Mann e Thompson (1983) explicam que as diferenças entre as proposições relacionais de evidência, justificativa, razão e motivo são tênues e geram, por vezes, dificuldades de estabelecer uma diferenciação entre elas. Para procurar resolver essas questões, eles propõem uma tentativa de mostrar como se pode contrapor uma a outra. Assim, mencionam que:

- A evidência estaria mais para constatar algo do que sugerir uma ação.
- A justificativa trataria de atos de fala autorizados pelo próprio texto.
- A motivação se relacionaria a uma ação futura, já que o leitor ou ouvinte seria motivado a desempenhar uma determinada ação.
- A razão representaria um conjunto de ações racionais.

Apesar dessas diferenças arroladas por Mann e Thompson (1983), acredita-se que elas não são suficientes para estabelecer distinções entre uma e outra, ou seja, mesmo com as características levantadas pelos autores, por vezes, depara-se com dúvidas para se definir precisamente semelhantes proposições. Tendo em vista essas questões, Decat (1993) utiliza a denominação *Motivo* para contemplar qualquer articulação de cláusulas que expressem causa, razão, justificativa, etc.

Outro aspecto que, muitas vezes, gera problema é a distinção entre causa e razão. Como, neste estudo, procura-se analisar as orações levando em conta a situação comunicativa, as relações serão definidas seguindo uma tabela de relações²³ presente no *site* da RST. Optou-se por seguir as relações apresentadas nessa tabela, já que fazem parte da Teoria da Estrutura Retórica, a qual constitui um dos nossos aportes teóricos, e, também, pelo fato de a tabela demonstrar diferenças entre as relações de evidência, justificativa e motivação de forma mais detalhada. Ademais, na tabela, não há a relação de razão, ou seja, não se estabelece uma distinção entre causa e razão, já que apenas a relação de causa é explicitada.

A respeito das características principais das proposições relacionais, Mann e Thompson (1983) explicam que elas são relativamente *básicas*; com isso querem dizer que há uma tendência de outros tipos de inferências derivarem delas, mas o contrário não ocorre, isto é, elas não derivam de outras inferências. Como exemplo, eles citam:

Eu estou com fome. Vamos ao Fuji Gardens (MANN E THOMPSON, 1983, p. 10). A partir dessas partes de texto que se combinam, mencionam algumas inferências que podem ser depreendidas delas, tais como:

- a) Eu quero estar em algum lugar em que eu possa comer;
- b) Eu gosto de comida japonesa;
- c) Eu não me importo de comer peixe cru.

Os autores desejam demonstrar, ao citarem essas inferências, que a proposição relacional que se estabelece entre essas partes do texto é de solução e que, a partir dela, outras inferências podem surgir como os exemplos a), b) e c). Nesse sentido, as inferências elencadas dependem da idéia expressa pela relação de solução entre as duas partes do texto, sendo, portanto, essa relação a mais básica do texto. A partir desses exemplos, eles tentam mostrar o porquê de as proposições relacionais apresentarem a propriedade de serem mais básicas. Logo, não são as alternativas a), b) e c) que permitem estabelecer uma idéia de solução, mas é a idéia de solução que permite que se faça alusão a essas inferências.

Outra característica exposta por eles para as proposições relacionais diz respeito ao fato de elas surgirem independentemente de qualquer marca específica de sua existência. Isso não quer dizer que, entre partes do texto que se combinam, se houver a presença de algum conectivo, não se pode fazer menção a qualquer proposição relacional. O que se deseja

²³ Explicitar-se-á sobre essa tabela de relações quando se for tratar mais detalhadamente sobre a RST.

deixar claro é que as proposições relacionais independem de qualquer marcador estrutural para existir. Logo, ao se citar um dos exemplos do quadro 3: *Não estou levando guarda-chuva para o trabalho hoje. Sei que a meteorologia divulgou a possibilidade de chuvas*, percebe-se que não há nenhum conectivo entre essas duas partes e, apesar disso, pode-se obter a proposição relacional de concessão, ou seja, o conectivo não foi determinante.

Mann e Thompson (1983) acreditam também que as proposições relacionais estão envolvidas em atos comunicativos, ou seja, envolvem atos relacionais ilocucionários, tendo assim, força de uma afirmação ou de uma questão. Para validar essa hipótese, citam algumas linhas de evidência, das quais será feita menção a três:

1) Negação

Mann e Thompson (1983) demonstram que a proposição relacional tem força de uma sentença afirmativa ou de uma questão, porque, se uma das partes do texto for negada, o texto se torna incoerente. Assim, no exemplo:

a) Vou dar uma jóia de presente para você. Aqui está o cheque.²⁴

se, ao lado dessas porções de texto, for introduzida a negação: *O cheque não tem fundo*, o texto se tornará desconexo, pois permite que se questione: *Como alguém dará um presente e pagará com um cheque sem fundos?* Desse modo, o fato de uma negação produzir incoerência reafirma que as proposições relacionais estão relacionadas à coerência textual, por isso não podem ser negadas.

2) Redundância

Sobre esse aspecto, eles reafirmam que as proposições relacionais podem exercer uma característica de sentença afirmativa ou interrogativa. No exemplo:

b) É muito caro comprar casa na Califórnia. Vamos ter que alugar um apartamento.

se, a essas porções textuais, fosse acrescentada uma afirmativa: *Na Califórnia, as casas são caras*, ou, uma interrogativa *Vamos ter que alugar um apartamento?*, o período se tornaria redundante.

3) Responsabilidade Social

²⁴ Exemplos nossos.

Sobre essa questão, Mann e Thompson (1983, p.16) ressaltam que “se você disser ‘está chovendo’, e eu olhar para fora e vir que não está chovendo, eu posso voltar e dizer ‘Mas você disse que estava chovendo’”²⁵. Logo, para eles, as proposições relacionais parecem carregar tipos similares de responsabilidade social como as afirmações explícitas.

A partir dessas explicações, Mann e Thompson (1983) procuram afirmar que as proposições relacionais funcionam também como proposições envolvidas em outros tipos de atos ilocucionários em que elas estão disponíveis para vários tipos de processos inferenciais. Ao mostrar que as proposições relacionais tendem a ser básicas, eles demonstram também exemplos em que, a partir delas, pode-se, por inferência, estabelecer outras porções de texto.

Por meio dos aspectos de negação, redundância e responsabilidade social, por exemplo, evidenciam que as proposições relacionais são comunicadas com a força ilocucionária de uma afirmativa ou uma questão (sentença interrogativa). Além disso, se as proposições relacionais possuem a força de uma afirmação ou de uma questão, “elas se tornam parte do entendimento tácito do leitor do texto como elementos de atos comunicativos desempenhados pelo escritor”²⁶ (MANN E THOMPSON, 1983, p. 16).

Outro ponto relevante a ser mencionado sobre as proposições relacionais é que elas não se restringem a aspectos organizacionais do texto. Conforme Mann e Thompson,

embora as proposições relacionais surjam em algum sentido expandindo limites internos de um texto, sendo inerentemente combinações, elas fazem mais do que simplesmente relacionar partes do texto. Isto é, não lidam apenas com adjacência, precedência textual, limites de partes do texto, ou outras questões que devem ser derivadas das partes. Pelo contrário, expressam o assunto essencial (1983, p.16)²⁷.

Entende-se, então, que as proposições relacionais não se referem somente a aspectos organizacionais do texto, mas também são importantes para o estabelecimento da coerência, além de exibirem relações presentes na temática textual. Ademais, são essenciais para o funcionamento efetivo de um texto. E como afirmam Mann e Thompson (1983, p. 17):

²⁵ If you say ‘It’s raining’, and I look outside and see that it is not raining, I can come back and say, ‘But you said it was raining’.

²⁶ They become part of the reader’s tacit understanding of the text as elements of communicative acts performed by the writer.

²⁷ Even though the relational propositions arise in some sense spanning internal boundaries of a text, being inherently combinational, they do more than simply relate parts of text. That is, they do not simply deal with adjacency, textual precedence, boundaries of parts of text, or other matters which might be derived from the contributing parts. Instead, they convey essential subject matter.

“[...] se nós imaginarmos uma maneira de ler um de nossos textos sem suas proposições relacionais, não teremos um texto coerente”²⁸.

3.2 Aspectos importantes sobre a RST

Conforme se mencionou, a Teoria da Estrutura Retórica, de um modo geral, define-se por estar relacionada a questões que se referem à coerência textual. O que significa coerência textual para a RST?

Uma possível definição de coerência é a ausência de seqüências lógicas e lacunas. Ou seja, cada uma das partes de um texto coerente possui uma função, uma razão plausível para a sua existência, evidente para os leitores e, além disso, causa a impressão de que não lhe faltam quaisquer partes²⁹.

Na RST, acredita-se que os textos são motivados por propósitos comunicativos; logo, o escritor tem uma intenção ao escolher as unidades que formam o seu texto, por isso uma análise baseada na RST se propõe a atribuir uma razão de existência para cada porção do texto e não considera que essas partes sejam simplesmente colocadas uma ao lado da outra, sem levar em conta a situação comunicativa.

Como a RST lida com partes de textos que se combinam, o observador, ao analisar as relações que emergem dessas porções, pode se deparar com dúvidas ou dificuldades, ou, até mesmo, com situações ambíguas para definir qual é a relação predominante em determinadas porções textuais. É importante, então, levar em conta vários aspectos para que seja realizada uma análise adequada das orações, tais como: quais são as restrições do núcleo sobre o satélite e vice-versa; o gênero textual ao qual o texto pertence e questões culturais. Mas, apesar dos pontos citados, que podem contribuir para dirimir os problemas suscitados em uma análise,

o texto pode possuir mais de uma análise, seja porque o observador encontra em situações de ambigüidade, seja porque pensa que a intenção do autor se explica melhor através de uma combinação de diferentes análises. Esta

²⁸[...] if we imagine a way of reading one of our texts without its relational propositions, we do not have a coherent text.

²⁹ Disponível em: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/intro.html>>. Acesso em: 1 mar. 2009.

combinação, provavelmente, não pode representar mais de uma estrutura em árvore; porém as combinações em si são bastante raras³⁰.

Destaca-se que, ao especificar o papel do observador, a RST permite que se forneça, de certo modo, uma base da discussão da subjetividade da análise. Como menciona Pardo (2005, p.12):

é comum, neste nível de análise, que haja mais de uma estrutura retórica possível para um texto, como os próprios autores da RST reconhecem. O principal motivo para isso é que a estrutura discursiva subjacente a um texto depende da interpretação deste. Esta interpretação, por sua vez, é puramente subjetiva, podendo variar com o leitor do texto.

Assim, apesar de toda a subjetividade, trabalhar com a RST contribui para uma análise textual pautada em critérios discursivos e pragmáticos, já que, ao se iniciar uma análise, não é possível se restringir aos aspectos organizacionais.

Segundo Antonio (2004), uma importante contribuição da RST é a

possibilidade de descrever as relações existentes entre as partes do texto, ou seja, por meio dessa teoria, pode-se descrever que ligações conferem unidade ao texto. Essas relações são estabelecidas por meio de quatro tipos de elementos: relações, esquemas, aplicações de esquemas e estruturas (ANTONIO, 2004, p. 225).

Quanto a esses quatro tipos de elementos, os três primeiros foram explicitados quando foi feita alusão aos trabalhos de Mann (1984). Em relação ao último elemento – estruturas –, será feita alusão a ele mais à frente, neste capítulo.

Com o desenvolvimento da RST, surgiram alguns aspectos que não haviam sido contemplados nos estudos iniciais. Sobre as relações, por exemplo, acrescenta-se ao que já foi dito que a palavra caracterização, utilizada por Mann (1984), será substituída por restrição. Desse modo, serão encontradas as seguintes expressões: restrição sobre o núcleo ou sobre o satélite e restrições sobre a combinação do núcleo com o satélite³¹. Deve-se ressaltar, uma vez mais, que essas relações são norteadas por questões de plausibilidade, pois o analista não tem acesso ao produtor do texto, nem ao seu interlocutor.

³⁰ Disponível em: < <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/intro.html>>. Acesso em: 1 mar. 2009.

³¹ Serão esboçadas essas restrições nos quadros de definições de relações que serão mostrados ainda neste capítulo.

Outra observação importante no que diz respeito à organização das relações é que elas podem ser do tipo núcleo-satélite, em que uma porção do texto é ancilar à outra, e multinuclear, em que as partes apresentadas funcionam como núcleos. Os núcleos são representados por N e os satélites, por S. Quanto às relações núcleo-satélite, é importante salientar que elas são subdivididas em dois tipos: apresentação e conteúdo. As primeiras são aquelas que objetivam aumentar a posição tendencial do leitor, como, por exemplo, a vontade de agir ou o grau de atitude positiva, crença ou aceitação do núcleo; as relações de conteúdo são aquelas que procuram levar o leitor a reconhecer a relação em causa³².

Salienta-se também que N e S designam as situações apresentadas por N e S e não se referem ao texto de N e S. Ademais, para a RST, o termo situação é analisado de modo amplo, relaciona-se a proposições ou crenças, ao porquê de se realizar e aceitar uma determinada ação.

É importante mencionar também que na RST as relações definem as condições que ligam duas partes dos textos. Logo, para a definição de uma relação, observam-se quatro condições:

- a) restrições sobre o núcleo;
- b) restrições sobre o satélite;
- c) restrições sobre a combinação entre o núcleo e o satélite;
- d) efeito.

Desse modo, em uma relação como a de evidência, por exemplo, que é núcleo-satélite, a restrição sobre o núcleo seria o fato de o enunciatário (leitor/ouvinte) poder não acreditar no conteúdo do núcleo em um grau satisfatório ao enunciador (autor/falante). Já quanto às restrições sobre o satélite, por meio desse, o enunciatário pode acreditar no conteúdo do núcleo ou considerá-lo digno de crédito. No que se refere às restrições sobre a combinação entre o núcleo e o satélite, a compreensão do conteúdo do satélite, por parte do enunciatário, aumenta sua confiança no conteúdo do núcleo. Sobre o efeito, na relação de evidência, pode-se dizer que há um aumento da confiança do enunciatário no conteúdo do núcleo. Para que se compreenda melhor o que foi explicitado acima, a relação de evidência será demonstrada no quadro abaixo:

³² Disponível em <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/intro.html>. Acesso em 1 mar. 2009.

Quadro 5
Caracterizando a relação de evidência

Relação de evidência			
Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N + S	Intenção do A
Evidência	em N: L pode não acreditar em N a um nível considerado por A como sendo satisfatório. em S: L acredita em S ou considera-o credível.	A compreensão de S por L aumenta a crença de L em N.	A crença de L em N aumenta.

Fonte: < <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html> >.

Nota: L se refere ao leitor/ouvinte (visto de forma ampla como destinatário) e A, ao autor/falante.

Sobre as relações multinucleares, será citada como exemplo a de contraste e explicitado o quadro que demonstra as condições observadas na definição dessa relação. Ressalta-se que, nas relações multinucleares, das quatro condições elencadas acima, não há a presença da b) e c) (restrições sobre o satélite e restrições sobre a combinação entre o núcleo e o satélite), já que não há satélite nesse tipo de relação.

Quadro 6
Caracterizando a relação de contraste

Relação de contraste		
Nome da relação	Condições em cada par de N	Intenção de A
Contraste	Nunca mais de dois núcleos; as situações nestes dois núcleos são (a) compreendidas como sendo as mesmas em vários aspectos (b) compreendidas como sendo diferentes em alguns aspectos, e (c) comparadas em termos de uma ou mais destas diferenças.	L reconhece a possibilidade de comparação e a(s) diferença(s) suscitadas pela comparação realizada.

Fonte: < <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html> >.

Como já foi mencionado, o elemento *relação*, será explicitado o elemento *esquema*, que foi definido por Mann (1984) como um conjunto de relações estabelecidas entre um satélite e um núcleo. Todavia, nos estudos posteriores, o esquema é definido de forma mais ampla, já que abarca não só relações entre satélite e núcleo, mas também as que envolvem dois ou mais núcleos.

A partir das relações encontradas nos textos, formar-se-iam os esquemas. Esses são representados por linhas verticais, horizontais e curvas. As linhas horizontais serão as porções dos textos, a curva representará as relações formadas entre *núcleo e satélite*. A linha vertical designa o núcleo. Desse modo, as orações que se articulam – *Coma uma comida leve no almoço. Você se sentirá bem melhor* – seriam representadas da seguinte forma:

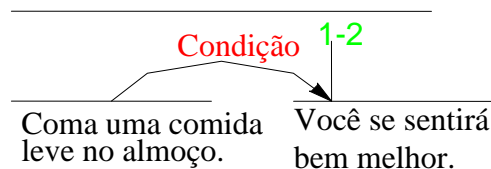


Diagrama 1 – Relação retórica de condição

Esse esquema mostra que o texto foi dividido em duas partes (1-2): a unidade (2) representa o núcleo e a (1), o satélite; a curva sempre vai do satélite para o núcleo. Além disso, começa-se a contar do lado esquerdo para o direito, logo a parte 1 sempre corresponderá ao texto mais à esquerda. Nesse sentido, a parte 1 – *Coma uma comida leve no almoço* – seria o satélite, já a 2 – *Você se sentirá bem melhor* – corresponderia ao núcleo. Nesse caso, demonstrou-se uma relação de condição que ocorre quando a realização do núcleo depende da realização do satélite, conforme explicita o quadro de relações da Teoria da Estrutura Retórica.

Nas relações multinucleares, ao se formarem os esquemas, utilizam-se as linhas horizontais com os mesmos objetivos, mas, no lugar de linhas verticais, há diagonais que representam os dois ou mais núcleos presentes na relação. Logo, é possível demonstrá-las da seguinte maneira:

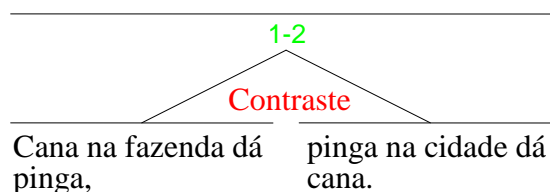


Diagrama 2 – Relação retórica de contraste

No esquema das relações multinucleares, (1-2) representam as porções dos textos, sendo tanto (1) quanto (2) núcleos, estabelecendo entre si, nesse caso, uma relação de contraste.

Quanto à *estrutura*, compreende-se como o agrupamento de esquemas, ou seja, designa um conjunto de relações que se estabelece em um determinado texto, representando, assim, porções de texto maiores do que os esquemas.

Sobre a aplicação de esquemas, mantém-se o que foi dito por Mann (1984)³³, acrescentando apenas um tópico aos estabelecidos por ele, como cita Antonio (2004), o qual menciona que, em esquemas multinucleares, as relações individuais são opcionais; entretanto, pelo menos uma deve ser estabelecida.

Demonstrou-se apenas um exemplo de relação núcleo-satélite e outro de multinuclear apresentadas no quadro, evidenciando-se como as relações são definidas segundo a RST. Na seqüência seguem todas as relações descritas pela RST, as quais se configurarão como subsídios para as análises deste trabalho.

Quadro 7
Relações de apresentação

Nome da relação	Condição em S ou N, individualmente	Condição em N + S	Intenção do A
Antítese	Em N: A tem atitude positiva face a N.	N e S estão em contraste (cf. a relação de contraste); devido à incompatibilidade suscitada pelo contraste, não é possível ter uma atitude positiva perante ambas as situações; a inclusão de S e da incompatibilidade entre as situações aumenta a atitude positiva de L por N.	A atitude positiva do L face a N aumenta.
Concessão	Em N: A possui atitude positiva face a N. Em S: A não afirma que S não está certo.	A reconhece uma potencial ou aparente incompatibilidade entre N e S; reconhecer a compatibilidade entre N e S aumenta a atitude positiva de L face a N.	A atitude positiva de L face a N aumenta.

(Continua)

³³ Ver p. 36

Nome da relação	Condição em S ou N, individualmente	Condição em N + S	Intenção do A
Elaboração	Em N: apresenta uma ação de L (incluindo uma aceitação de uma oferta), não realizada face ao contexto de N.	A compreensão de S por L aumenta a capacidade potencial de L para executar a ação de N.	A potencial capacidade de L para executar a ação em N aumenta.
Evidência	Em N: L pode não acreditar em N a um nível considerado por A como sendo satisfatório. Em S: L acredita em S ou considera-o credível.	A compreensão de S por L aumenta a crença de L em N.	A crença de L em N aumenta.
Fundo	Em N: L não compreende integralmente N antes de ler o texto de S.	S aumenta a capacidade de L compreender um elemento em N.	A capacidade de L para compreender N aumenta.
Justificação	Nenhuma	A compreensão de S por L aumenta a sua tendência para aceitar que A apresente N.	A tendência de L para aceitar o direito de A a apresentar N aumenta.
Motivação	Em: N é uma ação em que L é o autor (incluindo a aceitação de uma oferta), não realizada face ao contexto de N.	A compreensão de S aumenta a vontade de L para executar a ação em N.	A vontade de L para executar a ação em N aumenta.
Preparação	Nenhuma	S precede N no texto; S tende a fazer com que L esteja mais preparado, interessado ou orientado para ler N.	L está mais preparado, interessado ou orientado para ler N.
Reformulação	Nenhuma	Em N + S: S reformula N onde S e N possuem um peso semelhante; N é mais central para alcançar os objetivos de A do que S.	L reconhece S como reformulação.

(Continua)

Nome da relação	Condição em S ou N, individualmente	Condição em N + S	Intenção do A
Resumo	Em N: N deve ser mais do que uma unidade.	S apresenta uma reformulação do conteúdo de N, com um peso inferior.	L reconhece S como uma reformulação mais abreviada de N.

Fonte: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>>

Quadro 8
Relações de conteúdo

Nome da relação	Condição de S ou N, individualmente	Condição em N + S	Intenção do A
Alternativa (anti-condicional)	Em N: N representa uma situação não realizada. Em S: S representa uma situação não realizada.	Realização de N impede a realização de S.	L reconhece a relação de dependência de impedimento que se estabelece entre a realização de N e a realização de S.
Avaliação	Nenhuma	Em N + S: S relaciona N com um grau de atitude positiva de A face a N.	L reconhece que S confirma N e reconhece o valor que lhe foi atribuído.
Causa involuntária	Em N: N não representa uma ação voluntária.	S, por outras razões que não uma ação voluntária, deu origem a N; sem a apresentação de S, L poderia não conseguir determinar a causa específica da situação, a apresentação de N é mais importante para cumprir os objetivos de A, ao criar a combinação N-S, do que a apresentação de S.	L reconhece S como causa de N.

(Continua)

Nome da relação	Condição de S ou N, individualmente	Condição em N + S	Intenção do A
Causa voluntária	Em N: N constitui uma ação voluntária ou mesmo uma situação possivelmente resultante de uma ação voluntária.	S poderia ter levado o agente da ação voluntária em N a realizar essa ação; sem a apresentação de S, L poderia não perceber que a ação foi suscitada por razões específicas ou mesmo quais foram essas razões; N é mais importante do que S para cumprir os objetivos de A, na criação da combinação N-S.	L reconhece S como causa da ação voluntária em N.
Circunstância	Em S: S não se encontra não realizado.	S define um contexto no assunto, no âmbito do qual se pressupõe que L interprete N.	L reconhece que S fornece o contexto para interpretar N.
Condição	Em S: S apresenta uma situação hipotética, futura, ou não realizada (relativamente ao contexto situacional de S).	Realização de N depende da realização de S.	L reconhece de que forma a realização de N depende da realização de S.
Condição inversa	Nenhuma.	S afeta a realização de N; N realiza-se desde que S não se realize.	L reconhece que N se realiza desde que S não se realize.

(Continua)

Nome da relação	Condição de S ou N, individualmente	Condição em N + S	Intenção do A
Elaboração	Nenhuma.	S apresenta dados adicionais sobre a situação ou alguns elementos do assunto apresentados em N ou passíveis de serem inferidos de N, de uma ou várias formas, conforme descrito abaixo. Nesta lista, se N apresentar o primeiro membro de qualquer par, então S inclui o segundo: conjunto: membro abstração: exemplo todo: parte processo: passo objeto: atributo generalização: especialização.	L reconhece que S proporciona informações adicionais a N. L identifica o elemento do conteúdo relativamente ao qual se fornece pormenores.
Incondicional	Em S: S poderia afetar a realização de N.	N não depende de S.	L reconhece que N não depende de S.
Interpretação	Nenhum.	Em N + S: S relaciona N com várias idéias que não se encontram diretamente relacionadas com N, e que não estão relacionadas com a atitude positiva de A.	L reconhece que S relaciona N com várias idéias que não se encontram relacionadas com o conhecimento apresentado em N.
Método	Em N: uma atividade.	S apresenta um método ou um instrumento que tende a aumentar as probabilidades de realização de N.	L reconhece que o método ou instrumento de S tende a aumentar as probabilidades de realização de N.

(Continua)

Nome da relação	Condição de S ou N, individualmente	Condição em N + S	Intenção do A
Propósito	Em N: N é uma atividade; em S: S é uma situação que não se encontra realizada.	S será relacionada através da atividade de N.	L reconhece que atividade em N se inicia para realizar S.
Resultado involuntário	Em S: S não representa uma ação voluntária.	N causou S; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objetivos de A, ao criar a combinação N-S, do que a apresentação de S.	L reconhece que N poderia ter causado a situação em S.
Resultado voluntário	Em S: S constitui uma situação ou ação voluntária possivelmente resultante de uma ação voluntária.	N pode ter causado S; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objetivos de A do que a apresentação de S.	L reconhece N como uma causa de ação ou situação em S.
Solução	Em S: S apresenta um problema.	N constitui uma solução para o problema apresentado em S.	L reconhece N como uma solução para o problema apresentado em S.

Fonte: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>>

Quadro 9
Relações multinucleares

Nome da relação	Condições em cada par de N	Intenção de A
Conjunção	Os elementos unem-se para formar uma unidade onde cada um dos elementos desempenha um papel semelhante.	L reconhece que os elementos inter-relacionados se encontram em conjunto.
Contraste	Nunca mais de dois núcleos; as situações nestes dois núcleos são (a) compreendidas como sendo as mesmas em vários aspectos (b) compreendidas como sendo diferentes em alguns aspectos, e (c) comparadas em termos de uma ou mais destas diferenças.	L reconhece a possibilidade de comparação e a(s) diferença(s) suscitada pela comparação realizada.
Disjunção	Um dos elementos apresenta uma alternativa (não necessariamente exclusiva) à(s) outra(s).	L reconhece que os elementos inter-relacionados constituem alternativas.
Junção	Nenhuma.	Nenhuma.
Lista	Um elemento comparável a outros e ligado a outro N através de uma relação de Lista.	L reconhece a possibilidade de comparação dos elementos relacionados.
Reformulação multinuclear	Um elemento constitui, em primeiro lugar a repetição de outro, com o qual se encontra relacionado; os elementos são de importância semelhante aos objetivos de A.	L reconhece a repetição através dos elementos relacionados.
Seqüência	Existe uma relação de sucessão entre as situações apresentadas nos núcleos.	L reconhece as relações de sucessão entre os núcleos.

Fonte: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>>

Ao se analisarem as orações, elas serão segmentadas em *idea unit*, termo utilizado por Chafe (1980), traduzido como *unidade de informação*, que pode ser definida como: “ ‘jatos de linguagem’, ou ‘blocos de informação’, que geralmente equivalem a uma oração, mas não necessariamente, podendo ser qualquer porção de texto que constitua uma unidade de

informação” (DECAT, 2010, p. 233). Para melhor compreender as unidades de informação, torna-se importante citar os exemplos dados por Decat (2010, p. 233):

João saiu e Marta entrou = 2 UI;

João disse que Maria entrou = 1 UI (em que temos um encaixamento³⁴ num complexo oracional maior);

João chegou quando Maria saiu = 2 UIs (cada oração é uma UI);

Este é o livro que comprei = 1 UI (em que a oração relativa restritiva faz parte do complexo oracional maior);

João chamou por Maria, que não escutou = 2 UIs (em que a oração relativa explicativa/apositiva não se encaixa na anterior).

Além disso, afirma Decat (1993, p. 113) que as unidades de informação, conforme Chafe (1980),

podem ser identificadas pela entonação (contorno entoacional de final de cláusula), pela pausa (ou hesitação), ainda que breve, que as separa de outra unidade. Além disso, as unidades informacionais tendem a se caracterizar sintaticamente como constituindo uma única cláusula. Esses três fatores não têm, necessariamente, de estar todos presentes na identificação da unidade de informação.

Além dos estudos citados, considera-se importante fazer alusão aos que corroboram os da RST. Assim, Taboada (2006) discute como os marcadores discursivos podem demonstrar relações e se a presença deles seria um fator preponderante para designar uma relação. No texto *Discourse Markers as Signals (or Not) of Rhetorical Relations*, por exemplo, ela utiliza um *corpus* composto de fala orientada e artigos de jornal. Nesse texto, inicialmente, retoma alguns conceitos como RST e relações retóricas.

Ao mencionar os marcadores discursivos, Taboada (2006) observa que eles podem ser sinalizados por meio de aspectos morfológicos (relações temporais, por exemplo), sintático (tipo sentencial), semântico (o significado do verbo) e pragmático (implicaturas). Os marcadores discursivos contribuem para a compreensão do texto, pois, de certo modo, funcionam como pistas para que o leitor compreenda qual a relação foi construída no texto. Nesse sentido, Haberlandt (1982), *apud* Taboada (2006), observa que as relações são processadas mais rapidamente quando há uma marca lingüística, um marcador discursivo.

³⁴ Ao se referir ao encaixamento, Decat segue as mesmas definições de Matthiessen e Thompson (1988), os quais consideram as tidas tradicionalmente como adjetivas restritivas e as completivas de sujeito ou de objeto como casos de encaixamento.

Conclui-se, então, que os marcadores implícitos são mais difíceis de serem identificados, todavia, semelhante fato não impede que se estabeleçam relações a partir deles.

Outro aspecto interessante é que Taboada (2006) acredita que definições devem ser orientadas em critérios semânticos e funcionais, e não por meio de sinais morfológicos e sintáticos, porque um dado sinal (marca), um conectivo, por exemplo, pode ser aplicável a mais de uma relação.

Acredita-se que ela pretende investigar como os marcadores discursivos sinalizam uma relação retórica particular. Assim, nota-se que, para uma mesma relação, podem ser usados diferentes tipos de marcadores e que um mesmo marcador designa mais de um tipo de relação. Ademais, há relações que não são sinalizadas por qualquer mecanismo que as determine. Na análise do *corpus* do texto mencionado, ela apontou que as relações geralmente marcadas foram: concessão, circunstância e resultado, já as raramente sinalizadas foram: fundo, elaboração e resumo.

Como se observou, Taboada (2006) questiona se a ausência de marcadores poderia determinar alguma relação e conclui que a relação existe, mesmo que não haja marcador, já que a presença de marcadores e de sinalizações (como tempo verbal, finitude/infinitude) podem ajudar a especificar uma relação, mas não são suficientes para determiná-la. Logo, em alguns casos, a sinalização não contribui para definir a relação e pode, até mesmo, gerar ambigüidade. A conclusão de Taboada (2006) corrobora os estudos das proposições relacionais e, por conseguinte, das relações retóricas, já que semelhantes estudos afirmam que a análise de um texto não deve se ater a critérios puramente sintáticos, ou apenas semânticos, observando simplesmente o conectivo que encabeça uma porção do texto. É preciso ir além, considerando as relações que emergem das partes do texto, levando em conta a junção de critérios sintático-semântico-pragmáticos. Por esses motivos, foi necessário mencionar, mesmo que brevemente, os estudos de Taboada (2006).

Neste trabalho, são enfatizados os estudos da RST, por se acreditar que:

um trabalho de descrição de textos pode encontrar na TERT uma fonte profícua para explicar parte dos elementos que intervêm na compreensão de um texto, explicando, dessa forma, a razão pela qual o autor construiu e organizou seu texto de uma determinada forma, por força de suas opções organizacionais. Isso corrobora os termos de Hopper (1988), segundo os quais o usuário da língua não constrói seus enunciados retirando palavras de um catálogo conforme se adaptem, ou não, a uma determinada construção sintática; ao contrário, a forma categorial que os elementos da língua assumem é um reflexo da função que exercem num contexto retórico particular (DECAT, 2010, p. 259-260).

4 O GÊNERO PROVÉRBIO

Conforme já se mencionou, o *corpus* deste trabalho é constituído de provérbios. Então, neste capítulo, delimita-se o que se considera como gênero textual e, também, as principais características dos provérbios, a sua história, as suas curiosidades e as dificuldades de definição.

Já que serão estudados os provérbios, torna-se importante conceituar o que vem a ser a Paremiologia. Assim, segundo Amaral (1976, p.226) “a paremiologia é o estudo das formas de expressão colectivas e tradicionais incorporadas à linguagem corrente”. A essas palavras, acrescentam-se as de Mimoso (2008, p.156): “Ao estudo da descrição, da classificação, da etimologia e da pragmática dos provérbios dá-se o nome de paremiologia, palavra derivada de parêmia, sinônima de provérbio”. Se a paremiologia se caracteriza pelo estudo das formas de tradição coletiva, convém questionar: quais são essas formas?

Como o presente trabalho se deterá no estudo dos provérbios, realizar-se-á uma breve abordagem sobre eles e, depois, serão discutidas as diversas formas de tradição popular, as quais recebem denominações de anexins, adágios, máximas, locuções, ditos e ditados, entre outros. O intuito principal, ao retomar essas formas, é demonstrar se é necessário diferenciar provérbios de adágios, máximas e outros.

4.1. Gêneros textuais

É comum associar os gêneros a fenômenos históricos e sociais; mas qual seria a sua contribuição para o estudo de textos? Entende-se que os gêneros contribuem para ordenar as atividades comunicativas do dia-a-dia e são fortemente dinâmicos. Além disso,

surgem emparelhados a necessidades e atividades sócio-culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita (MARCUSCHI, 2003, p. 19).

Ressalta-se que, conforme Marcuschi (2003), os gêneros devem ser caracterizados mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas propriedades lingüísticas e estruturais. Isso não significa que não se devam observar os aspectos estruturais,

mas sim que os funcionais tendem a se sobrepor aos mais formais na definição de um gênero. Entretanto, enfatiza-se que tal fato constitui uma tendência, já que não há como determinar; logo, há casos em que a forma define o gênero.

Nota-se que “desde que o ‘novo’ movimento de gêneros começou a florescer no início dos anos 80, tem havido uma visão amplamente consensual de que os gêneros são mais bem definidos como entidades orientadas para objetivos ou propósitos” (ASKEHAVE E SWALES, 2009, p. 221). Apesar dessa posição, é importante asseverar que não há como identificar um único objetivo ou propósito para um dado gênero, já que eles podem ter múltiplos propósitos, ou, até mesmo, propósitos contrários. Nessa perspectiva, entende-se que observar os gêneros pelos seus objetivos comunicativos é um aspecto fundamental, entretanto, não deve ser colocado como central e definitivo, mas como um dos elementos que contribuem para a análise.

Tendo em vista semelhantes questões, é relevante mencionar como o gênero textual será tratado neste trabalho. Nesse sentido, conforme Marchuschi (2003, p. 23), os gêneros textuais podem ser assim determinados:

- 1) Realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas;
- 2) Constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas;
- 3) Sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal;
- 4) Exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva [...].

Neste trabalho, como não se pretende discutir sobre as diversas questões e definições que envolvem o estudo de gêneros textuais, a definição de Marcuschi (2003) é suficiente para atender aos objetivos pretendidos.

4.2 Uma breve retomada histórica dos provérbios

Os provérbios, até hoje, despertam interesse pelos conhecimentos milenares transmitidos ao longo dos anos e pela beleza das suas metáforas. Mas, há como determinar precisamente quando surgiu o primeiro provérbio? Por serem geralmente de autores desconhecidos e por se caracterizarem pela atemporalidade, torna-se difícil responder com precisão a essa pergunta. Entretanto, de acordo com Amaral (1976, p. 215):

Na França, segundo Leroux de Lincy, já no século XII se faziam colecções de ‘respits’ ou ‘reprouviers’ – aos quais, no século seguinte, se começou a dar o nome erudito de ‘proverbes’, por influência dos latinos e particularmente dos provérbios de Salomão, lidos e traduzidos nas escolas universitárias. De então em diante, e sobretudo depois da descoberta da imprensa, a actividade dos coleccionadores veio num crescendo contínuo, acumulando uma bibliografia colossal.

Amaral (1976) ressalta que os primeiros livros sobre provérbios se reduzem mais a um trabalho de *coleccionador* em que os autores reuniam vários provérbios e, às vezes, faziam algum comentário sobre a sua origem e significado. Nas obras, o trabalho de seleção de provérbios se pautava em critérios, muitas vezes, subjetivos, tais como: se o provérbio é ou não *belo*, se apresenta uma linguagem adequada, se possui bom senso, etc. Amaral (1976) acredita que o grande mérito dos estudos proverbiais se deve a Leroux de Lincy na França, já que ele inovou

ao ter compreendido que as fórmulas colectivas e tradicionais podiam ser também olhadas como simples matéria de estudo, semelhantemente a quaisquer outras coisas e fenômenos, e que portanto não havia distinguir entre fórmulas boas e más, belas ou feias, cumprindo pôr de lado todo intento de doutrinação ou qualquer ideia de finalidade prática imediata (Amaral, 1976, p. 230).

Os estudos de Moraes (2007) permitem que se apontem algumas observações relevantes sobre os provérbios. Desse modo, ela explica que, no século XVI, na Inglaterra, os provérbios eram utilizados por grande parcela da população instruída, até mesmo com o objetivo de impressionar. Em contrapartida, no século XVIII, os provérbios praticamente não eram proferidos pela população letrada. Semelhante fato pode ser explicado, conforme Moraes, tendo em vista que “o iluminismo queria libertar-se do passado, e, nessa visão progressista, os provérbios foram considerados ‘estáticos, estereotipados, irremediavelmente mundanos’” (MORAES, 2007, p. 24). Entretanto, com o romantismo, há uma nova valorização dos provérbios, já que “a poesia e a sabedoria podiam ser encontradas tanto nas comunidades camponesas, representando a cultura popular, como no gênio solitário” (MORAES, 2007, p. 25).

Apesar de todos os aspectos apresentados, é importante destacar que foi, sobretudo, na literatura quinhentista e seiscentista que os provérbios “consolidaram espaço”, porque, a partir daí, configurou-se a sua popularização através do uso freqüente em textos.

4.3 Provérbios, adágios, anexins, máximas: como defini-los?

Ao se buscar uma definição para os provérbios, notou-se que eles eram vistos ora como sinônimos de adágios, máximas e anexins, ora através de diferenças entre essas denominações. Entretanto, tais diferenças são, geralmente, tênues e repletas de lacunas. A fim de se procurar uma melhor maneira de resolver essa questão, será realizada uma breve retomada de alguns estudiosos sobre esses conceitos.

Para Jolles (1976), a locução seria uma forma simples que poderia se manifestar sobre a forma de máxima, sentença, dito proverbial, adágio, apotegma e aforismo. Todavia, ele não explicita a respeito de cada uma dessas formas e apenas especifica o dito proverbial, para ele, sinônimo de provérbio. Assim, uma locução que se designaria como uma forma simples: “O homem precisa ter sorte” poderia se atualizar em um provérbio: “Sorte de uns, azar de outros” (JOLLES, 1976, p. 136). Segundo Jolles, a locução seria uma forma mais básica, portanto, a partir dela poderiam surgir outras formas, tais como os provérbios. Mas, como ele não estabelece uma distinção entre essas diversas formas, não é possível realizar um paralelo entre elas.

Ao tentar definir os *dizeres populares*³⁵, Amaral (1976) subdivide-os em três categorias: os que não possuem sentido completo, que ele exemplifica com as frases feitas; os que possuem sentido completo, que incluem os provérbios, adágio ou anexim “típico”; e os que possuem sentido completo, mas com algumas peculiaridades diferentes dos provérbios.

Sobre as frases feitas, menciona que elas transmitem um sentido incompleto por se desenvolverem através de uma ligação anterior que as relacione com outras porções de texto, ou seja, às frases feitas podem ser acrescentadas outras. Nesse sentido, ele cita como exemplo de frases feitas: “... plantar verdes para colher maduras” (p. 220). As reticências indicam que essa frase feita poderia ser relacionada a outro texto que complementaria o seu sentido. Todavia, apesar dessas diferenças, Amaral (1976) argumenta que não existe uma divisão nítida entre os provérbios e as frases feitas.

³⁵ Para os objetivos deste trabalho, será usada a expressão *dizeres populares* para se referir a qualquer um dos sinônimos de provérbios mencionados acima.

Outra *forma coletiva* conceituada por Amaral (1976) são os *apotegmas* também conhecidos como *apólogos proverbiais* “que são como historietas extremamente condensadas e se explicam por comparação às mais variadas situações de vida” (1976, p. 223). Como exemplo, ele cita o apotegma e a origem desse: “ ‘Nada receies’, disse o galo à minhoca; e engoliu-a (Alemanha)”. (AMARAL, 1976, p.223).

Embora tenha dividido os *dizeres populares* em categorias que observavam principalmente o fato de a sentença ser completa ou não, há alguns adágios, os quais expressam sentido completo e são encontrados sobre a forma de frases feitas. Logo, a divisão realizada não consegue estabelecer uma separação coerente entre os *dizeres populares* e, como afirma o próprio Amaral (1976), “entre essas três largas categorias de *dizeres populares* é impossível estabelecer separações nítidas que correspondam à realidade dos fatos” (p. 221).

Por outro lado, Casares (1969) diferencia locução, de frase proverbial e de provérbio. O primeiro termo se caracterizaria por não apresentar sentido autônomo; já o segundo, por receber o adjetivo “proverbial”, é compreendido como algo que tem uma tradição em uma determinada comunidade lingüística, todavia, não contempla todas as características do provérbio. Para Casares (1969), a frase proverbial está relacionada a um acontecimento histórico que lhe deu origem; entretanto, ela possui um aspecto mais específico do que o provérbio, além de nem sempre se revestir de uma atemporalidade, que é típica desse. As frases proverbiais podem ser lembradas por muito tempo, já que são fáceis de serem memorizadas; entretanto semelhante aspecto não se configura como um fator determinante, conforme ocorre com os provérbios. Os provérbios, geralmente, referem-se a acontecimentos universais, já as frases proverbiais a acontecimentos mais específicos. Embora realize tais divisões, Casares (1969) observa as lacunas nessas delimitações. Logo, ele afirma que as complicações para diferenciar esses termos tendem a aumentar quando os provérbios apresentam uma estrutura simples, o que os aproxima das frases proverbiais, tornando mais difícil separar frases proverbiais de provérbios.

Nota-se que distinguir adágios, provérbios, máximas e anexins se torna complicado por gerar ambiguidades e dificuldades para definir um exemplo preciso de cada forma. Amaral (1976) exemplifica: “entre um provérbio típico (por exemplo – *Quem tem boca vai a Roma*) e uma simples e rápida locução (*como não ser carne nem peixe*) é fácil reconhecer uma diferença” (p. 18). Por outro lado, ao analisar um conjunto de provérbios ou se deparar com a diversidade desses, as dificuldades para traçar distinções exatas não constitui uma tarefa fácil.

Além disso, essas dificuldades podem ser percebidas nas diversas obras presentes na literatura corrente. Nesse sentido, alguns autores tratam desse assunto, atribuindo diversas nomenclaturas, como as já citadas: adágios, provérbios, anexins, etc. Outros condensam tudo em um termo só. Ademais,

é extremamente embaraçosa a classificação racional dos dizeres colectivos. A quantidade deles é tão vasta, são tantas as suas variedades, e tão frequentemente oscilam entre tipos diversos, que é talvez impossível distribuí-los com exactidão por diferentes compartimentos (AMARAL, 1976, p. 226).

É importante salientar que toda essa problemática na classificação dessas diversas formas populares se deve também ao fato de tais formas remontarem à antiguidade e a civilizações mais antigas, tais como: Suméria, Egito e China. Nessa perspectiva, afirma Mimoso (2008, p.156):

Na Suméria, foram achadas 700 placas e fragmentos de provérbios que atestam a sua importância e o seu aproveitamento literário. Não se pode esquecer também o largo uso que a Bíblia deles faz. Na Grécia, Aristóteles, Demócrito e Sófocles a eles recorreram bastas vezes e em Roma foram Catão, Cícero e Sêneca os seus principais cultores.

Tendo em vista as diversas lacunas presentes nas definições que pretendem distinguir provérbios de máxima, de adágio, de dito, anexim, entre tantos outros, neste trabalho, optou-se por não estabelecer diferenças de nomenclatura; portanto, tudo será designado por meio do rótulo de *provérbio*. Nesse sentido,

embora haja algumas diferenças, mais ou menos acentuadas, entre todos esses conceitos, elas não têm sido enfatizadas pelos autores que os antologizaram nem pelos escritores que nas suas obras a eles recorreram, pelo que se torna particularmente difícil distingui-los entre si, tanto mais que, na maioria dos casos, não há também da parte dos autores qualquer identificação das fontes utilizadas ou das formas importadas (MIMOSO, 2008, p. 152).

Como não serão estabelecidas diferenças entre as nomenclaturas dos *dizeres populares*, o nosso próximo passo é procurar esboçar um conceito para provérbios e de que forma eles serão definidos neste trabalho.

4.4 Delimitando o conceito de provérbios

No primeiro momento, elencar-se-á uma série de estudiosos e suas definições a respeito dos provérbios, depois serão apontadas as principais características desse gênero, e em seguida, será demonstrado o que se considerará como provérbio neste estudo.

Para Amaral (1976, p. 219-220), os provérbios são definidos

- a) pelo seu caráter de unidades completas e independentes;
- b) pelo seu fundo de generalidade e saber experiencial;
- c) pela sua forma sentenciosa concisa e pitoresca.

A essas palavras, ele acrescenta:

o provérbio, ainda assim bastante sujeito a alterações, tem a favor de sua integridade a maior perfeição de forma e a concisão por vezes lapidar: é naturalmente mnemônico, e além de o ser não sofre, em regra, modificações de palavras sem prejuízo do sentido (AMARAL, 1976, p. 225).

Já Weitzel (1995) utiliza uma frase simples para definir provérbios e, ao mesmo tempo, extremamente significativa: “tão velho quanto o mundo e ao mesmo tempo tão novo quanto os acontecimentos de nossos dias” (p. 119).

Paulo Rónai (*apud* MOTA, 1991, p. 47) utiliza a definição de provérbio dada no dicionário Aurélio: “Máxima ou sentença de caráter prático e popular, comum a todo um grupo social, expressa em forma sucinta e geralmente rica em imagens”. Além disso, ele acrescenta “é pelo que têm de espirituoso – chistoso, ladino, atilado, pitoresco, surpreendente e expressivo – que os provérbios nos atraem, infiltrando-se em nossa memória”.

Encontram-se também diversas definições na *internet*, das quais se escolheu: “Os provérbios são ditos populares (frases e expressões) que transmitem conhecimentos comuns sobre a vida. Muitos deles foram criados na antiguidade, porém estão relacionados a aspectos universais da vida, por isso são utilizados até os dias atuais”³⁶.

No que se refere às características dos provérbios, pode-se dizer que, como mencionam Jolles (1976) e outros, a sabedoria é um dos elementos constantes no provérbio ou ditado. Entretanto, segundo Paulo Rónai (*apud* MOTA, 1991, p. 48), “apesar de que em muitos adágios se faz notar o bom senso ou mesmo a sabedoria do povo, ninguém deve

³⁶ Disponível em: < <http://www.suapesquisa.com/musicacultura/proverbios.htm>>. Acesso em: 5 nov. 2009.

buscar neles uma filosofia coerente. Tanto menos que muitas vezes nota-se em dois ditados contradição redonda”.

Como se sabe, os provérbios não são dotados de um valor científico, caracterizam-se por transmitir conhecimentos da experiência do dia-a-dia, por isso não há como observá-los como uma verdade definida, não passível de questionamentos ou dúvidas. Além disso, o seu comprometimento não é com a verdade dos fatos, mas com a transmissão de aspectos culturais passados de gerações em gerações.

Outra questão interessante acerca desse gênero textual é que, como explica Xatara e Oliveira (2002, *apud* BITTENCOURT, 2005), os provérbios “variam em termos de estruturação lingüística, conteúdo, finalidade, aplicabilidade pedagógica” (p. 149). Tais características reforçam o que já havia sido apontado: os provérbios não se configuram como estruturas tão simples como muitos mencionam. Ademais, “elemento facilitador da memorização, essa estruturação reduzida – unicategorial, ou binominal – na realidade, envolve uma operação cognitiva complexa, que [...] pode determinar certa obscuridade de sentido [...] (BITTENCOURT, 2005, p. 149)”. Para que se entenda esse esforço cognitivo que os provérbios podem demandar, observe, por exemplo, um dicionário de provérbios de várias línguas; se entre esses for escolhido um provérbio inglês para analisar, mesmo que se tenha um conhecimento aprofundado da língua inglesa, e não sendo tal provérbio do seu conhecimento, pode-se deparar com dificuldades para traduzi-lo para o português e, principalmente, para lhe atribuir um sentido coerente. Acredita-se que semelhante fato é possível de ser explicado levando em conta que, embora os provérbios muitas vezes atinjam culturas diversas e sejam conhecidos e falados por várias nações, podem-se encontrar outros específicos de um determinado lugar.

Pelas razões apresentadas, considera-se que não se deve designar os provérbios como formas simples ou *pobres*. Nesse sentido,

até mesmo no plano gramatical, conforme se deixou entrever, é possível testemunhar o nível da elaborações de expressões gramaticais. Em termos sintáticos, várias delas fogem aos cânones da língua, apresentando deslocamentos de termos intraoracionais, estruturações binominais, omissões de itens verbais, etc. Conforme comprovam os exemplos: Na barba do tolo, aprende o barbeiro novo (Posposição do sujeito); Justiça demorada, injustiça é (Anteposição do predicativo do sujeito) [...] (BITTENCOURT, 2005, p. 150).

A presença de trocadilhos, de rimas, o uso de parônimos e antônimos e de metáforas concedem aos provérbios uma peculiaridade própria, revestindo-os de características que permitem considerar uma dada porção de texto como provérbio.

Nota-se também que eles são fáceis de decorar em virtude do seu formato curto e direto. Outro fato a destacar é que tratam de vários temas e constituem parte da cultura popular da humanidade, por isso são encontrados nas mais diversas situações de vida.

Foram apontadas as principais características do gênero proverbial. Todavia, é válido ressaltar algumas dificuldades presentes no estudo dos provérbios.

Primeiramente, pode-se citar a grande quantidade de provérbios existentes na literatura, o que dificulta um estudo detalhado e preciso deles. Ademais, outra problemática reside na mobilidade dos provérbios. Desse modo, “nascem dizeres populares aqui e ali, ora ficando nos limites de uma localidade ou de um grupo social, ora expandindo-se [...]” (AMARAL, 1976, p. 217).

Então, diante do que foi apresentando, convém questionar: como os provérbios serão definidos neste trabalho? Assim, as estruturas que podem se apresentar de forma rimada, ritmada e nas quais é possível depreender metáforas serão consideradas provérbios e, também, aquelas que transmitem conhecimentos universais. As sentenças proverbiais estabelecem “um compromisso com a ordem do que foi, com o que é e com o porvir. Descreve, portanto, o traço da onitemporalidade ou da atemporalidade” (LACERDA 2008, p. 57).

Devido a tais aspectos, os provérbios são vistos, freqüentemente, como estruturas fixas e cifradas; entretanto, observa-se que não podem receber tais rótulos em razão de serem altamente produtivos, de grande circulação; e a maneira como são estruturados, além de facilitar a memorização, permite a criação de novos provérbios. Por todos os motivos elucidados, acredita-se que não se deve defini-los como estruturas fixas.

Na seqüência, apresenta-se um quadro sucinto de tudo que já foi esboçado, destacando as principais características do gênero proverbial.

Quadro 10
Definição do gênero provérbio

Qual é o conceito desse gênero?	Pode-se dizer que os provérbios representam a expressão do conhecimento e da experiência popular traduzida em poucas palavras. Geralmente, apresentam-se de maneira rimada e ritmada, muitas vezes, na forma de uma metáfora. Além disso, transmitem conhecimentos comuns sobre a vida e estão relacionados a aspectos universais dela, o que os reveste de um caráter atemporal.
Quem produz?	Não há uma pessoa específica para produzi-los. Os provérbios foram se constituindo ao longo dos anos, muitos deles foram criados na Antigüidade. Logo, são produzidos por uma dada sociedade, representando uma determinada cultura.
Qual propósito?	Um dos seus principais intuitos é fixar na memória coletiva a experiência social humana, além de sintetizar uma mensagem e empregar, por vezes, metaforicamente uma idéia.
Onde circula?	Em textos diversos: contos populares, romances, artigos de revistas e jornais, na <i>internet</i> , nas conversas cotidianas, etc.
Quando?	Os provérbios estão sempre presentes, não há como determinar uma periodicidade para eles.
Quem lê?	Todas as faixas etárias têm acesso aos provérbios. Assim, crianças, jovens, adultos e idosos os lêem.
Por que ler?	Para se divertir, para conhecer uma determinada cultura e até mesmo para utilizá-los como conselhos por estarem relacionados à sabedoria popular.
Possível influência de leitura	Pode levar a pessoa a considerá-lo como um conselho, como um ensinamento para ser utilizado no dia-a-dia.
Reação em resposta à leitura textual	Aceitar o provérbio como um conselho ou simplesmente como uma “máxima”, sem encará-lo como algo a ser seguido.
Estrutura textual prototípica	O provérbio é fácil de decorar e transmitir em função de seu formato simples, curto e direto. Apresenta-se na linguagem verbal. Diz respeito a assuntos variados e faz parte da cultura popular da humanidade.
Mecanismos lingüísticos	Uma das características lingüísticas que chama atenção é a presença das metáforas. Ademais, no que concerne à estruturação fônica, os provérbios apresentam uma entonação, métrica e ritmo próprios, fazem uso freqüente de aliterações, assonâncias e rimas. A métrica, a rima e a cadência fônica auxiliam na memorização da mensagem. Há um predomínio da linguagem coloquial.

Nota: Ressalta-se que este quadro foi elaborado a partir da proposta da Profª. Dra. Regina L. Péret Dell’Isola durante o curso de *Gêneros e Tipos Textuais*, por ela ministrado, na UFMG.

Como se pretende pensar a língua em uma situação de uso, o estudo dos provérbios contribui para que, na análise das orações, levemos em conta não só os aspectos

formais, mas também os semântico-pragmáticos, já que os provérbios estão intimamente relacionados à cultura popular.

5 A ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES EM PROVÉRBIOS DO PORTUGUÊS EM USO: uma análise das relações retóricas³⁷

5.1 Análise do *corpus*

Tendo em vista a definição de hipotaxe de realce, nos termos de Matthiessen e Thompson (1988), apresentar-se-á, numa perspectiva sincrônica, um estudo sobre como as orações hipotáticas de realce se articulam nos provérbios, procurando verificar os aspectos sintático-semântico-pragmáticos, levando em conta a Teoria da Estrutura Retórica. Nesse sentido, seguem os provérbios e os textos dos quais eles foram retirados.

(I) O amor é como a lua, quando não cresce, minguar.

Unidades de informação:

- (1) O amor é como a lua;
- (2) quando não cresce;
- (3) minguar.

Texto 1

O amor é como a lua, quando não cresce, minguar³⁸

Solana³⁹

Por vezes parece cheia, por vezes parece minguar... A vida é assim cheia de novidades e de novos sabores!

Tudo na vida se torna apetecível, tudo se transforma num desejo de conquista...

Vivemos a vida de acordo com as diversas fases da lua... Uns dias lua cheia...uns dias minguante...

Há dias em que estamos perdidos por sabores de outros caminhos e ai desaparecemos!

Desejamos voltar a aparecer, para o amor renascer!

³⁷ Optou-se por utilizar, neste capítulo, o mesmo título da dissertação, já que esse constitui o capítulo principal deste trabalho.

³⁸ Foram colocados todos os títulos e subtítulos dos textos em negrito.

³⁹ Quando a autoria dos textos foi explicitada, transcreveu-se o nome dos autores.

Levando em conta uma análise tradicional, as orações *quando não cresce, minguar* seriam classificadas da seguinte forma: a primeira seria oração subordinada adverbial temporal e a segunda, principal. Essa classificação se deve ao fato de as gramáticas tradicionais apontarem o conectivo *quando* como típico das orações adverbiais temporais. Já em *O amor é como a lua* poderia se depreender uma oração adverbial comparativa com o verbo elíptico, logo se teria *O amor é como a lua é*. Nesse sentido, *o amor é* representaria a oração principal e *como a lua é* corresponderia à oração subordinada adverbial comparativa. Outra análise de base tradicional seria pensar em uma oração subordinada temporal e em uma subordinada adjetiva explicativa, assim, ter-se-ia *O amor, que é como a lua, quando não cresce, minguar*. Logo, *que é como a lua* seria considerada subordinada adjetiva explicativa; *quando não cresce*, subordinada adverbial temporal e *O amor minguar*, principal.

Além disso, nas gramáticas tradicionais, as orações subordinadas adverbiais são, por vezes, definidas por funcionarem como adjuntos adverbiais. Assim, vários gramáticos mencionam que, se há uma oração subordinada adverbial, pode-se trocá-la por um adjunto adverbial. Desse modo, afirma Cegalla (2007, p. 396) que a oração *quando amanhecia* da porção textual *Saímos de casa quando amanhecia* poderia ser substituída por *de manhã cedo*, o que resultaria em *Saímos de casa de manhã cedo*.

Como já se afirmou, as orações não devem ser estudadas observando os conectivos que as encabeçam, ou seja, não será a presença de um *quando* que designará uma temporal, nem se acredita que a oração subordinada adverbial possa ser substituída, sem alterações de sentido, por um adjunto adverbial. Ademais, nem sempre é possível encontrar um adjunto adverbial que faça equivalência a uma oração.

No que concerne a Halliday⁴⁰ (1985/ 2004), ter-se-iam orações complexas, já que há mais de uma oração. Entre essas orações *quando não cresce, minguar* estabeleceria uma elaboração com *o amor é como a lua*; logo, as primeiras constituiriam orações complexas que seriam como um todo hipotáticas de elaboração para *o amor é como a lua*. Já entre *quando não cresce* e *minguar*, a primeira oração seria hipotática de realce, expressando uma circunstância de tempo, em relação à segunda.

Quanto à Matthiessen e Thompson (1988), no que se refere à articulação de orações, ter-se-iam orações paratáticas e hipotáticas. Assim, entre as porções de texto, *o amor é como a lua e minguar*, encontram-se orações paratáticas. Já entre *quando não cresce e minguar*, a primeira oração é considerada hipotática em relação à segunda. Por outro lado,

⁴⁰ É válido mencionar que as nossas classificações baseadas em Halliday (1985/2004) e Matthiessen e Thompson (1988) foram pautadas no que se considerou plausível para esses estudos.

esses estudiosos asseveram que é preciso levar em conta também as relações retóricas que estabelecem entre essas orações, o que é perceptível no nível do discurso⁴¹.

A partir da Teoria da Estrutura Retórica, foram detectadas, no provérbio (I), as seguintes relações predominantes: as porções de texto (2-3) funcionam como elaboração para a proposição (1). Entre as porções (2-3), considerou-se a relação de *circunstância*. Ao se analisar o quadro de relações⁴², nota-se que uma das intenções da relação de *elaboração* é que o leitor reconheça que o satélite, no caso (2-3), proporciona informações adicionais ao núcleo (1). Desse modo, o satélite contribui para aumentar a capacidade de o leitor entender o que está sendo dito no núcleo. Então, quando se depara com as partes de texto: *O amor é como a lua*, pode-se questionar por que o amor é como a lua? A partir dessa pergunta, encontra-se a resposta *porque quando não cresce, minguar*. Essa resposta *quando não cresce, minguar* demonstra que a informação presente no núcleo *O amor é como a lua* seria uma abstração que poderia ser exemplificada pelo satélite – *quando não cresce, minguar* –, o que reforça a escolha da elaboração. No texto, depara-se com informações que confirmam por qual motivo o autor considera o amor como a lua: *Uns dias lua cheia... uns dias minguante* e que mostram que ele não resume essa comparação ao amor, mas à vida em geral.

Entre (2-3), emerge a relação de *circunstância* que se caracteriza pelo fato de o leitor reconhecer que o satélite fornece o contexto ou situação para que o núcleo seja interpretado, reafirmando que essa situação ou contexto é designado, pela teoria da RST, de forma ampla. Logo, *quando não cresce* (porção 2) seria o satélite, já que forneceria a situação para o amor acabar, ou, nos termos do texto, minguar. Entre as porções de texto que podem justificar o uso de *quando não cresce, minguar*, cita-se *por vezes parece cheia, por vezes parece minguar*.

⁴¹ Como se considerou a hipotaxe de realce nos termos de Decat (2001) e se definiu a hipotaxe não se pautando em critérios formais, já que essa foi considerada como uma gramaticalização das relações retóricas, definiu-se que todas as porções de textos proverbiais se articulam por meio da hipotaxe de realce. Desse modo, para este trabalho, os provérbios de I a XX se articulam por hipotaxe de realce. Em cada provérbio, será demonstrada a visão da Gramática Tradicional, a de Halliday (1985/2004) e a de Matthiessen e Thompson (1988); entretanto, mesmo apresentando tais estudos, nos nossos termos, todas as orações apresentadas se articulam por hipotaxe de realce, como se mencionou.

⁴² Todas as análises serão fundamentadas no quadro de relações apresentado no capítulo 3.

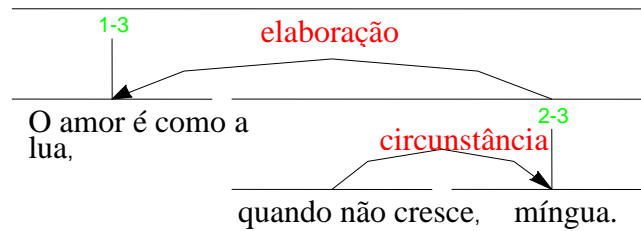


Diagrama 3 – Provérbio (I)

Observem-se, agora, os provérbios (II) e (III):

(II) O amor é como sarampo, todos temos que passar por ele.

Unidades de informação:

- 1) O amor é como sarampo,
- 2) todos temos [[que passar por ele]]⁴³.

(III) Quando o amor nos visita, a amizade se despede.

Unidades de informação:

- 1) Quando o amor nos visita,
- 2) a amizade se despede.

Texto 2

Por que nos casamos?⁴⁴

Portal Padom

Passados centenas de séculos, ainda recebemos bonitos e originais convites de casamento, alguns deles carregados de romantismo. O casamento não

⁴³ Nas sentenças que apresentavam orações encaixadas, elas foram explicitadas pelo símbolo [[]]. É importante mencionar que *todos temos que passar por ele* constitui uma unidade de informação e *que passar por ele* é uma oração encaixada pertencente a essa unidade de informação. A concepção de encaixamento adotada foi baseada nos estudos de Matthiessen e Thompson (1988).

⁴⁴ Ressalta-se que, neste caso, foram omitidas algumas partes do texto, já que os provérbios não poderiam ser relacionados a elas. Mesmo retirando algumas partes, não se deixou de colocar a introdução para que o texto não se tornasse incoerente.

Encontram-se nos anexos apenas os textos em foi realizada alguma supressão de suas partes. Essa supressão será sinalizada com [...], ao longo deste trabalho.

morreu; viva o casamento! — publicou no ano passado (11 de agosto) a quarta maior revista secular do mundo, a Veja, com tiragem de 1 milhão e 350 mil exemplares. No início deste ano, os jornais chamaram atenção para o 60º aniversário de casamento do compositor Dorival Caymi com a ex-cantora Stella Tostes. Há poucos dias, o jornalista Fritz Utzeri fez questão de visitar o bairro de Higienópolis, em São Paulo, onde residiu na década de 50, quando era garoto. Lembrou-se de um jovem casal recém-casado que viviam juntos aos beijos e afagos. Muita coisa mudou nesses 50 anos; nem a pensão onde vivia existe mais. Todavia, Fritz, de repente, viu um casal de velhos de mãos dadas saindo de carro de sua casa e reconheceu neles os dois jovens. Mais vantagem que Dorival Caymi e Stella Tostes fazem o professor aposentado de bioquímica da Universidade Federal de Viçosa, Walter Brune, e a odontóloga igualmente aposentada Gerda Brune. Há 12 anos, o casal comemorou suas bodas de ouro na Igreja da Paz (luterana), em São Paulo. Não obstante terem se perdido um do outro durante muitos meses, por ocasião da Segunda Grande Guerra. No segundo semestre de 1974, foram celebradas seis cerimônias nupciais na Igreja Presbiteriana de Viçosa. Com exceção de um casal que se separou e de outro, cujo esposo faleceu, todos estão casados até hoje. Afinal, por que continuamos a nos casar, a despeito de alguns pronunciamentos esdrúxulos que se lê nas revistas e se ouve na televisão, aqui e acolá, tanto de pessoas fúteis como de pessoas de formação acadêmica, ambas sem orientação religiosa e temor do Senhor?

Amor

*Ainda nos casamos por causa do amor, que é o sentimento que predispõe duas pessoas de sexo oposto a se aproximarem e a permanecer juntas. Segundo o Dicionário técnico de psicologia, amor é aquele sentimento “cuja característica dominante é a afeição e cuja finalidade é a associação íntima de outra pessoa com a pessoa amante”. Evidentemente, esse amor está ligado de forma íntima à sexualidade humana, como ensina a psicanálise e como se pressupõe na própria Bíblia. Um provérbio francês diz que **“o amor é o como sarampo, todos temos de passar por ele”**. O amor é mais do que a mera amizade. Daí a frase de La Bruyère: **“Quando o amor nos visita, a amizade se despede”**. Embora fosse um casamento arranjado, a Bíblia diz que Isaque amou a Rebeca (Gn 24.67). É conhecidíssima a história de que Jacó amou a Raquel com tal*

intensidade que trabalhou 14 anos para o sogro a fim de tê-la como esposa (Gn 29.18 e 30). As Escrituras ainda registram o amor de Mical, filha de Saul, por Davi (1 Sm 18.20) e o de Elcana por Ana (1 Sm 1.5). A paixão é o amor elevado ao seu mais alto grau de intensidade, podendo sobrepor-se à lucidez e à razão. Não é o caminho mais indicado para o casamento, porque é imediatista e simplifica tudo. Na paixão, o sexo fica sozinho e impera à sua maneira, sem outras evidências de amor, como aconteceu com Amnom, que violentou a mulher pela qual se dizia enamorado e, depois, mandou-a embora.

[...]

Nota-se que os provérbios deste texto exercem um papel diferente dos do primeiro texto. No texto anterior, o provérbio contribui para o entendimento do texto como um todo; já no texto 2, os provérbios apenas configuram como mais um argumento ao que é mencionado pelo autor. Isso pode ser mais bem compreendido, ao se pensar que, no texto 1, o fato de o provérbio estar no título contribui para que o texto se desenvolva a partir das partes textuais que o formam.

Como se afirmou, os provérbios (II) e (III) seriam mais utilizados para reforçar alguns argumentos do texto. Desse modo, antes de se mencionar o provérbio ***O amor é como sarampo, todos temos que passar por ele***, encontra-se: *Ainda nos casamos por causa do amor, que é o sentimento que predispõe duas pessoas de sexo oposto a se aproximarem e a permanecer juntas*. Assim, o provérbio vem enfatizar o argumento de que o amor predispõe duas pessoas, já que afirma que todos têm que passar pelo amor. O que é dito no provérbio (II) também pode ser exemplificado em trechos, como: *Isaque amou Rebeca; o amor de Mical, filha de Saul, por Davi* e de *Elcana por Ana*; pois, ao citar esses exemplos, o autor demonstra que o amor sempre esteve presente, até mesmo, no antigo testamento, como no amor de Isaque por Rebeca, descrito no livro do Gêneses, reforçando o fato de todos terem que passar pelo amor.

Além disso, o argumento *O amor é mais do que a mera amizade* é exemplificado por meio do provérbio *quando o amor nos visita, a amizade se despede* e também por outros como *o amor é aquele sentimento (...) cuja finalidade é associação íntima de outra pessoa com a pessoa amante*. Essas últimas orações retomariam o que é dito no provérbio, já que se pode inferir que, se há uma associação íntima, isso não caracterizaria a amizade, mas sim o amor.

Percebe-se que, no provérbio (II), as orações estão justapostas, não apresentando nenhum elemento de ligação entre elas, o que levaria muitos gramáticos a classificarem-nas como coordenadas assindéticas.

Já segundo os estudos de Halliday (1985/2004), elas seriam consideradas paratáticas por possuírem estatuto independente. No eixo lógico-semântico, ele as definiria como elaboração pelo fato de a segunda oração fornecer um maior detalhamento da primeira. Já para Matthiessen e Thompson (1988), elas seriam paratáticas; entretanto, entre elas se estabelecem relações retóricas do tipo núcleo-satélite, conforme será explicitado abaixo. Logo, para eles, a articulação de orações se definiria como uma *gramaticalização* das relações retóricas.

Como entre as orações que se articulam emergem significados que denotam relações retóricas, tem-se, segundo o que se definiu neste trabalho, uma hipotaxe de realce, mesmo que na forma – *O amor é como sarampo, todos temos que passar por ele* – não haja uma estrutura que seria hipotática nos termos de Halliday (1985/ 2004).

Quanto às relações presentes no primeiro provérbio, depara-se com a parte (2) funcionando como satélite para o núcleo (1), sendo a relação retórica é de elaboração. Considerou-se elaboração porque *o amor é como sarampo* pode ser entendido como uma generalização e *todos temos que passar por ele* como uma especificação dessa idéia geral sobre o amor transmitida na primeira oração.

Já no segundo provérbio, uma análise tradicional conduziria a um raciocínio semelhante ao provérbio (I), em que *quando o amor nos visita* seria a oração subordinada adverbial temporal ou, para alguns, condicional, e *a amizade se despede* seria a oração principal. Sob o viés de uma perspectiva *hallidayana*, as orações seriam paratáticas de elaboração. Segundo Matthiessen e Thompson (1988), no nível da articulação de orações, também seriam paratáticas, mas, no nível discursivo, estabeleceriam relações retóricas do tipo núcleo-satélite.

Essas duas unidades estabelecem entre si uma relação de circunstância, tendo em vista que o leitor reconhece que o satélite *quando o amor nos visita* (1) fornece o contexto para interpretar o núcleo *a amizade se despede* (2). Assim, *quando o amor nos visita* (1) determina uma situação em que se pressupõe que o leitor interprete *a amizade se despede* (2).

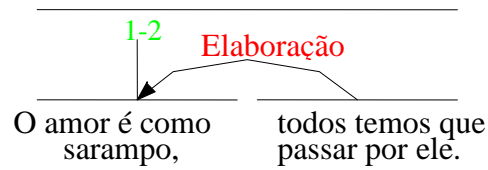


Diagrama 4 – Provérbio (II)

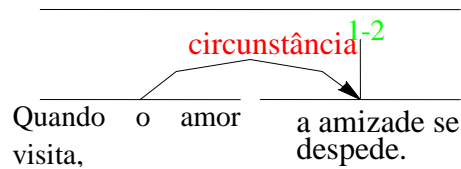


Diagrama 5 – Provérbio (III)

Agora, será analisado o quarto provérbio:

(IV) **O bom não é ser importante; o importante é ser bom.**

Unidades de informação:

- 1) O bom não é ser importante;
- 2) o importante é ser bom.

Texto 3

O bom não é ser importante; o importante é ser bom

Vilmabc

Seja feliz...

“Muita gente pode fazer grandes coisas para Deus, mas pouca gente está disponível para fazer pequenas coisas para Deus”.

Muitas pessoas estão sempre indo em direção a alguma coisa. São muito focadas em “chegar lá”, e perdem a beleza da caminhada. O topo da montanha define a montanha, mas a vida da montanha não está lá.

A vida da montanha é percebida enquanto a subimos. Por isso, precisamos desacelerar e desfrutar mais os processos, sem nos preocupar tanto em chegar lá em cima.

Por exemplo, quando temos um filho e passamos madrugadas acordados, trocamos tantas fraldas, nos sentimos desgastados, e desejamos que essa fase passe logo.

Queremos chegar logo no alto do monte e passar para outra fase de conquista. Mas se não vigiarmos, estaremos tão desgastados que perderemos o mais importante, que não é vencer a fase, mas curtir cada estação da vida.

Muitas pessoas estão dispostas a tudo para serem bem sucedidas. Essas pessoas podem até mesmo passar toda a vida com sucesso e serem vistas como pessoas prósperas e bem sucedidas.

Mas, elas têm de conviver com a realidade de que, receberam a bênção e o aplauso das pessoas não sendo verdadeiras, autênticas, mas vestindo uma roupa que não era delas, era uma farsa, uma mentira.

A Bíblia NÃO diz que Jacó foi punido pelo que fez, mas ele teve que conviver com aquela farsa toda a sua vida. Por isso, cuidado, porque o sucesso pode não significar o que parece ser.

Em uma análise tradicional, assim como no provérbio (II), este seria também considerado como um caso de justaposição e as orações poderiam ser classificadas como coordenadas assindéticas.

Numa análise *hallidayana*, as porções textuais seriam paratáticas de extensão. Elas se enquadrariam no eixo lógico-semântico como extensão por expressarem uma adição. No que se refere à adição, presente na extensão, ela se divide em subcategorias: aditiva positiva, aditiva negativa e a adversativa. Nesse caso, como entre essas orações que se articulam é possível depreender uma adversidade, entende-se que a subcategoria, aqui, seria a adversativa.

É interessante mencionar que o uso do provérbio ***O bom não é ser importante; o importante é ser bom*** sintetiza bem a idéia principal do texto de que não se deve preocupar em demasia com o sucesso, com aquilo que é grandioso, e sim valorizar *as pequenas coisas*. Desse modo, a unidade de informação *O bom não é ser importante* é exemplificada no texto: *cuidado, porque o sucesso pode não significar o que parece ser*. Já *o importante é ser bom* é

demonstrado por *são muito focados em “chegar lá” e perdem a beleza da caminhada; por isso, precisamos desacelerar e desfrutar mais os processos, sem nos preocupar tanto em chegar lá em cima.*

Ao analisar o provérbio, percebe-se que a relação estabelecida é de antítese, já que *O bom não é ser importante* (1) constituiria a tese, em contrapartida, *o importante é ser bom* seria a antítese (2). Assim, quando se tem uma relação de antítese, a intenção do autor é levar o leitor a ter uma atitude positiva em relação ao núcleo que, no caso, é *O bom não é ser importante*. Ao se ler o texto, nota-se claramente que o autor deseja afirmar essa tese (parte 1), conforme pode ser demonstrado nas partes sublinhadas. Logo, nesse tipo de relação, o núcleo (parte 1) e o satélite (parte 2) estão em contraste, o que gera incompatibilidade entre as idéias e contribui para que o leitor, como se afirmou, tenha uma atitude positiva frente ao que é dito no núcleo.

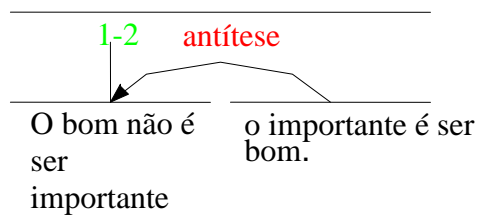


Diagrama 6 – Provérbio (IV)

Segue-se a análise do provérbio (V):

(V) O amor faz passar o tempo e o tempo faz passar o amor.

Unidades de informação:

- 1) O amor faz passar o tempo
- 2) e o tempo faz passar o amor.

Texto 4

TEMPO DE SOLIDARIEDADE, TEMPO DE ESPIRITUALIDADE

Frei Betto

A matéria-prima da Bíblia é o tempo, argila da historicidade. Javé não é um deus qualquer. É o Deus de um determinado percurso no tempo: o Deus

"de Abraão, Isaac e Jacó". Ao contrário de outros deuses, que em sua onipotência criariam de modo instantâneo (deuses-café solúvel), Javé cria a prazo, em sete dias. Essa dimensão de temporalidade no ato criador constitui a base da dimensão de historicidade do povo de Deus, cuja esperança reside Naquele em quem todos os tempos se esgotam (Kairós).

Isso faz sentido se consideramos que o contrário do tempo não é a eternidade. É o amor. Quem ama já nada espera, senão amar. Ao irromper no tempo histórico como presença viva de Deus-Amor, Jesus nos convoca a nada mais esperar. "Esgotou-se o tempo" (Mc 1,15), como quem proclama: "Já não há o que aguardar. Resta amar". E "se o amor faz passar o tempo e o tempo faz passar o amor", como diz o provérbio italiano, nada mais irreconciliável com o tempo do que o amor. Bem o sabem os amantes, que gostariam de parar no infinito os ponteiros de seus relógios.

[...]

Numa análise tradicional, as orações que se articulam, no provérbio (V) – **o amor faz passar o tempo e o tempo faz passar o amor** – geralmente a segunda oração é classificada como coordenada sindética adversativa. Logo, seria sindética porque apresenta o conectivo *e*, o qual exprime um contraste, classificando-se, assim, como adversativa.

No que concerne aos estudos de Halliday (1985/2004), as orações se classificariam como paratáticas no eixo tático por terem estatuto independente. Já no eixo lógico-semântico, seriam do tipo extensão, pois esse se caracteriza por uma oração estender o significado da outra acrescentando algo. Esse acréscimo pode ser por meio de uma adição, uma variação ou uma alternância. No que se refere à adição, existem três categorias: o conectivo *e* (*and*) a que atribui um valor aditivo positivo; *nem* (*nor, neither*) com um valor aditivo negativo; e *mas* (*but*) com um valor adversativo. Assim, para Halliday (1985/2004), a oração *e o tempo faz passar o amor* seria paratática de extensão aditiva. Por outro lado, Matthiessen e Thompson (1988) entendem que, apesar de essas orações serem paratáticas, no nível do discurso, elas se gramaticalizam em relações retóricas.

Como se opta por um estudo de base funcional, não se deve restringir a classificação da segunda oração como adversativa, é preciso inferir outras relações que sejam possíveis de serem apreendidas. Nota-se, então, que entre essas porções textuais é perceptível uma relação de causa-conseqüência. Nessa perspectiva, Santos (2009, p. 111) afirma respeito do conectivo *e*:

uma conjunção, tradicionalmente aditiva, desencadeia a relação de consequência e permite considerar um novo uso para uma velha conjunção. Esse fenômeno não pode ser desprezado nos estudos funcionalistas, uma vez que pode envolver explicações de mudança histórica, tais como explicações fundamentadas na gramaticalização⁴⁵.

Nesse mesmo provérbio, o autor coloca o amor e o tempo em pólos opostos, como pode ser demonstrado em: *o contrário do tempo não é a eternidade. É o amor; nada mais irreconciliável com o tempo do que o amor*. Levando em conta semelhantes aspectos, acredita-se que o que predomina, neste texto, é o contraste, já que a intenção do autor permite que se reconheça a possibilidade de comparação entre o amor e o tempo e as diferenças que emergem dessa comparação.

Ao se analisar o provérbio (IV) – ***O bom não é ser importante; o importante é ser bom*** – e compará-lo com ***O amor faz passar o tempo e o tempo faz passar o amor***, é possível questionar por que o primeiro foi classificado como antítese e o segundo, como contraste. É notável que a linha entre essas duas relações é tênue; todavia, quando se observa o quadro de relações, percebe-se que as condições da relação de antítese residem no fato de o autor ter uma atitude positiva em relação ao núcleo, ou seja, deseja-se afirmar uma tese. Já as condições de contraste se concentram, principalmente, em comparar dois aspectos. Assim, para classificar as orações, quando predominava uma idéia de comparação entre as partes, optou-se pela relação de contraste. Por outro lado, quando se entendia que a intenção do autor era, através do contraste entre as partes, afirmar uma tese, isto é, estabelecer uma atitude positiva face ao núcleo, optou-se pela antítese.

Essa linha tênue entre antítese e contraste é gerada pelo fato de nas duas está presente a noção de contraste, mas, na primeira, o contraste teria como intuito principal afirmar algo; já, na segunda, o contraste contribuiria para a comparação.

Desse modo, acredita-se que, nesse texto, o intuito maior do autor não é defender ou afirmar a proposição de que *o amor faz passar o tempo* (núcleo), mas estabelecer uma comparação por meio de um contraste entre o amor e o tempo. Logo, as partes (1-2) configurariam uma relação multinuclear de contraste.

⁴⁵ É válido ressaltar que gramaticalização é vista, nessa citação, no sentido mais usual do termo, e não no sentido lato usado por Matthiessen e Thompson (1988).

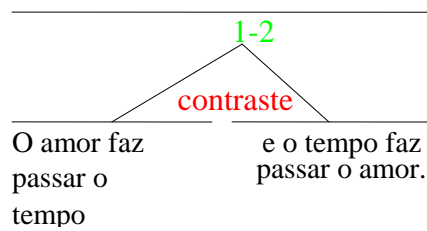


Diagrama 7 – Provérbio (V)

Observe-se, agora, o provérbio VI:

(VI) O bem não faz barulho e o barulho não faz bem.

Unidades de informação:

- 1) O bem não faz barulho
- 2) e o barulho não faz bem.

Texto 5

O bem não faz barulho e o barulho não faz bem

Pe. Juarês Martins

Tenho me preocupado muito com o rumo que as nossas liturgias têm tomado nos últimos tempos. Na noite do último natal, fui presidir a Eucaristia em uma comunidade da periferia. A comunidade era muito animada, muito acolhedora. Ao lado da entrada da Capela estava um grupo de pagode tocando animadamente os seus instrumentos, cantando muito alto e tomando suas cervejas. Como de costume, eu estava na porta da Capela acolhendo as pessoas que chegavam, embora não precisasse muito, pois essa comunidade tem uma boa equipe de acolhida, mas penso que a presença do padre ali, acolhendo os que chegam é fundamental. Enquanto estava ali na porta da Capela, comecei a ficar preocupado, pois quando começasse a missa, aquele barulho do grupo de pagode iria incomodar aqueles que ali estavam para rezar. Conversei com uma senhora muito simpática e querida por todos ali e pedi que ela fosse até o

grupo e pedisse a eles para se possível diminuir o barulho quando iniciasse a missa. Eles compreenderam e foram para um outro ponto próximo dali. Fiquei muito feliz afinal iríamos celebrar a missa num clima de silêncio e espiritualidade. A capela era pequena, aproximadamente uns 12 x 8, quando observei bem vi que dentro dela havia 6 grandes caixas de som. Fiquei preocupado, pois pelo tamanho da capela não precisaria de aparelhos de som, ou se tivesse, talvez apenas uma caixa resolvesse, mas seis caixas... Quando começou a missa e cantou a primeira música eu vi que era um barulho ensurdecedor o Ministério de música era composto pelos instrumentistas e mais 5 pessoas que cantavam, cada uma com o seu microfone, todos no último volume. Tive que ficar o tempo todo com a mão no ouvido para não sair dali surdo. Mas Deus é e foi misericordioso comigo e com aqueles sofridos ouvidos que ali estavam, e quando chegou a hora do canto de aclamação faltou a energia elétrica, e enfim tivemos o silêncio, quando terminei de proclamar o evangelho não resisti e disse, como Deus é bom, agora podemos rezar em paz.

Diante do alto volume de barulho naquela comunidade, e vendo que embora o entorno da capela era muito populoso, tinham poucas pessoas na Missa do Natal. Comecei a pensar, será que o barulho não seja um dos motivos para o povo não participar? Conversando após a missa com alguns moradores próximos alguns confirmaram isso.

No final cheguei a uma conclusão: Aquele grupo de pagodeiros foi embora não porque percebeu que iria nos atrapalhar, mas sim porque percebeu que nós iríamos atrapalhá-los com o nosso barulho. Que Pena!

Numa análise tradicional, no provérbio ***O bem não faz barulho e o barulho não faz bem,*** a segunda oração seria classificado como uma coordenada sindética, de forma

semelhante ao provérbio *O amor faz passar o tempo e o tempo faz passar o amor*, mas, no primeiro caso, ter-se-ia uma coordenada sindética aditiva e já no segundo, uma adversativa.

Nos estudos *hallidayanos*, essas duas orações seriam classificadas como paratáticas no eixo tático. No lógico-semântico, poderiam ser do tipo extensão por denotarem adição. Para Matthiessen e Thompson (1988), seriam paratáticas, relacionando-se discursivamente, nesse caso, por meio de relações multinucleares.

Há de se destacar que nesse provérbio também é possível inferir uma relação de consequência, ou seja, o conectivo *e* não se resume a uma idéia de adição, demonstrando, uma vez mais, que os conectivos não são fatores determinantes para que se percebam as relações tecidas no discurso.

Ao analisar o texto, percebe-se que o autor deseja demonstrar que os momentos de oração deveriam estar relacionados ao silêncio, a um ambiente mais calmo e sem muita agitação, conforme é explicitado em *fiquei muito feliz afinal iríamos celebrar a missa num clima de silêncio e espiritualidade*, bem como em *será que o barulho não seja um dos motivos para o povo não participar?* Assim, a escolha do provérbio (VI) reflete de forma coerente o que o autor transmite ao longo do texto. Além disso, é interessante observar que, nesse provérbio, há o uso da palavra *bem*, que possui um aspecto significativo para a religião de um modo geral e contribui para a transmissão da mensagem pretendida. Nesse sentido, acredita-se que a intenção do autor é relacionar duas idéias, e não contrastá-las. Logo, considera-se que há uma relação de conjunção entre as partes (1) e (2).

As condições que marcam a relação de conjunção se caracterizam pelo fato de os elementos se unirem para formar uma unidade na qual cada elemento possui um papel parecido. Como o texto é de cunho religioso, entende-se que a palavra *bem*, utilizada na primeira porção textual do provérbio, está relacionada à espiritualidade, aos momentos com Deus; já o barulho, a tudo que contradiz isso. Desse modo, considera-se que o autor deseja associar essas duas idéias – o fato de o bem não fazer barulho (idéia 1) e de o barulho não fazer bem (idéia 2) – para afirmar que, no que concerne aos momentos de oração, é necessário calma, silêncio, visando a reafirmação de dois aspectos: *O bem não faz barulho e o barulho não faz bem*. Tendo em vista tudo que foi mencionado, entendeu-se que a relação de conjunção seria coerente, principalmente, por se ter, no provérbio (VI), uma estrutura multinuclear.

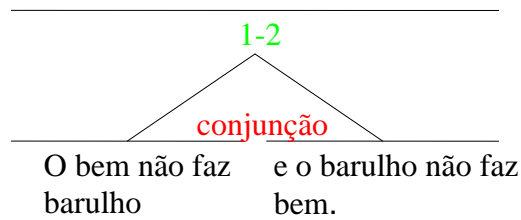


Diagrama 8 – Provérbio (VI)

Serão analisados, agora, os provérbios (VII), (VIII) e (IX), todos presentes no texto 6:

(VII) É bebida que pode mais do que Deus, porque Deus dá o juízo e a cachaça o tira.

Unidades de informação:

- 1) É bebida [[que pode mais do que Deus]],
- 2) porque Deus dá o juízo
- 3) e a cachaça o tira.

(VIII) Cachaça tira juízo, mas dá coragem.

Unidades de informação:

- 1) Cachaça tira juízo,
- 2) mas dá coragem.

(IX) Se pinga fosse fortificante, brasileiro era gigante.

Unidades de informação:

- 1) Se pinga fosse fortificante,
- 2) brasileiro era gigante.

Texto 6

Desce a saideira

Laécio Ricardo

Na edição final consagrada à cachaça, o leitor confere o fascínio da aguardente na indústria brasileira

Presente no cotidiano brasileiro desde a colonização, a aguardente figura no cancionário e anedotário popular, inspirando trovadores e entusiastas da bebida. Literatos e músicos também renderam tributos à cachaça, escudeira fiel dos solitários e notívagos.

*Exaltam-lhe a vivacidade, o sabor e o potencial inebriante, que alivia as dores da alma e anestesia os sentidos. Afinal, como proclama célebre frase estampada em caminhões: **é bebida que pode mais do que Deus, “porque Deus dá o juízo e a cachaça o tira”**. Tanta fidelidade e “poder de consolo” levou o gênio Carlos Drummond de Andrade a decretar, sem apologias: “é uma bebida de utilidade pública”.*

O fascínio exercido pela aguardente inspirou pesquisadores como o folclorista Câmara Cascudo e o jornalista Eduardo Campos a investigar o “ethos alcóolico” do brasileiro - apaixonado pela “branquinha”. O primeiro nos legou o “Prelúdio da Cachaça”, compilação de causos e narrativas sobre a bebida. Campos, por sua vez, publicou, na extinta revista “O Cruzeiro”, um notável texto (“Folclore do Nordeste”) onde analisa a centralidade da cachaça na sociabilidade e costumes da Região.

Como incensa Campos, é impossível desprezar uma bebida vendida a retalho em qualquer boteco. No sertão, diz ele, não se concebe manifestação de alegria, sem a presença da “danada”. Um trago é sinal de cordialidade e reverência. Trata-se de bebida democrática: seu preço baixo, lhe confere o status de “vinho do povo”. Campos lembra ainda que a “pinga” é sinônimo de virilidade, estampada na emancipação do filho, que, moço feito, passa a frequentar a bodega sozinho, pedindo que lhe sirvam uma “dose”.

Não existe motivação única para abrir uma garrafa e celebrar. Bebe-se para esquentar o corpo, para apaziguar os males, para festejar ou homenagear alguém querido, para curar a dor da alma, para abrir o apetite ou para aliviar o cansaço após o expediente. Nos botecos, cada cliente tem seu rito próprio de consumo e sempre é possível ouvir curiosas histórias a respeito do vício. Tanta afinidade só poderia render um notável folclore associado a “malvada”.

Em versos

Na cantoria nordestina, é possível compilar dezenas de canções consagradas à aguardente. Os versos incensam o poder revigorante e a fidelidade da bebida - o tom jocoso é constante e, das piadas dos violeiros, não escapam

nem mesmo as autoridades, como atesta a estrofe: “Bebe o chefe de polícia/Particular ou escondido/O padre por mais sabido/Toma seu trago na missa/Eu também tive notícia/Ou por outra ouvi dizer/E tanto que posso crer/No dizer de certa gente,/Que bebendo o presidente/Não é defeito beber”.

E, claro, dos prazeres da cachaça não pode se esquivar o violeiro: “Hoje bebe todo mundo/Deputado e senador/Bebe o soldado, o sargento/O juiz, o promotor./Como é que pode deixar/De beber o cantador?” O apego à “jeribita” é inseparável até no outro mundo: “Quando eu morrer, minha gente/Quero que um favor me faça:/Botem dentro do caixão/Vinte litros de cachaça”. Para desespero das feministas, a mulher também entra na rima, em termos nem sempre elogiosos: “A cachaça é moça branca/Toda cheia de arrepucho/Ela dá comigo no chão/Eu dou com ela no bucho.

A “danada” também inspira os autores de frases de parachoque de caminhão. Os versos, politicamente incorretos, primam pelo humor debochado. Exemplos desta criatividade não faltam: “Se pinga fosse fortificante, brasileiro era gigante”; “Mulher, cachaça e bolacha em toda parte se acha”; “Cachaça tira juízo, mas dá coragem”; “boa pinga não carece de propaganda”...

[...]

Percebe-se que, no provérbio – ***É bebida que pode mais do que Deus, porque Deus dá o juízo e a cachaça o tira*** –, o autor do texto coloca entre aspas *porque Deus dá o juízo e a cachaça o tira*; entretanto, consultando dicionários de provérbios, encontrou-se: *Cachaça pode mais do que Deus, porque Deus dá o juízo e a cachaça o tira*. Assim, preferiu-se considerar toda a porção textual que começa desde *é bebida* e vai até *tira* como provérbio, em vez de analisar o excerto marcado por aspas pelo autor.

É possível depreender em *é bebida que pode mais do que Deus* uma construção clivada. No português, a clivagem é um recurso lingüístico muito utilizado, quando comparado a outras línguas. Nas orações clivadas ocorrem “partículas de realce ou construções gramaticais relativas que ‘desdobram’ a oração em duas partes. Tais orações podem apresentar configurações sintáticas bastante diferentes” (KOCH, 2006 p. 375). Geralmente, as orações clivadas são expressas pelo verbo *ser* mais uma partícula de realce como o *que*. Assim, *É bebida que pode mais do que Deus* representaria uma única unidade de informação, levando em conta que *é que* funciona como um marcador de focalização,

denotando, assim, uma oração clivada. Percebe-se também uma relação de comparação entre essas orações que se articulam, já que o verbo *poder* está elíptico; logo, ter-se-ia *é bebida que pode mais do que Deus (pode)*.

Conforme Halliday (1985/2004), *que pode mais do que Deus* se configuraria como um exemplo de encaixada de elaboração para *é bebida*. Para o lingüista, as encaixadas de elaboração seriam as tradicionais adjetivas restritivas do português. Para Matthiessen e Thompson (1988) também se teria um exemplo de encaixamento, já que as orações estabelecem uma relação de constituência.

Nos pares de oração *é bebida que pode mais do que Deus* e *porque Deus dá o juízo*, Halliday (1985/2004) poderia considerá-las como hipotáticas de realce, já que expressam uma circunstância de causa entre si.

No que diz respeito às orações: *porque Deus dá o juízo* e *a cachaça o tira*, estabelece-se uma idéia de adversidade, possibilitando uma classificação em coordenada sindética adversativa para a oração *e a cachaça o tira*. Em Halliday, no eixo tático, elas seriam paratáticas. No lógico-semântico, se classificariam como do tipo extensão por expressarem uma adversidade. Retomando os estudos de Matthiessen e Thompson (1988), embora sejam paratáticas, expressam relações retóricas que se manifestam, nesse exemplo, como multinucleares.

Nota-se que os provérbios presentes no texto contribuem para frisar o fato de a cachaça ser algo constante na vida dos brasileiros, até mesmo nos versos e nas frases populares. Logo, os provérbios citados são mais um argumento acrescentado às idéias do autor.

Sobre o provérbio VII, foram consideradas as seguintes relações retóricas: de justificação entre *é bebida que pode mais que Deus* e *porque Deus dá o juízo e a cachaça o tira*, já que essa relação se caracteriza pelo fato de a compreensão do satélite pelo leitor, no caso, *porque Deus dá o juízo*, aumentar a tendência de que o autor apresente o núcleo – *é bebida que pode mais que Deus*. Assim, ao se deparar com *é bebida que pode mais do que Deus*, o leitor poderia questionar: por que a cachaça pode mais do que Deus? Logo, o satélite *porque Deus dá o juízo e a cachaça o tira* responderia a essa pergunta contribuindo para que o leitor aceite o que é dito no núcleo.

É preciso assinalar que a oração *que pode mais do que Deus* foi entendida como encaixada, seguindo os estudos de Halliday (1985/2004) e Matthiessen e Thompson (1988), configurando, desse modo, uma única unidade de informação com *é bebida*.

Entre as orações *porque Deus dá o juízo e a cachaça o tira*, prevalece uma relação multinuclear de contraste, devido à incompatibilidade entre dar juízo e tirar juízo. Ademais, a situação, nesses dois núcleos, é compreendida por meio de uma comparação entre o ato de Deus dar juízo e de a cachaça retirá-lo.

Sobre *Cachaça tira juízo, mas dá coragem*, observa-se que, em uma visão tradicional, a segunda oração seria considerada coordenada sindética adversativa, já que está ligadas pelo conectivo *mas*. Uma vez mais, esse tipo de análise restringe-se apenas aos aspectos sintáticos, delimitando a classificação a partir dos conectivos que encabeçam as orações. Desse modo, deixam-se de lado critérios semânticos e pragmáticos.

Ainda a respeito do provérbio (VIII), destaca-se uma relação de concessão, já que essa apresenta como condição o fato de o autor reconhecer uma potencial ou aparente incompatibilidade: *tirar juízo e dar coragem*. Ademais, leva o leitor a ter uma atitude positiva em relação ao núcleo *cachaça tira juízo* (parte 1), já que pode ser inferido que *A cachaça tira juízo, embora dê coragem*. Então, considera-se que a parte 1 funciona como núcleo para a parte 2, satélite.

Salienta-se que, no que diz respeito à concessão, é viável mencionar que, como demonstrou van Dijk (1980), as concessivas têm sido incluídas, com as adversativas, entre os conectivos contrastivos. Para entender tal fato, é preciso lembrar que, no nível lógico-semântico,

numa construção concessiva, vista a partir do esquema lógico, pode-se chamar **p** à oração subordinada e **q** à nuclear. [...] pode-se dizer que, apesar de o fato/evento expresso em **p** constituir uma condição suficiente para a não realização do fato/evento expresso em **q**, **q** se realiza; e nesse sentido se pode dizer que a afirmação de **q** independe do que quer que esteja afirmado em **p** (NEVES e ZAMPRONEO, 1999, p. 547).

Dos provérbios considerados como casos de concessão, deve-se mencionar que todos apresentaram o conectivo *mas*. A principal dificuldade encontrada ao classificá-los foi definir qual das porções textuais estaria estabelecendo a relação de concessão. Nesse sentido, em casos como (VIII) *Cachaça tira juízo, mas dá coragem*, poder-se-ia questionar qual seria a melhor forma: *Embora cachaça tire juízo, ela dá coragem* ou *Cachaça tira juízo, embora dê coragem*? Em todos os casos, optou-se por considerar a primeira parte como núcleo, estabelecendo uma concessão, e a segunda, como satélite. Fez-se essa escolha por se entender que, na relação de concessão, o autor pressupõe uma objeção do leitor ao que é dito e, apesar disso, predomina a idéia apresentada na porção presente no núcleo.

Hermodsson (*apud* NEVES e ZAMPRONEO, 1999, p. 561) afirma que:

tanto na oração nuclear quanto na oração subordinada, podem ocorrer expressões que falam explicitamente de um consentimento, e cita os exemplos: ‘Embora, **como eu quero admitir**, o Reno esteja contaminado, muitos peixes vivem lá’ e ‘Embora o Reno esteja contaminado, vivem, **como eu quero admitir**, muitos peixes lá’, nos quais o verbo **admitir** tem como escopo, no primeiro exemplo, a oração concessiva, e, no segundo exemplo, a oração nuclear.

Essa citação de Hermodsson comprova que, muitas vezes, é difícil estabelecer qual seria a concessiva e qual seria a nuclear, já que a que funciona como nuclear pode exercer papel de concessiva e vice-versa. Esses aspectos permitem questionar, novamente, qual seria a melhor construção *Embora cachaça tire juízo, ela dá coragem* ou *A cachaça tira o juízo, embora dê coragem?* Apesar de se ter escolhido a segunda opção, levando em conta que é preciso determinar qual seria o núcleo e o satélite no diagrama da RST, sabe-se que nesses tipos de orações que se articulam é problemático decidir com precisão o núcleo e o satélite.

A respeito do provérbio *Se pinga fosse fortificante, brasileiro era gigante*, percebe-se que os gramáticos, em geral, consideraram a primeira oração como subordinada adverbial condicional e a segunda, como principal.

Para Halliday (1985/2004), a primeira oração seria hipotática de realce por expressar uma circunstância de condição. Nos estudos de Matthiessen e Thompson (1988), as orações se articulariam hipotaticamente através de relações retóricas do tipo núcleo-satélite.

Essa classificação coincidirá com uma análise das relações retóricas que também será de condição, tendo em vista que a realização do núcleo *brasileiro era gigante* depende do satélite *Se pinga fosse fortificante*. Logo, é possível perceber que a realização do núcleo está relacionada à do satélite, o que configura uma relação de condição.

Quanto às condicionais, é válido mencionar que, numa concepção lógico-semântica:

Dentro de uma construção condicional a proposição subordinada é tradicionalmente chamada prótase e a principal é chamada de apódose. Diz-se que a construção se apóia basicamente numa hipótese, razão pela qual o termo período hipotético é o que está presente, nos estudos clássicos, como designação genérica das construções condicionais. (NEVES E SOUZA, 1999, p. 509)

Nesse sentido, como o próprio nome indica, a condição precisa que algo ocorra para que se concretize, ou seja, “enuncia-se a ocorrência de um estado de coisas como preenchimento de uma condição” (NEVES E SOUZA, 1999, p.509). Além disso, acrescentam-se a essas palavras as de Said Ali (*apud* RODRIGUES, 2010, p. 52) sobre as orações condicionais: “a proposição hipotética serve para exprimir [...] um fato eventual; mas pode também denotar um fato real, ou admitido como real, porém em contradição com outro acontecimento”.

Antes dos provérbios (VIII) e (IX), encontra-se a “*danada*” também inspira os autores de frases de parachoque de caminhão e exemplos desta criatividade não faltam. Os provérbios contribuem para reforçar o que foi dito nessas sentenças, assim, exemplificam argumentos no texto e contribuem para o desenvolvimento textual.

Os provérbios deste texto estão a serviço da argumentação, mas ela não se constitui a partir dos provérbios, conforme ocorre no caso em que eles se encontram no título do texto. Nesse sentido, ao se estabelecerem as relações retóricas de (VII), (VIII) e (IX), não se levou tanto em conta as partes do texto para depreender qual seria a relação retórica predominante, e sim o significado das orações que se articulam nos provérbios. O que se quer dizer é que, diferentemente do provérbio (I), por exemplo, que constitui o título do texto e que a leitura do texto contribui para sua compreensão, os provérbios, deste texto, apenas reforçam ou exemplificam os argumentos que são apresentados. Nesse sentido, as partes sublinhadas no texto 6 não estão ligadas ao valor semântico desses provérbios, mas demonstram que eles são utilizados para ilustrar o que é afirmado no texto. Além disso, colabora para asseverar que a cachaça está sempre presente na vida dos brasileiros.

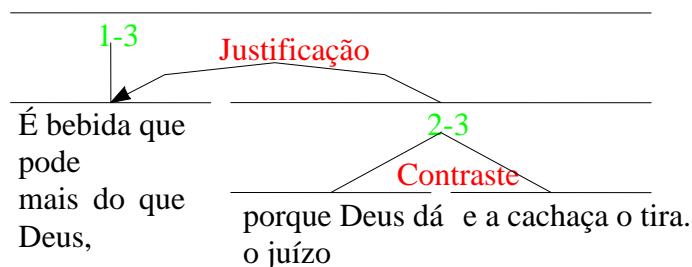


Diagrama 9 – Provérbio (VII)

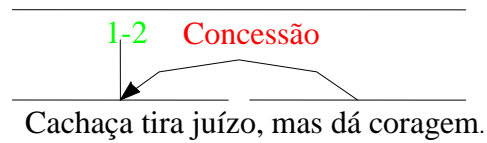


Diagrama 10 – Provérbio (VIII)

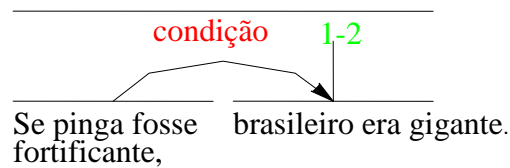


Diagrama 11 – Provérbio (IX)

Analisar-se-á, em seguida, o provérbio (X):

(X) Quando o milagre é grande o santo desconfia

Unidades de informação:

- 1) Quando o milagre é grande
- 2) o santo desconfia

Texto 7

Quando o milagre é grande o santo desconfia

Bom fiz um pedido no site da empresa dia 06/10/2008, realizei o pagamento dia 07/10/2008, data prevista para entrega era 15 dias, avisaram q até 06/11 entregariam, hoje é 12/11 e nada, não respondem os e-mails, só falaram q eu iria receber logo e nada, deram desculpa de atraso de repor estoque, to achando q xxxxxxxx! Procurem empresas sérias, nem sempre o melhor preço sai + barato!

Resposta da Empresa

A Empresa é séria e tem como objetivo atender bem a todos os clientes. A entrega já foi providenciada e o código de postagem está a disposição. De acordo com as normas do site Reclame Aqui, retirar reclamação.

Este texto foi retirado de um *site* em que as pessoas podem postar suas reclamações e, em seguida, é fornecida a resposta da entidade sobre a qual a reclamação se refere. Caso o que foi questionado já tenha sido respondido, a reclamação deve ser removida do *site*.

Nota-se que o provérbio pode ser entendido através do texto. Logo, *Quando o milagre é grande* se relacionaria ao trecho – *a data prevista para entrega era 15 dias, avisaram q até 06/11 entregariam* –, ou seja, o cliente esperava agilidade no processo e comprometimento da empresa. Todavia, esse comprometimento da empresa não ocorreu, como se percebe em *hoje é 12/11 e nada, não respondem os e-mails, só falaram q eu iria receber logo e nada*. Nesse sentido, como a empresa não cumpriu com aquilo que se esperava, o provérbio se adapta ao texto de forma eficiente.

Observando o que diz a Gramática Tradicional no processo de combinação de cláusulas, seriam encontradas algumas classificações, tais como: *Quando o milagre é grande* representaria uma oração subordinada adverbial temporal e *o santo desconfia* seria a oração principal. A maioria dos gramáticos classificaria a primeira oração como temporal devido à presença do *quando*.

Já Neves (2000) faz algumas especificações quanto ao uso do *quando*, afirmando que, ao ser encontrado em orações compostas pelo presente do indicativo, expressa habitualidade, o que leva a uma classificação como condicional. Nesse sentido, em orações como *Quando o milagre é grande o santo desconfia*, como os dois verbos estão no tempo presente do indicativo – *é* e *desconfia* – e há o conectivo *quando*, isso permite que haja a predominância de uma condição, segundo Neves (2000, p. 791).

Por outro lado, com base nos estudos de Halliday, no eixo tático, *quando o milagre é grande* seria hipotática. Já no eixo lógico-semântico, classificar-se-ia como de realce por expressar uma circunstância de tempo. Conforme Matthiessen e Thompson (1988), a primeira oração também seria hipotática, mas, entre essas orações, haveria relações retóricas de núcleo-satélite no nível do discurso.

Quanto às relações retóricas, nota-se que há uma linha tênue entre circunstância, condição e causa; entretanto, optou-se por considerar circunstância, já que se entende que, nessa situação discursiva, o que o autor deseja destacar é o contexto ou situação presente no satélite que contribuiu para que a idéia expressa no núcleo seja compreendida pelo leitor.

Percebe-se que o provérbio afirma que, apenas quando o milagre for grande, o santo desconfiará, o que levaria a pensar em uma condição; entretanto, ao se acionar o conhecimento de mundo, observa-se que o fato de algo ser bom não leva necessariamente a ocorrência de algo ruim. Ademais, fazendo alusão ao contexto em que o provérbio se encontra, entende-se que toda situação ocorrida como atraso na entrega e o fato de a empresa não responder aos e-mails contribuiu para que o autor do texto desconfiasse da seriedade da empresa. Levando em conta todos esses aspectos, preferiu-se adotar uma relação de circunstância em que uma das condições é que o satélite – *Quando o milagre é grande* – defina um contexto para que se entenda o núcleo - *Todo santo desconfia*.

Essas dificuldades de, muitas vezes, delimitar uma relação que será demonstrada no diagrama ocorrem porque das porções de texto emergem proposições relacionais que estão ligadas a situações discursivas. Conforme afirmam Mann e Thompson (1983), as proposições relacionais ou o significado que emerge das orações que se articulam no discurso não se apresentam como um sistema fechado; dependendo das intenções do autor, dos conhecimentos do leitor, da situação comunicativa, pode-se encontrar mais de uma proposição relacional. Apesar de toda essa discussão, como para cada relação determinada será esboçado apenas um gráfico, pretendeu-se demonstrar qual seria a predominante nos provérbios estudados.

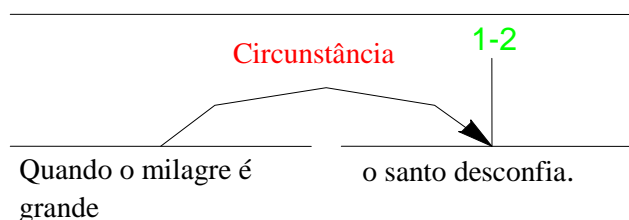


Diagrama 12 – Provérbio (X)

Segue-se a análise do provérbio (XI):

(XI) Quando o dinheiro fala a verdade se cala

Unidades de informação:

- 1) Quando o dinheiro fala
- 2) a verdade se cala.

Texto 8

Quando o Dinheiro Fala a Verdade se Cala

Presb. Fabio Scofield

O tema desta postagem, já esta um pouco desgastado, mas, nem por isso está fora de moda, muito pelo contrario, ele é atualíssimo, pois se trata, dos atuais e, incansáveis escândalos nas igrejas evangélicas, que são praticados em qualquer tempo, e de varias maneiras, mas nestes momentos, ficam mais abundantes devido ao assedio dos políticos, que conhecendo o caráter da maioria dos lideres evangélicos, não perdem esta tão grande oportunidade, de explorar a ignorância do povo de Deus, e vendê-los em troca de favores infames.

Eu chamaria este momento tão oportuno como, “Maré de perna”, como diz os Baianos, se referindo a pescaria de caranguejos no período de andata, para colher as pernas. Estamos diante de um pleito eleitoral dos mais importantes para o nosso País, as eleições Gerais, na qual iremos definir os representantes legais deste País. E como não poderia deixar de ser, os candidatos sai em busca de votos e apoio para suas candidaturas, e aqueles que tem o domínio das massas, ficam ansiosos por concedê-los todo apoio em busca de saciar as sua necessidades pessoais, tais como, algum cargo no gabinete destes possíveis eleitos, claro que, nada que venha trazer muito trabalho, mas um cargo de “guru espiritual” Ôps!, Conselheiro espiritual, não seria nada mal, principalmente se o salário for alto, mas isso são pensamentos egoístas daqueles que só querem para si, e não pensam no rebanho e muito menos na obra de Deus, que apesar de ser o dono da prata e do ouro, mais a sua obra e muito sacrificada, e só mesmo nestes momentos únicos é, que, se consegue fazer alguma coisa. Portanto, ainda que ant-bíblico, e ant-ético, mais diante das necessidades, e diante de uma oportunidade destas, fazer o que! Como dizem: os fins justificam os meios.

Esse provérbio segue o mesmo padrão do provérbio anterior, por isso acredita-se que uma análise tradicional, *hallidayana* e baseada nos estudos de Matthiessen e Thompson (1988) seria equivalente à descrita no provérbio (X).

Segundo o autor do texto, quando se trata de dinheiro, as pessoas não levam em conta se o ato é antibíblico ou antiético e acabam se corrompendo pela ganância e deixando os valores de lado.

Entende-se que o provérbio *Quando o dinheiro fala a verdade se cala* estabelece uma relação de *circunstância*, sendo a parte 1 o satélite que fornece o contexto para interpretar a parte 2, o núcleo. Nessa perspectiva, quando há uma situação em que alguém é *seduzido* pelo dinheiro, o que é considerado *certo* é ignorado.

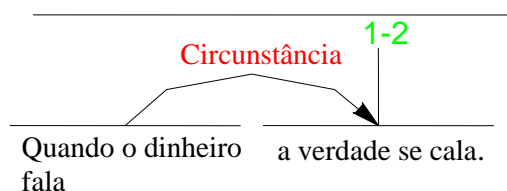


Diagrama 13 – Provérbio (XI)

Será analisado, em seguida, o provérbio (XII):

(XII) **Lê o passado e ficarás preparado para o futuro.**

Unidades de informação:

- 1) Lê o passado
- 2) e ficarás preparado para o futuro

Texto 9

Águas passadas movem moinhos

Lê o passado e ficarás preparado para o futuro

Francisco Gomes

Nas últimas décadas temos assistido a grandes inovações tecnológicas que modificaram definitivamente a nossa forma de estar no mundo. Certamente, hoje em dia, já não será fácil imaginar as nossas vidas sem internet, sem telemóveis, sem ar condicionado, sem televisão, etc. Sem nunca termos

grande noção da velocidade a que tudo isto se processa, a verdade é que continua a existir uma grande ânsia de estar ainda mais à frente no tempo e de anteciparmos o nosso destino. Esta enorme vontade de prever o futuro fez com que, desde sempre, existissem crentes interessados em contactar com astrólogos, adivinhos, tarólogos ou espíritas para prever o sentido da evolução das coisas.

Apesar de haver pessoas que gostariam de poder antecipar o tempo, face à enorme velocidade a que tudo isto se está a processar, é cada vez mais notório que muitos desejariam que o tempo parasse ou até mesmo voltasse para trás. Começam a surgir cada vez mais indivíduos que sentem uma verdadeira nostalgia da época em que as coisas eram mais calmas e mais simples. Não é por caso que nasce o interesse pelas imagens a preto e branco, o gosto de séries televisivas como é o caso do “Conta-me como foi”, das feiras das velharias e até de festas e encontros de antigos alunos, antigos funcionários... Fruto desde saudosismo crescente muitas organizações aproveitaram este novo comportamento social e pegando em lembranças de outros tempos fizeram com que determinadas tendências passadas voltassem a ficar na moda. Se pensarmos no surgimento de bandas como é o caso do grupo Nouvelle Vague que, inspirando-se em bandas de sucesso dos anos 80 como os Violent Femmes, Sex Pistols, Joy Division, The Clash, e Depeche Mode, tiveram o sucesso garantido, é fácil verificarmos que a inspiração no passado tem sido uma verdadeira fórmula mágica.

Ainda no domínio musical podemos referir o crescente número de compradores de vinil ou o surgimento de rádios ou de gira-discos digitais semelhantes aos que habitualmente víamos na casa dos nossos pais. Não será certamente por acaso que surgem armários em forma de jukebox, carteiras em forma de cassetes...

Contudo, este gosto pelo revivalismo não fica por aqui. Se pensarmos em exemplos como o novo New Beatle, o Fiat 500 ou o Mini, verificamos que também a indústria automóvel acompanhou de forma muito explícita esta tendência. Mesmo com preços acima da média, a verdade é que estes modelos têm conseguido, sem recurso à magia negra, conquistar o coração de muitos compradores que procuram reviver emoções passadas que tiveram ao volante de um carro semelhante ou até mesmo superar as frustrações de quem em novo sonhou com aqueles modelos e que na altura não os puderam ter.

Este gosto pelas ligações ao passado como é o caso do eterno sucesso das Allstar, do clássico fato de treino da Adidas, dos óculos de sol Ray-Ban, das Bombocas, das pastilhas Gorila ou mesmo dos Sugos faz que com possamos afirmar com certeza que existem águas passadas que ainda movem moinhos.

As orações – *lê o passado e ficarás preparado para o futuro* – são ligadas pelo conectivo *e*; por isso, em uma análise tradicional, muitos gramáticos classificariam a segunda oração como coordenada sindética aditiva. Para Halliday (1985, 2004), a segunda oração que compõe o provérbio no eixo tático seria paratática e, no lógico-semântico, seria do tipo extensão com valor aditivo. Já para Matthiessen e Thompson (1988), levando em conta que a articulação de orações é uma gramaticalização das relações retóricas, as orações se configurariam como paratáticas, mas expressariam relações retóricas do tipo núcleo-satélite.

Além das classificações citadas, entre essas porções de textos, nota-se também uma relação de consequência, demonstrando, uma vez mais, que o conectivo *e* não estabelece apenas relação de adição ou adversidade e que os conectivos não são fatores determinantes para que se definam as relações que ocorrem entre as partes textuais.

O autor do texto procura demonstrar como o passado exerce influência no futuro: *Não será certamente por acaso que surgem armários em forma de jukebox, carteiras em forma de cassetes.* Nesse sentido, apresenta argumentos que confirmam que o ato de ler o passado, o qual pode ser exemplificado por diversas partes do texto, tais como – *determinadas tendências passadas voltassem a ficar na moda* –, prepara para o futuro: *possamos afirmar com certeza que existem águas passadas que ainda movem moinhos.* Portanto, essa leitura no passado estaria mais relacionada a observar aquilo que fez sucesso e marcou de alguma forma épocas anteriores e, devido a isso, pode repercutir no futuro, contribuindo para que negócios de vários tipos, seja na área de música, seja de vestuário, seja de automóvel, obtenham resultados positivos, ao se basearem no passado.

Pensando em todos os aspectos elencados, na situação discursiva em que o provérbio se encontra e em todos os exemplos que demonstram como o passado pode contribuir para diversos tipos de investimentos no futuro, acredita-se que a relação é de condição, já que a intenção do autor parece ser realmente afirmar que aquele que ler o passado ficará preparado para o futuro. Assim, a realização da parte 2 (núcleo) depende da parte 1(satélite). Além disso, antes do título do texto, encontra-se *Águas passadas movem moinhos* que constitui uma paródia à *Águas passadas não movem moinhos* e contribui para reafirmar

que a retomada ao passado pode garantir vantagens no futuro e, também, para reforçar a relação de condição, permitindo pensar que se as águas passadas movem moinhos, então, o passado pode ser uma condição para um futuro prodigioso.

Ao se observar a forma em que o provérbio se apresenta – a primeira parte no imperativo *Lê o passado* –, pode-se hipotetizar que esse modo verbal contribui também para que a idéia de condição se manifeste de forma predominante.

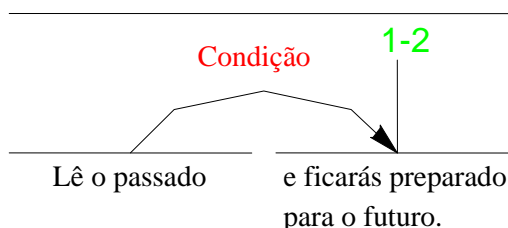


Diagrama 14 – Provérbio (XII)

Observe-se, agora, o provérbio XIII:

(XIII) Se queres conhecer o futuro, olha para o passado.

Unidades de informação:

- 1) Se queres conhecer o futuro,
- 2) olha para o passado.

Texto 10

Crédito à habitação: trocar o incerto pelo certo é a melhor solução?

Paulo Rosa

Nunca, como agora, os detentores de créditos à habitação, ou outros agentes stagflação com empréstimos, foram tão tentados a fixar as suas prestações. A razão é de peso: as taxas de juro nunca estiveram tão baixas e já paira no ar a ameaça da subida em 2010, ou princípios de 2011, caso a economia comece a recuperar. Para decidir o que fazer, o melhor é compreender como funciona o mercado, para lá do “balcão de atendimento”.

Os bancos emprestam dinheiro para a compra de habitação baseados em dois indexantes principais: a Euribor, para créditos com prestações variáveis, e as taxas de juro “swap”, para quem quiser fixar a prestação do empréstimo.

Apostando na incerteza, isto é, na evolução do mercado e na prestação variável, a cotação da Euribor a seis meses está nos 0,96%. Quem não quiser correr riscos ou não gostar de surpresas e preferir fixar a prestação, a taxa de juro “swap” a 20 anos, bastante usada no crédito à habitação, está a 3,86%. Neste caso, ficaria a pagar mensalmente esta taxa, independentemente do que acontecesse, nos anos de duração do empréstimo.

A Euribor (“European Interbank Offer Rate”) é a taxa de juro a que os bancos emprestam dinheiro entre si e é calculada com base num leilão diário onde participam 43 bancos: 36 da Zona Euro, três de fora da Zona Euro, mas integrando a EU, e quatro de fora da EU. A CGD é a única instituição financeira portuguesa presente nesse leilão cujo resultado é divulgado às 10 horas de Lisboa. Estas taxas são denominadas de curto prazo e são influenciadas pelas autoridades monetárias (BCE).

A taxa de juro “swap” é uma troca entre uma taxa fixa e uma taxa variável e vice-versa e que é efectuada em mercado OTC (“over-the-counter”, ou seja, fora de bolsa). Quem escolher a taxa fixa vai “pagar fixo e receber variável”. Ora, isso só compensa quando a taxa variável for superior à taxa fixa. É esta a taxa que a maioria dos bancos usa como indexante nos empréstimos de taxa fixa.

As taxas de juro “swap” são taxas de juro de longo prazo, maturidade igual ou superior a um ano, como as “yields” das obrigações do tesouro, e são estabelecidas pelo mercado com base na expectativa quanto à inflação, nas incertezas que existem e na falta de liquidez nos prazos mais longos, entre outros factores. De salientar que as “yields” (rendibilidades) das obrigações do tesouro na Zona Euro de referência são as germânicas e têm “rating” AAA. As taxas de juro “swap” são superiores às “yields” das OT alemãs porque são transaccionadas por bancos, instituições financeiras que têm um “rating” mais baixo de AA ou A.

Trocando por miúdos: o cliente da taxa variável paga uma prestação que acompanha a evolução do mercado; o cliente de taxa fixa paga a imunidade às variações do mercado, comprando alguma segurança.

O dilema existe e persiste: viver na incerteza ou fixar a sua prestação? O gráfico⁴⁶ mostra as taxas de juro “swap” sempre superiores à Euribor a seis meses desde a criação do euro, com excepção de 2008, quando teve lugar o auge da maior crise financeira desde a Segunda Guerra Mundial. Esta situação explica-se com a compra massiva de obrigações do tesouro, como activo de refúgio perante o desmoronar do mercado accionista e o agudizar da crise, o que levou à subida das cotações das obrigações e à descida das suas “yields”, bem como a crise de liquidez e a relutância de empréstimos entre bancos levando a taxa interbancária – Euribor – a valores acima das “yields” alemãs.

Quem fixou a taxa quando estes valores estavam nos mínimos, em Junho de 2003 (a taxa “swap” a 20 anos era de 4,31% e a média da taxa Euribor a seis meses até ao dia de hoje é de 2,8%), em Setembro 2005 (a taxa “swap” a 20 anos era de 3,62% e a média da taxa euribor a seis meses até ao dia de hoje é de 3,17%) e em Dezembro 2008 (a taxa “swap” a 20 anos era de 3,65% e a média da taxa Euribor a seis meses até ao dia de hoje é de 1,57%) perdeu dinheiro em relação a quem optou pela taxa variável, porque as taxas de juro “swap” a 20 anos, verificadas nos pontos A, B e C, assinalados no gráfico, foram, em todos os casos, superiores às taxas Euribor a seis meses. Vemos assim que, desde 1 de Janeiro de 1999, nunca compensou fixar a prestação.

Um crédito de 100 mil euros com taxa variável, efectuado nesta data, poupou 12 mil euros. Um cliente de taxa fixa pagou 52 mil euros, o cliente de taxa variável pagou 40 mil – este cálculo foi efectuado só com a cobrança de juros e sem qualquer amortização, considerando uma taxa fixa (“swap” de taxa de juro) de 4,71% e taxa variável (Euribor a seis meses) de 3,54%. É pertinente, ainda, ter em conta que uma boa parte dos bancos cobra 2% na amortização dos empréstimos com taxa fixa, enquanto nos de taxa variável esse custo é de 0,5% ou inexistente.

Por último, convém lembrar que o crescimento da economia na última década foi bastante stagfl e que foi por isso que as taxas de inflação e taxas de juro permaneceram a níveis baixos, como é espelhado na estrutura

⁴⁶ Não foi possível apresentar o gráfico presente no texto, porque no site não se permitia cópia das imagens.

temporal das taxas de juro (ETTJ). A respectiva curva de rendimentos foi, e continua a ser, pouco inclinada, com as taxas de juro dos prazos mais longos pouco acima das taxas de prazo menor. Tal indicia um crescimento lento nos tempos que se avizinham.

No entanto, se nos próximos anos houver forte crescimento, o que se reflectirá numa curva de rendimentos mais inclinada, levando e mantendo as taxas de juro acima dos 5% por um período longo, quem está com taxas fixas sairá a ganhar. Os detentores de empréstimos com prestações variáveis ficam a perder. Contudo, também poderão ser compensados pelo forte crescimento porque terão mais oportunidades de arranjar empregos e investimentos mais bem remunerados. Outro cenário em aberto pode passar por uma crise energética, inflação e taxas de juro altas e ausência de crescimento stagflaç (stagflação). Nesta situação, só quem fixou a taxa não provará.

*Como refere o ditado popular **“se queres conhecer o futuro, olha para o passado”**.*

Percebe-se que o texto menciona duas taxas de juros e, para saber qual delas proporciona mais vantagem, é necessário que se conheça além das suas características, as peculiaridades de cada época, ou seja, o passado, já que, como afirma o autor, *se nos próximos anos houver forte crescimento [...] quem está com taxas fixas sairá a ganhar.* Entretanto, mais à frente, ele menciona que os que investem em taxas variáveis podem ser valorizados *pelo forte crescimento porque terão mais oportunidades de arranjar empregos e investimentos mais bem remunerados.* Nessa perspectiva, ***se queres conhecer o futuro, olha para o passado*** pode ser compreendido através do texto como uma forma de o autor demonstrar que, no que se refere às taxas de juros, é preciso estar atento também aos acontecimentos anteriores para que se possa realizar a melhor escolha no cenário económico.

No que se diz respeito às orações que se articulam ***Se queres conhecer o futuro, olha para o passado***, é possível afirmar que muitos gramáticos classificariam a primeira oração como subordinada adverbial condicional, por causa do conectivo *se* e por essas orações encerrarem uma ideia hipotética. No que concerne a Halliday (1985/2004), a primeira oração seria hipotática de realce. Para Matthiessen e Thompson (1988), também seriam classificadas como hipotáticas apresentando relações retóricas núcleo-satélite.

Quanto às relações retóricas, analisou-se como causa voluntária, já que o ato de olhar para o passado é algo voluntário, deve partir de alguém para que a ação seja executada. Ademais, entende-se que, ao se ler o provérbio, nota-se que o satélite – Se queres conhecer o futuro – estabelece uma causa para a ação voluntária do núcleo - olha para o passado. Assim, quando se depara com *olha para o passado*, isoladamente, questiona-se: Por que olhar para o passado? O que me leva a isso? Diante de tais questionamentos, infere-se que o que leva a olhar para o passado é *querer conhecer o futuro*. Nesse sentido, sem a apresentação da parte 1 (satélite), o leitor poderia não notar que a ação foi ocasionada por razões específicas nem quais foram essas razões, o que contribui, uma vez mais, para que se pense em uma relação de causa.

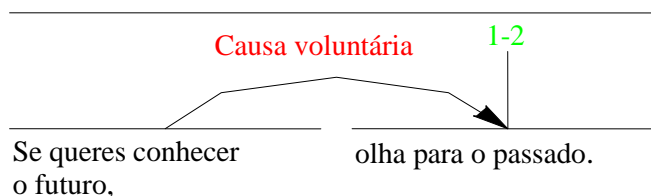


Diagrama 15 – Provérbio (XIII)

Em seguida, será analisado o provérbio (XIV):

(XIV) **A sorte é como um raio, nunca se sabe aonde vai cair.**

Unidades de informação:

- 1) A sorte é como um raio,
- 2) nunca se sabe [[aonde vai cair]].

Texto 11

Keith Cattley

*Diz o provérbio que **“A sorte é como um raio, nunca se sabe aonde vai cair”**. A nossa, caiu com a chuva que inundou a cidade e matou muita gente. De quebra, arrancou a placa dianteira do nosso carro. Uma bobagenzinha diante da tragédia. Mandamos fazer outra imediatamente, e pronto. Pronto? Noite seguinte, somos parados pela blitz da Lei Seca. Nenhum álcool no sangue, documentos em ordem, carro rebocado! Motivo? A malfadada placa dianteira. Apelamos para o*

bom senso, mostramos o recibo da nova placa, e ouvimos: “Bom senso não existe, o que existe é a lei”. O prefeito, alheio a isso, mostra bom senso, e anula todas as multas de transito no período da enchente. Carro rebocado, véspera de feriado, começa a saga para retirá-lo. Inconformados com o aspecto “caça-níqueis” da blitz, mandamos carta ao Globo que foi publicada. Num tom conciliador, nos liga o assessor do manda-chuva da Lei Seca, Sr. Bragado; pede desculpas, reconhece o excesso cometido pelo agente, reafirma que eles são pelo bom senso, e diz que o coordenador geral quer falar conosco para se desculpar. Recebemos um gentil e-mail do Sr. Carlos Alberto Lopes, reconhecendo o erro, e nos convidando para visitá-lo no Palácio Guanabara. Recuperamos o carro depois de pagar reboque e diárias, e respondemos ao tal senhor que o erro de um agente não invalida o mérito de uma operação que salva vidas, e que não pretendemos roubar seu precioso tempo indo ao Palácio. Eis que a novela não acaba: devolvem o carro, mas cadê os documentos? Quinze dias depois, cinco horas perdidas no telefone, duas idas ao Detran, e nada de documentos. Prazos infringidos, carro parado (taxi diário Lagoa/Recreio/Lagoa a R\$ 110,00 por dia), informações desconstruídas, e a constatação inacreditável que 22 dias depois, e quase dois mil reais jogados no lixo, vamos passar mais um fim de semana a pé, por obra da insensibilidade de um agente, da ganância do Estado, e da incompetência burocrática do DETRAN-RJ.

Este texto é um comentário sobre um texto presente em um *blog* o qual falava a respeito da Lei Seca. A autora procura demonstrar como foi prejudicada em uma *blitz* da Lei Seca. Assim, usando o provérbio ***A sorte é como um raio, nunca se sabe aonde vai cair***, apresenta uma sucessão de fatos demonstrando o que ocorreu. No seu caso, no lugar de sorte, foi azar. Mas, os acontecimentos elencados não revelam simplesmente um *azar*, e sim, uma crítica às blitzs e à burocracia de órgãos como o Detran que, muitas vezes, têm o intuito maior de arrecadar dinheiro do que fiscalizar a lei. Logo, ao utilizar o provérbio, a autora transmite a idéia de que se vive em uma incerteza, não se sabe o que acontecerá amanhã, ou seja, não se sabe *aonde o raio irá cair*. É interessante que esse aspecto de incerteza passado pelo provérbio contribui para enfatizar a crítica presente no texto, já que é possível inferir: com a corrupção em nosso país e mais o fato de as leis não serem observadas com eficiência, vive-se cercado de incertezas, não se pode confiar nas leis.

Ao se analisar as orações *A sorte é como um raio, nunca se sabe aonde vai cair*, pode-se dizer que um estudo tradicional classificaria *a sorte é como um raio* como justaposta em relação à *nunca se sabe aonde vai cair*, devido à ausência de conectivos. Entre *nunca se sabe* e *aonde vai cair*, a primeira oração seria principal e a segunda, subordinada substantiva objetiva direta. Ademais, é possível encontrar, também classificações que considerassem a primeira como um exemplo de comparativa, tal como: *A sorte é como um raio (é)*, em que *como um raio (é)* seria a oração subordinada adverbial comparativa, já *a sorte é* seria a principal.

Para Halliday (1985, 2004), as orações que se articulam seriam paratáticas e a segunda funciona como elaboração para a primeira, tendo em vista que, na elaboração, a oração elabora o sentido da outra através de um maior detalhamento ou de uma descrição.

Conforme os estudos de Matthiessen e Thompson (1988), a oração *nunca se sabe aonde vai cair* seria paratática em relação à primeira e, entre essas porções de texto, se estabeleceriam relações retóricas do tipo núcleo-satélite.

Entende-se que *nunca se sabe aonde vai cair* (parte 2) é o satélite do núcleo *a sorte é como um raio* (parte 1), estabelecendo uma relação de elaboração, já que o satélite fornece uma informação mais específica sobre o que é dito no núcleo. É interessante que esse satélite é exemplificado por diversas expressões ao longo do texto, as quais apontam que, quando a autora acha que já ocorreu tudo que deveria acontecer, surge para ela mais uma surpresa: a placa dianteira arrancada pela chuva; a multa recebida na blitz; o carro rebocado; a demora para conseguir o carro de novo; a perda dos documentos; o dinheiro gasto. Desse modo, entende-se que *a sorte é como um raio* constituiria uma generalização e *nunca se sabe aonde vai cair* uma especificação do que foi dito na parte textual anterior.

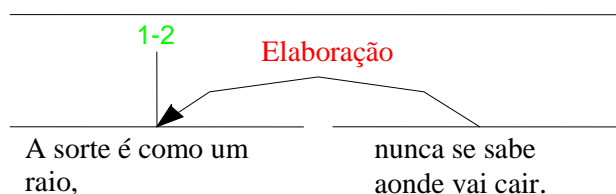


Diagrama 16 – Provérbio (XIV)

Discutir-se-á, agora, sobre o provérbio XV abaixo:

(XV) Competência e sorte é para quem tem e não para quem quer.

Unidades de informação:

- 1) Competência e sorte é para quem tem
- 2) e não para quem quer.

Texto 12:

O cavalo arriado passou!

Salvador Luiz Zangari

*É verdade meus amigos O CAVALO ARRIADO PASSOU, e diz um ditado popular que O CAVALO ARRIADO NÃO PASSA, duas vezes no mesmo lugar⁴⁷, isso aconteceu com a seleção Brasileiro nesta última COPA DO MUNDO, esta foi sem dúvida o campeonato mais fácil dos últimos tempos, conquistado pela seleção da ESPANHA, tudo isso fruto da teimosia do sr DUNGA com a conivência do sr RICARDO TEIXEIRA, que convocou o KAKA machucado, prova disso foi a cirurgia que o mesmo foi submetido e só volta aos gramados no próximo ano, e deixando de convocar jogadores tais como: RONALDINHO GAUCHO e GANSO. O outro que deixou o CAVALO PASSAR a sua frente e além disso ARRIADO, foi o CORINTHIANS, quando foi desclassificado da LIBERTADORES pelo limitado time do FLAMENGO, prova disso é a situação do time classificado no jogo de hoje, entre SÃO PAULO X INTERNACIONAL, com o time vencedor conquistando o direito de disputar o título MUNDIAL, mesmo perdendo a decisão para o CHIVAS, pois o mesmo faz parte do CONCACAF, confederação de futebol da AMÉRICA DO NORTE, CENTRAL E CARIBE, e mesmo que seja CAMPEÃO não pode disputar este título. Então meus amigos CORINTHIANOS, não é crítica apenas um comentário lógico, para que todos possa refletir e analisar a grande oportunidade que o CORINTHIANS deixou passar a sua frente, deste que é sem dúvida o maior sonho dos CORINTHIANOS, que são motivo de chacotas a todo instante e por todos os torcedores, dizendo que os mesmo não tem passaporte para disputar títulos INTERNACIONAL, e além disso podendo ver o seu adversário o SÃO PAULO, mais uma vez disputando este título, mesmo com um time limitado em um péssimo momento, e com um técnico que não passa vibração nenhuma para a equipe, mais **competência e sorte é para quem tem e não para quem quer**. VAAAAAAAAAAAAAAAAAAAA*

⁴⁷ Não se analisou este provérbio por não seguir os parâmetros que se definiu para esta pesquisa, como a presença de verbos em todas as sentenças do provérbio.

INTER - porque o SANTOS já foi, conquistou o BRASIL e o MUNDO, afinal quem disse foi o site da FIFA que a garotada do SANTOS manda no futebol Brasileiro, e eu assino em baixo. SAUDAÇÕES SANTISTAS.

Acredita-se que, se esse provérbio fosse analisado conforme a Gramática Tradicional, muitos gramáticos poderiam considerar o segundo *e* com valor de *mas*, o que conduziria a uma classificação da segunda oração como coordenada sindética adversativa.

Para Halliday, a segunda oração seria paratática de extensão em relação à primeira, com valor adversativo (2004, p. 405). Já, para Matthiessen e Thompson (1988) emergem, delas, relações retóricas multinucleares, mas, no que se refere à articulação de orações seriam paratáticas entre si.

O provérbio *competência e sorte é para quem tem e não para quem quer*, geralmente, é encontrado em dicionários de provérbios como: *sorte é para quem tem, não para quem quer*.

Considera-se nesse provérbio a predominância de uma relação de contraste, pois o leitor pode reconhecer a possibilidade de comparação entre *ter sorte e competência* e *querer sorte e competência*. Ao longo do texto, percebe-se esse contraste, quando o autor demonstra que muitos querem a sorte, mas não têm competência para tê-la. Assim, cita exemplos como o fato de Dunga ter convocado Kaká, de o Corinthians ter sido desclassificado na Libertadores. Como aqui há uma relação multinuclear, as duas porções do texto se configuram como núcleo.

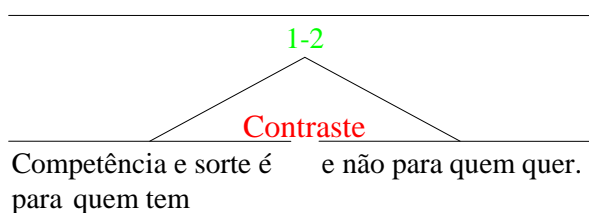


Diagrama 17 – Provérbio (XV)

Observe-se o provérbio XVI:

(XVI) **Rapadura é doce, mas não é mole.**

Unidades de informação:

1) Rapadura é doce,

2) mas não é mole.

Texto 13:

COMO SIMPLIFICAR UM TEXTO CIENTÍFICO

Beto Holsel

Muitos textos científicos são escritos numa linguagem de difícil compreensão para o grande público. Torna-se necessário traduzi-los para torná-los mais acessíveis ou, pelo menos, para uma difusão mais extensiva da profundidade do pensamento científico. Isto pode ser feito com aplicação de um método engenhoso que consiste na reunião de conceitos fragmentados em outros mais abrangentes que, numa sucessão progressiva de sínteses - ou estágios - reduzem a complexidade do texto original até o nível de compreensão desejado.

Se estas colocações parecem ainda obscuras ou abstratas - o que mostra que são científicas - um exemplo muito simples ilustrará o método e facultará ao leitor esperto praticá-lo em outros textos. O exemplo que daremos a seguir é o de um texto altamente informativo em que são discerníveis elementos de Química, Física, Botânica, Geometria e outras disciplinas.

Como se verificará, entretanto, essa massa de compreensão pode ficar mais próxima. Ao final do quinto estágio, surgirá, clara e límpida, a síntese mais refinada daquele texto, antes incompreensível, que brilhará singela e cristalina, evidenciando a eficácia do nosso método.

TEXTO ORIGINAL

*O dissacarídeo de fórmula $C_{12}H_{22}O_{11}$, obtido através da fervura e da evaporação de H_2O do líquido resultante da prensagem do caule da gramínea *Saccharus officinarum*, Linneu, isento de qualquer outro tipo de processamento suplementar que elimine suas impurezas, quando apresentado sob a forma geométrica de sólidos de reduzidas dimensões e arestas retilíneas, configurando pirâmides truncadas de base oblonga e pequena altura, uma vez submetido a um toque no órgão do paladar de quem se disponha a um teste organoléptico, impressiona favoravelmente as papilas gustativas, sugerindo a impressão sensorial equivalente provocada pelo mesmo dissacarídeo em estado bruto que*

*ocorre no líquido nutritivo de alta viscosidade, produzindo nos órgãos especiais existentes na *Apis mellifica*, Linneu.*

No entanto, é possível comprovar experimentalmente que esse dissacarídeo, no estado físico-químico descrito e apresentado sob aquela forma geométrica, apresenta considerável resistência a modificar apreciavelmente suas dimensões quando submetido a tensões mecânicas de compressão ao longo do seu eixo em consequência da pequena deformidade que lhe é peculiar.

PRIMEIRO ESTÁGIO

A sacarose extraída da cana de açúcar, que ainda não tenha passado pelo processo de purificação e refino, apresentando-se sob a forma de pequenos sólidos tronco-piramidais de base retangular, impressiona agradavelmente ao paladar, lembrando a sensação provocada pela mesma sacarose produzida pelas abelhas em um peculiar líquido espesso e nutritivo.

Entretanto, não altera suas dimensões lineares ou suas proporções quando submetida a uma tensão axial em consequência da aplicação de compressões equivalentes e opostas.

SEGUNDO ESTÁGIO

O açúcar, quando ainda não submetido à refinação e, apresentando-se em blocos sólidos de pequenas dimensões e forma tronco-piramidal, tem o sabor deleitável da secreção alimentar das abelhas, todavia não muda suas proporções quando sujeito à compressão.

TERCEIRO ESTÁGIO

Açúcar não refinado, sob a forma de pequenos blocos, tem o sabor agradável do mel. Porém não muda de forma quando pressionado.

QUARTO ESTÁGIO

Açúcar mascavo em tijolinhos tem o sabor adocicado, mas não é macio ou flexível.

QUINTO ESTÁGIO

Rapadura é doce, mas não é mole.

Conforme se observa, esse texto constitui uma explicação passo-a-passo de como simplificar a leitura de um texto científico, o qual se constrói de uma maneira bem interessante. Nele, o provérbio utilizado é tanto um resumo do texto original quanto dos presentes nos outros estágios. Assim, a escolha do provérbio produz coerência ao texto como um todo, já que retoma o que havia sido dito sobre as propriedades do açúcar mascavo: o fato de agradar o paladar e de não ser flexível. Semelhantes pontos são demonstrados ao longo de todo o texto; logo, *rapadura é doce* pode ser exemplificada por *impressiona agradavelmente ao paladar; tem o sabor deleitável; tem o sabor agradável do mel*, entre outros. Já a expressão *não é mole* é exemplificada por: *não muda de forma quando pressionado, não é macio ou flexível*, etc.

Numa análise tradicional, a presença do *mas* poderia conduzir a uma classificação de coordenada sindética adversativa para a segunda oração. Já para Halliday, seria uma paratática de realce, pois o valor lógico-semântico predominante remeteria a uma circunstância de concessão. Em sua gramática, Halliday cita alguns exemplos de paratáticas de realce com valor concessivo, utilizando o conectivo *mas* (HALLIDAY, 2004, p. 415). Na visão funcionalista de Matthiessen e Thompson (1988), elas seriam paratáticas, emergindo relações retóricas do tipo núcleo-satélite.

Entende-se que a relação que prevalece é de concessão, já que há uma potencial incompatibilidade entre o núcleo (*Rapadura é doce*)⁴⁸ e o satélite (*mas não é mole*), o que permite parafrasear: *Rapadura é doce, embora não seja mole*. Além disso, tal fato contribui para que se leve em conta também que a palavra *doce*, geralmente, passa a característica de algo frágil, então o *não ser mole* seria incompatível com essa idéia de fragilidade. Portanto, ter-se-ia o seguinte gráfico do provérbio (XVI):

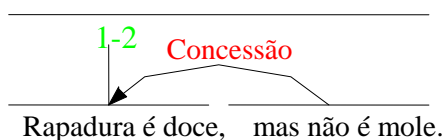


Diagrama 18 – Provérbio XVI

⁴⁸ No que diz respeito a definir qual porção do texto seria o núcleo e o satélite nas relações de concessão presentes neste trabalho, discutiu-se mais detalhadamente sobre essa questão no provérbio (VIII).

Cita-se, abaixo, o provérbio XVII:

(XVII) A paciência é amarga, mas os frutos são doces?

Unidades de informação:

- 1) A paciência é amarga,
- 2) mas os frutos são doces?

Texto 14

A paciência é amarga, mas os frutos são doces?

Ter paciência é uma virtude, saber esperar a vez, a hora, aguardar o momento certo. Quando a gente se torna amante da paciência desfrutará dos mais excelentes frutos?

Melhor resposta - Escolhida pelo autor da pergunta

Bom dia meu amigo. Saber ter paciência é mais q uma virtude é uma dádiva, é um domínio q temos q ter sobre nós. Adorei a frase da sua pergunta "a paciência é amarga, mas os frutos são doces", e chego a conclusão q as consequencias de sermos impacientes são muito mais q amargas, são dolorosas muitas vezes.

É importante mencionar que esse texto foi retirado de um *site* de perguntas em que as pessoas podem questionar sobre assuntos diversos. Explicitou-se apenas a pergunta, a qual foi elaborada na forma de provérbio e a melhor resposta escolhida pelo autor dada a ela.

No que se refere à classificação dessas orações, levando em conta uma análise tradicional, os estudos de Halliday (1985/2004) e os de Matthiessen e Thompson (1988), nota-se que a classificação seria semelhante à dada no provérbio (XVI).

Observa-se uma relação retórica de concessão, pois pode-se perceber uma possível incompatibilidade entre o núcleo *A paciência é amarga* (parte 1) e o satélite *mas os frutos são doces* (parte 2). Semelhante incompatibilidade é explicitada pelos antônimos *amarga* e *doce*. Nessa relação, a intenção do autor é, por meio dessa concessão, reforçar o fato de a paciência ser uma dádiva; e, sobre a impaciência, menciona-se: *chego a conclusão q as consequencias de sermos impacientes são muito mais q amargas, são dolorosas muitas vezes*. Logo, o autor pretende afirmar que, embora ter paciência não seja uma tarefa fácil, as consequências de ser paciente são sempre boas.

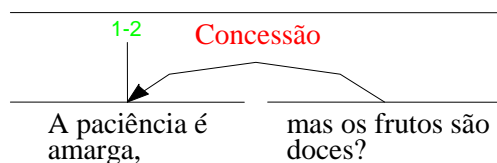


Diagrama 19 – Provérbio (XVII)

Discutir-se-á, abaixo, sobre o provérbio XVIII:

(XVIII) **Se você tem olho gordo, use colírio diet.**

Unidades de informação:

- 1) Se você tem olho gordo,
- 2) use colírio diet.

Texto 15

Descubra se "olho gordo" pega

Monica Buonfiglio

"Se você tem olho gordo, use colírio Diet."

Olho gordo pega, sim, pois os olhos atingem todos os níveis de percepção da consciência.

O olho gordo é uma reação violenta de um temperamento colérico externando a vontade de cobiçar, obter à força, desprezar, humilhar e jurar vingança.

Este sentimento é real, e por isso, possível de ser atingido. Quem tem olho gordo usa forças profundas do seu ser que transcendem o conhecimento de quem o emite.

Platão, filósofo grego que viveu aproximadamente em 400 a. C., escreveu que "a visão não é apenas o que os outros podem ver na sua função apenas física, ela é móvel e suscetível a uma percepção muito mais global".

Em alguns casos, a ação do mal lançado é rápida: ficamos doentes,

brigamos com entes queridos, plantas secam, roupas são danificadas, carros sofrem batidas ou aparecem com manchas.

A pessoa que lança o olho gordo condena-se a si mesmo, pois existe um prévio sinal, que irá antecipar seu destino voluntário, para ir ao próprio inferno mental (inferi, mundo inferior) desenvolvendo efeitos funestos para si mesmo desencadeando o que foi liberado as suas vitimas.

Por isso, fatalmente ocorrerá em um futuro próximo o exílio, a loucura, a aflição e a agonia, pois é considerado uma "reprovação" de acordo com os ensinamentos de Deus.

Existe uma força superior com a qual você pode se proteger, pois todo e qualquer sentimento negativo é a inversão da bênção (palavra criadora de Deus que reconcilia a paz e a harmonia com o mundo físico e angelical).

Para cortar essa má influência, o inocente perseguido deve ouvi-la sem expressar qualquer reação e mentalizar: "Proteja-me Deus".

Rezar ao acordar e ao se deitar concede forte amparo espiritual. Jesus proferiu: "Para longe de mim malditos! Fora!"

Todos os que comprazem a fazer o mal, fora!"(Mt: 25,41).

O que torna assustador é justamente a falta de limites da vingança lançada a um inocente.

Ao fazer uma imprecisão contra alguém, torna-se amaldiçoado. Somente com o tempo, paciência e oração, extingui-se o que foi proferido. Quem recebeu o olho gordo, pode enviar um pensamento para o mesmo como: "eu perdô".

Numa análise tradicional – *Se você tem olho gordo, use colírio diet* –, a primeira oração seria considerada subordinada adverbial condicional e a segunda, principal. A presença do conectivo *se* e a idéia de condição e hipótese levariam à classificação de uma condicional. Para Halliday (1985/2004), ter-se-ia uma hipotaxe de realce na primeira oração pelo fato de ela exprimir uma circunstância de condição em relação à segunda. A primeira oração também se definiria como hipotática de realce para Matthiessen e Thompson (1988) em relação à segunda, pois, como já se afirmou, a hipotaxe de realce “se refere a combinações de orações hipotáticas que envolvem algum tipo de relação circunstancial como condição,

razão, propósito e outros tipos [...] (MATTHIESSEN E THOMPSON, 1988, p. 283-284)⁴⁹.

Tendo em vista todo o contexto apresentado, observa-se que ter olho gordo é colocado como uma atitude negativa, como um problema: *a pessoa que lança o olho gordo condena-se a si mesmo; fatalmente ocorrerá em um futuro próximo o exílio, a loucura, a aflição e a agonia; ao fazer uma imprecisão contra alguém, torna-se amaldiçoado.*

Como *ter olho gordo* é colocado como algo ruim, prejudicial, então, infere-se: o que fazer quando se tem olho gordo? E a resposta imediata a essa pergunta é *Use colírio diet*. Se fosse realizada uma análise dessas orações fora de um contexto, levando em conta apenas as orações que se articulam *Se você tem olho gordo, use colírio diet*, é possível que a relação retórica detectada fosse de condição; todavia, percebe-se que, para o autor do texto, o olho gordo é visto como um problema, até mesmo como uma maldição. Isso faz com que não se contente com uma relação de condição, já que o autor demonstra que ter olho gordo é extremamente negativo para aquele que o possui. Nesse sentido, *usar colírio diet* constituiria uma solução para o fato expresso na primeira oração. Entende-se que o uso do colírio *diet* é representado por alguns atos que configuram uma atenuação ou, até mesmo, uma extinção do olho gordo, por exemplo: *o tempo, paciência e oração, extingui-se o que foi proferido.*

Levando em conta todos os pontos mencionados, acredita-se que a relação retórica predominante é de solução, porque essa se caracteriza pelo fato de o núcleo constituir uma solução para o problema apresentado pelo satélite. Nessa perspectiva, considerando a relação de solução, *Se você tem olho gordo* seria o satélite e *use colírio diet*, o núcleo.

É relevante mencionar que uma das características da relação núcleo-satélite é que a circunstância expressa entre essas orações, tais como antítese, concessão, elaboração, entre outras, sempre é representada pelo satélite; entretanto, no quadro de relações, a solução se constitui como a única relação em que a circunstância estabelecida é representada pelo núcleo. Chama-se atenção para esse aspecto porque, na Gramática Tradicional, os adjuntos adverbiais são, em geral, considerados termos acessórios da oração e recebem a seguinte definição: “são os que desempenham na oração uma função secundária, qual seja a de caracterizar um ser, determinar os substantivos, exprimir alguma circunstância” (CEGALLA, 2007, p. 263), e as orações subordinadas adverbiais são as que possuem a função de adjuntos adverbiais. Desse modo, as orações adverbiais são definidas pela Gramática Tradicional como orações secundárias, acessórias.

Ao realizar uma associação entre o que é dito pela Gramática Tradicional e o

⁴⁹ Ver seção 2.4, p. 29.

estudo das Relações Retóricas, nota-se que, ao colocar o satélite representando circunstâncias, informações adicionais que satisfaçam os objetivos do núcleo, a Teoria da Estrutura Retórica, de certa forma, retoma a noção de termo acessório da Gramática Tradicional. Uma diferença importante é que a RST afirma que pelo menos um dos satélites deve estar presente para que os objetivos do núcleo sejam alcançados; assim, demonstra que a informação do satélite não é tão adicional como se descreve. Ademais, quando na relação de solução tem-se o núcleo representando a solução, percebe-se que a própria Teoria da Estrutura Retórica acaba por demonstrar que tanto o núcleo quanto o satélite são imprescindíveis para os propósitos discursivos.

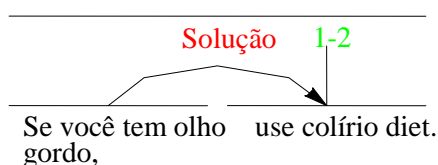


Diagrama 20 – Provérbio (XVIII)

Analisar-se-á o provérbio XIX:

(XIX) **Se casamento fosse bom, não precisava testemunha.**

Unidades de informação:

- 1) Se casamento fosse bom.
- 2) não precisava testemunha.

Texto 16

Amor Não Faz Mal

Trio Nordestino

Se casamento fosse bom
não precisava testemunha

Pra que padre?

Pra que juiz?

se o que faz a gente ser feliz

É amar, amar, amar
amar, amar e querer bem
amor, amor, amor
amor, não faz mal a ninguém

De vez em quando é bom uma briguinha de ciúmes

*ciúme é o tempero do amor que tem volume
pois quando a gente gosta
fica só pros dois
que o melhor da briga vem depois*

O provérbio *Se casamento fosse bom, não precisava testemunha* se assemelha, quanto à forma, ao provérbio (XVIII). Assim, ao se fazer alusão a uma análise tradicional, aos estudos de Halliday (1985/2004) e de Matthiessen e Thompson (1988), seriam obtidas as mesmas considerações apresentadas para o provérbio (XVIII).

Na música – Amor não faz mal –, em um dos seus versos, encontra-se o provérbio *Se casamento fosse bom, não precisava testemunha*, exemplificando que não era necessária a presença de outras pessoas em um casamento: *pra que padre? pra que juiz?* Observa-se que a relação predominante no provérbio é a de condição, na qual a parte 1 representaria o satélite e a 2, o núcleo, já que a realização do núcleo *Não precisava testemunha* depende da realização do satélite *Se casamento fosse bom*.

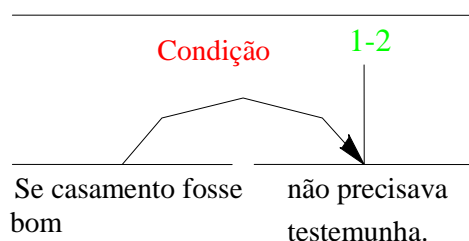


Diagrama 21 – Provérbio (XIX)

Finalmente, apresenta-se a análise do último provérbio selecionado:

(XX) Dou um boi para não entrar numa briga e uma boiada para não sair dela.

Unidades de informação:

- 1) Dou um boi
- 2) para não entrar numa briga
- 3) e (dou) uma boiada
- 2) para não sair dela.

Texto 17

O CASO DA PENHORA DA BOIADA

Luis Antônio Matias Soares

*Adia teu julgamento enquanto ouves ambas as partes
Schottus*

I

*Nós mineiros temos um ditado antigo, mas bastante conhecido e muito citado por brasileiros de todas as regiões: **“dou um boi para não entrar numa briga e uma boiada para não sair dela”**.*

Antes de prosseguirmos na leitura do caso do boi e da boiada, vamos tentar desvendar de onde poderia ter-se originado esse ditado?

Com certeza será necessário que retornemos um bocado no tempo e no espaço: o desbravamento e a colonização da região das Minas Gerais tiveram início por volta do século XVI e foi levado a efeito principalmente pelos bandeirantes que partiam do povoado de São Paulo em busca de ouro e pedras preciosas.

Muito da nossa história e dos nossos costumes começam de fato a se formar e a se montar exatamente ali, como um quebra-cabeça. Em 1693 – por exemplo – foram descobertas importantes jazidas de ouro na serra de Sabarabuçu, próximo aos ribeirões do Carmo e do Tripuí. Essa e outras descobertas provocaram um intenso contingente migratório para a região.

Este crescimento populacional trouxe como consequência imediata o desenvolvimento do comércio: para atender às necessidades de toda aquela gente tornou-se essencial a presença dos comerciantes, principalmente daqueles que lidavam com produtos alimentícios derivados da agropecuária.

O gado teve então um papel preponderante tanto no que concerne ao desbravamento inicial da região quanto na posterior interiorização do processo de colonização do Brasil. Na medida em que os “tropeiros” iam adentrando pelo território brasileiro rumo às terras localizadas a oeste de Minas Gerais e àquela região do nosso território atualmente pertencente ao Estado de Goiás, expandiam igualmente a colonização portuguesa.

Diante de todos estes fatores, deu-se o enriquecimento de muitas famílias de mineradores e comerciantes. É possível então que uma das primeiras fontes na origem do referido ditado tenha sido exatamente o seio dessas famílias ricas, muitas delas proprietárias de grande quantidade de gado.

Outro importante fator reside no fato de que a exploração do ouro desencadeou muitas rivalidades e guerras entre as variadas populações da colônia. Temos como exemplo maior a sempre citada Guerra dos Emboabas, confronto travado entre os são paulinos (os moradores de São Paulo) e os demais habitantes da região das minas (portugueses, etc.) pela exploração das jazidas de ouro. É possível então que tenha se tornado muito comum entre o povo dizer-se que se “dava um boi para não entrar numa briga, mas uma boiada para não sair dela”. E aqueles em verdade eram tempos de muitas e muitas “brigas”.

Vemos assim que muito da nossa cultura e dos nossos costumes – e entre eles certamente se encontram os ditados populares – descende diretamente do tempo passado, da história não muito distante da vida de homens e mulheres que nos antecederam no tempo e no espaço.

[...]

Quando se tenta classificar essas orações sob o ponto de vista da Gramática Tradicional, pode-se encontrar uma divisão em quatro orações: 1) *Dou um boi*; 2) *para não entrar numa briga* 3) *e (dou) uma boiada* 4) *para não sair dela*. Apesar de se ter explicitado essas orações, sabe-se que nem todas as análises tradicionais realizam tal divisão, já que o verbo *dar* está elíptico na que se considerou terceira oração. Todavia, observando essa divisão, as orações 1) e 2) seriam, respectivamente, oração principal e subordinada adverbial final. Quanto à 3) e à 4), a primeira seria principal e a segunda, subordinada adverbial final. Além disso, é possível considerar, também, as orações complexas (1-2) estabelecendo uma adversidade com as orações complexas (3-4), o que levaria a pontuar o *e* com o valor de *mas* e a classificar *e uma boiada para não sair dela* como coordenada sindética adversativa em relação à *Dou um boi para não entrar numa briga*.

Segundo Halliday (1985/2004), nas porções de texto *Dou um boi/ para não entrar numa briga*, a segunda oração seria hipotática de realce, expressando propósito. Nas porções *e (dou) uma boiada/ para não sair dela*, a segunda oração também seria hipotática de realce, denotando propósito. No que se refere à articulação dos pares de oração (1-2) com os (3-4),

no eixo tático, há orações paratáticas. No eixo lógico-semântico, os pares (3-4) funcionam como paratáticas de extensão para os pares (1-2).

Conforme Matthiessen e Thompson (1988), no nível da articulação de orações a classificação em hipotáticas e paratáticas seria semelhante às de Halliday (1985/2004), demonstradas no parágrafo anterior. Todavia, eles ressaltam que, além da articulação de orações, é importante observar as relações retóricas que emergem no discurso.

O que chama atenção no uso dos provérbios é que, por esse gênero apresentar, como característica marcante, as metáforas, em todos os textos analisados a presença dos provérbios não se explica por meio do significado literal das palavras que o constituem, mas pelo sentido figurado que as compõe. Como nesse texto o autor procura explicar a origem das palavras, o uso desse provérbio estará mais associado a dizer o porquê da presença de vocábulos como *boi*, *boiada* e *briga* em *Dou um boi para não entrar numa briga e uma boiada para não sair dela*.

Nessa perspectiva, a escolha de palavras tais como *boi* no provérbio poderia estar associada a *O gado teve então um papel preponderante tanto no que concerne ao desbravamento inicial da região quanto na posterior interiorização do processo de colonização do Brasil*. O que justifica a palavra *briga* pode ser demonstrado em trechos como: *desencadeou muitas rivalidades e guerras*. Os pares antônimos *entrar e sair*, do provérbio, colaboram para o significado geral de contraste, já que tanto *Dou um boi para não entrar na briga* quanto *e uma boiada para não sair dela* se configuram como núcleos e caracterizam-se por constituírem situações diferentes em alguns aspectos (um boi para entrar numa briga e uma boiada para não sair dela). Nesse sentido, esses dois grandes núcleos estabelecem uma relação multinuclear de contraste. Em cada núcleo, há duas unidades de informação, no primeiro núcleo, encontra-se: 1) Dou um boi; 2) para não entrar e, no segundo: 3) Dou uma boiada 4) para não sair dela. Entre as unidades de informação (1-2) e (3-4), que estabelecem relação núcleo-satélite, nota-se a emergência da relação de propósito, tendo em vista que essa se caracteriza pelo fato de os satélites – *para não entrar e para não sair dela* – serem realizados através das ações apresentadas pelos núcleos – dar um boi e dar uma boiada.

Conforme se mencionou, as relações de apresentação contribuem para aumentar a posição tendencial do leitor. Por outro lado, as de conteúdo apenas pretendem que o leitor reconheça o tipo de relação, isto é, a relação em pauta.

Como se viu, os provérbios foram encontrados em textos diversos; então, pode-se depreender que o contexto, no qual eles se encontram, exerce um papel fundamental para definir qual será a relação predominante. Logo, o provérbio que apresentou a relação de antítese, por exemplo, – (III) *O bom não é ser importante; o importante é ser bom* – é de caráter religioso e procura convencer o leitor daquilo que considera como certo, ou seja, tende a aumentar a posição tendencial daquele que lê o texto.

As relações de maior ocorrência foram as de circunstância (4), contraste (4), elaboração (3), concessão (3) e condição (3), as quais foram justificadas no decorrer deste capítulo, seguindo as condições e especificações presentes na tabela de relações retóricas.

Percebeu-se que todas as relações consideradas como de condição apresentam o caráter hipotético típico dessas orações. Ademais, em todos os provérbios, o satélite que estabelecia a relação de condição veio antes do núcleo, o que já confirma algo que é uma tendência das condicionais: vir antes da porção nuclear. Neves e Souza (1999) mencionam que uma das hipóteses de tal fato ocorrer é a ligação de semelhante ordem com a seqüência temporal e com a relação causa-efeito. Além disso, “ [...] a natureza de tópico que se pode atribuir, em geral, às condicionais responde facilmente, pela tendência de sua ocorrência no início da frase” (HAIMAN, 1978 *apud* NEVES E SOUZA, 1999, p. 509).

Sobre a relação de circunstância, ela é passível de questionamentos, já que, quando se pensa a respeito das relações retóricas, observa-se que todas denotam alguma circunstância. Então, por que uma relação de circunstância? Como se mencionou, essa estabelece um contexto ou situação, que é designado de forma ampla, para que se interprete o que é dito no núcleo. Nos provérbios em que a relação de circunstância foi detectada, tais como: (I), (III), (X) e (XI), notam-se características de condição e de causa. Entretanto, considerou-se a circunstância, por entender que, no contexto em que as orações se encontravam, o intuito era demonstrar a situação como um todo, permitindo que se compreendesse o que foi mencionado no núcleo do provérbio a partir do contexto do satélite.

Quanto às relações multinucleares, foi significativa a presença das de contraste. No capítulo 4, foi apontado que uma das características dos provérbios é a presença de rimas, de parônimos, antônimos, entre outros. Entende-se, então, que a escolha do léxico contribui também para que se defina se as porções textuais pertencem ao gênero provérbio e, também, auxiliam na seleção da relação retórica.

Nessa perspectiva, a presença de vocábulos em oposição pode colaborar para a ocorrência de uma relação de contraste, como é perceptível em: *Dou um boi para não entrar numa briga e uma boiada para não sair dela*, em que os pares opostos são *entrar e sair*. Feitas essas considerações, será apresentada, a seguir, a conclusão.

CONCLUSÃO

Quando se estudam coordenação e subordinação, percebe-se que, em gramáticas tradicionais, a definição das orações está associada a termos como dependência e independência. Além disso, muitas vezes, priorizam-se os conectivos que encabeçam as orações para definir as classificações, o que leva a análises que se prendem a aspectos sintáticos e/ou semânticos.

Como se pretendeu analisar as orações observando as relações implícitas que emergem das cláusulas que se articulam, tornou-se necessário procurar uma teoria que não se limitasse ao nível da frase. Assim, optou-se por uma perspectiva funcionalista a fim de determinar como seriam conceituadas as orações hipotáticas de realce, as quais se configuram como objeto de estudo deste trabalho, e, também, encontrar uma análise em que o fator contextual e discursivo fosse priorizado.

A hipotaxe de realce foi definida a partir dos estudos de Matthiessen e Thompson (1988), que permitiram que se inferisse que a hipotaxe se constitui com uma gramaticalização das relações retóricas. Nesse sentido, até mesmo entre as orações classificadas pela Gramática Tradicional como exemplos de coordenadas assindéticas poderiam emergir idéias de circunstância, o que possibilitaria uma classificação em hipotáticas de realce.

A escolha do gênero proverbial foi interessante, porque esse gênero se caracteriza por representar a experiência popular; então, por si só, já exige um contexto, o conhecimento de uma cultura para que seja compreendido. Quando se analisam os provérbios dentro de um contexto específico, que foram os textos retirados da *internet*, mais uma vez se percebe que um estudo das orações restrito à frase apresenta muitas lacunas.

Entende-se que a predominância das relações de conteúdo pode estar relacionada ao gênero estudado, já que os provérbios não se definem por estabelecer uma verdade absoluta, nem pretendem convencer o leitor a observar as partes do texto, que se articulam, como verdade; logo, o objetivo primeiro seria estabelecer apenas uma dada relação.

Destaca-se também que um estudo de orações não pode ser resumido ao aspecto lógico-semântico, é fundamental que sejam observados critérios pragmáticos. Nesse sentido, as orações – *Se você tem olho gordo, use colírio diet* –, atendo-se apenas ao eixo lógico-semântico de Halliday (1985/2004), seriam classificadas como de realce por estabelecerem uma condição. Todavia, ao fazer alusão aos aspectos pragmáticos, nota-se que é possível pensar em uma relação de solução e não se restringir a uma condição.

A significativa presença, nos provérbios analisados, da relação de circunstância está também relacionada ao gênero em questão, já que, retomando o que foi dito, o provérbio não se preocupa com a verdade dos fatos e, portanto, o objetivo, por vezes, não é citar uma condição ou uma causa de algo, mas simplesmente a situação que contribuiu para que determinado evento ocorresse.

Outra questão interessante é que os provérbios foram encontrados em textos diversos: *sites* religiosos, *blogs*, *sites* de esporte, etc. Ademais, até em textos de conteúdo mais técnicos e específicos como o Texto 10, que tratava de economia, especificamente de taxas de juros, deparou-se com o uso dos provérbios, o que demonstra que esse gênero não é apenas utilizado em textos mais informais.

Quanto ao estudo da RST, foram encontradas algumas dificuldades. Por mais que o quadro de relações apresentado não seja definitivo, e que novas relações possam ser descobertas, ele acaba por limitar as relações àquela lista fechada, e as condições apresentadas para distinguir uma relação da outra são, por vezes, insuficientes. Desse modo, no provérbio (XVII), em que emerge a relação retórica de concessão, é possível estabelecer duas paráfrases: 1) *Embora a paciência seja amarga, os frutos são doces* e 2) *Embora os frutos sejam doces, a paciência é amarga*. Então, como definir qual porção do texto representaria o satélite e qual representaria o núcleo? Se for considerada a primeira paráfrase como a mais adequada, deparar-se-á com designações para o núcleo e o satélite diferentes das que serão apresentadas para a segunda paráfrase. Deseja-se dizer, portanto, que as condições apresentadas para caracterizar as orações nem sempre permitem definir com precisão uma relação e representá-la de forma coerente no gráfico.

Apesar dessas questões, acredita-se que o estudo das relações retóricas contribui para que não se analisem as porções de texto simplesmente tendo em vista os conectivos que os encabeçam, o que permite que se valorizem os critérios pragmáticos e não se limite aos sintáticos e/ou semânticos.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. *Tradições Populares*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A, 1976.
- ANTONIO, J. D. *Estrutura retórica e articulação de orações em narrativas orais e em narrativas escritas do português*. 2004. 247f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara/ SP, 2004.
- ASKEHAVE, I; SWALES, J. M. Identificação do gênero e propósito comunicativo: uma proposta e uma possível solução. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (orgs.). *Gêneros e Sequências Textuais*. Recife: Edupe, 2009. p. 221-247.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 13. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- BECHARA, E. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BITTENCOURT, V. O. O provérbio é a voz do povo, e o povo, a voz de Deus: a voz da parêmia no diário de Helena Morley. *Revista Scripta*. Belo Horizonte, v. 8, n. 16. 2005, p.148-164.
- BUENO, F. S. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1968.
- BUONFIGLIO, M. Descubra se “olho gordo” pega. *Tribuna Região Astral*. Disponível em: <<http://tribunaregiao.com.br/astral/noticias.php?idNot=25334>> Acesso em: 26 ago. 2010.
- BRAGA, M. L. Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. *Scripta*. v. 5. n. 9. Belo Horizonte, 2001. p. 23-34.
- CAMARA JR., J. M. *Dicionário de lingüística e gramática*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CASARES, J. *Introducción a la lexicografía moderna*. Madrid: [s.n.], 1969.
- CATTLEY, K. Twitter da Lei Seca durante a chuva (Comentário). *Blog do Pudim*. Disponível em: <www.blogdopudim.com.br/?p=4463>. Acesso em: 10. abr. 2010.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 40. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- CHAFE, W. L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In:_____. (ed). *The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980.
- CUNHA, A. F. da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA. *et al. Manual de Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 157-174.

CUNHA, C; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

CUNHA, C. *Gramática do Português Contemporâneo*. 2. ed. Belo Horizonte: Bernardo Alvares S. A, 1971.

DIAS, M. L. V. S. *A articulação hipotática em construções proverbiais justapostas*. 2009. 122f. Dissertação (Letras Vernáculas). UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

DECAT, M. B. N. *Leite com manga morre!* : da hipotaxe adverbial no português em uso. 1993. 287 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua). LAEL, PUC, São Paulo, 1993.

DECAT, M. B. N. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, M. B. N; SARAIVA, M. E. F; BITTENCOURT, V. O; LIBERATO, Y. G. *Aspectos da Gramática do Português: Uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado de Letras, 2001, p. 103-166.

DECAT, M. B. N. Estrutura retórica e articulação de orações em gêneros textuais diversos: uma abordagem funcionalista. In: MARINHO, J. H. C.; SARAIVA, M. E. F. (org.). *Estudos da língua em uso: da gramática ao texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 231-262.

DU BOIS, J. W. Discourse and Grammar. In: TOMASELLO, M (ed.). *The psychology of language*. v. 2. New Jersey: Laurence Erlbaum, 2003.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

FRANÇA, J. L; VASCONCELLOS, A. C. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

FREI BETTO. Tempo de solidariedade, tempo de espiritualidade. *DHnet*. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/betto_fsm.html>. Acesso em: 5 abr. 2009.

GARCIA, M. O. *Comunicação em prosa moderna*. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 2000.

GOMES, F. Águas passadas movem moinhos. *Jornal das Caldas Online*. Disponível em: <<http://www.jornaldascaldas.com>> Acesso em: 10 out. 2009.

HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic*. London: Edward Arnold Publishers Ltd., 1978.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold Publishers Ltd., 1985.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Hodder Education, 2004.

HOLSEL, B. Como simplificar um texto científico. *Instituto de Matemática e Estatística*. Disponível em:< <http://www.ime.usp.br/~vwsetzer/jokes/simpl-texto.html>>. Acesso em: 8 set. 2010.

JOLLES, A. *Formas simples*. São Paulo: Cultrix, 1976.

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. Tematização e Rematização. In: KOCH, I. G. V. *Gramática do português culto falado no Brasil: Construção do texto falado*. v. 1. Editora Unicamp: São Paulo, 2006.

JÚNIOR, A. B; PASTOR, P. J; C. Ricardo. *O livro dos mil provérbios (1302)*. São Paulo. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/pub/textoecontexto.html>>. Acesso em: 9 jun. 2009.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LACERDA, P. B. G. *Sentenças proverbiais: um estudo sintático-semântico de bases enunciativas*. 2008. 93 f. Dissertação de Mestrado. FALE, UFMG, Belo Horizonte, 2008.

MANN, W. C; THOMPSON, S. A. *Relational proposition in discourse*. California: University of Southern California, 1983, 28 p. (ISI/RR-83-115).

MANN, W. C; *Discourse structures for text generation*. California: University of Southern California, 1984, 22 p. (ISI/RR-84-127).

MARCUSCHI, A. L. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: Dionísio, A. Paiva; MACHADO, A. R.; BEZZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros Textuais e Ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 20-36.

MARTINS, Pe. J. O bem não faz barulho e o barulho não faz bem. *Seminário Diocesano de Campo Limpo*. Disponível em: <<http://seminariodiocesanodecampolimpo.blogspot.com/2010/o-bem-nao-faz-barulho-e-barulho-nao.html>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

MATTHIESSEN, C; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and ‘subordination’. In: HAIMAN, J. ; THOMPSON, S.A. (eds.). *Clause combinig in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 275-329.

MENANDRO, P. R. M.; ROLKE, R.; BERTOLLO, M. *Concepções sobre relações amorosas/conjugais e sobre seus protagonistas: um estudo com provérbios*. *Psicol. Clin*, v.17, n. 2, p. 81-100, 2005.

MIMOSO, A. B. F. Provérbios uma fonte para a História da Educação. *Revista Lusófona de Educação*, v. 12, p. 155-163, 2008.

MORAES, A. L. F. *Um estudo do discurso publicitário: a construção dos ditos populares e dos provérbios pela mídia*. 2007. 155 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2007.

MOTA, L. *Adagiário brasileiro*. 2. ed. Fortaleza: BNB, 1991.

NEVES, M. H. M. *A articulação de orações: reflexões de base funcionalista*. In: CONGRESSO DA ABRALIN. Maceió: Mimeo, 1997.

NEVES, M. H. M.; ZAMPRONEO, Silvana. As construções concessivas. In: CASTILHO, A. T.(org.). *Gramática do Português Falado*. v. VII. Campinas: Ed. Unicamp, 1999, p. 545-591.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, M. H. M.; SOUZA, E. M. As construções condicionais. In: CASTILHO, A. T.(org.). *Gramática do português falado*. v. VII. Campinas: Ed. Unicamp, 1999, p. 497-544.

NEVES, M. H. M. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NEVES, M. H. M. *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2007.

NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA. Rio de Janeiro, 1958. Disponível em: <<http://people.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/NGB.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2009.

PARDO, T. A. S. *Métodos para análise discursiva automática*. 2005. 195 f. Tese. Universidade Federal de São Carlos, 2005.

PORTAL PADOM. *Por que nos casamos?* Disponível em: <<http://padom.com.br/por-que-nos-casamos>>. Acesso em: 1 mar. 2010.

PRESB. FABIO SCOFIELD. Quando o dinheiro fala a verdade se cala. *Discípulo da Verdade*. Disponível em: <<http://mrvidascrito.blogspot.com/2010/09/quando-o-dinheiro-fala-verdade-se-cala.html>>. Acesso em: 29 set. 2010.

RECLAME AQUI. *Quando o milagre é grande o santo desconfia*. Disponível em:< <http://www.reclameaqui.com.br/201042/globo-safer-brasil/quando-o-milagre-e-grande-o-santo-desconfia>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

RICARDO, L. Desce a saideira. *Diário do Nordeste*. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=436429>>. Acesso em: 5 abr. 2009.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*: Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1968.

RODRIGUES, V. V. Subordinação adverbial ou hipotaxe circunstancial. In: RODRIGUES, V. V. (org.). *A articulação de orações: pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

ROSA, P. Crédito à habitação: trocar o incerto pelo certo é a melhor solução? *Jornal de Negócios*. Disponível em: <www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=shownews.v2&id=416307> Acesso em: 4 abr. 2010.

RST. *Introdução à teoria da estrutura retórica*. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/intro.html>>. Acesso em: 1 mar, 2009.

RST. *Definições das relações*. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/intro.html>>. Acesso em: 1. mar, 2009.

SANTOS, E. C. M. *Gramaticalização da noção de conseqüência nos processos de combinação de cláusulas*. 2009. 165f. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

SOLANA. O amor é como a lua, quando não cresce, míngua. *Asolnoguinho*. Disponível em: < <http://asolnoguinho.blogspot.com/2008/01/o-amor-como-lua-quando-no-cresce-mngu.html>>. Acesso em: 1 mar. 2010.

SUA PESQUISA. COM. *Provérbios*. Disponível em: < www.suapesquisa.com/musicacultura/proverbios.htm>. Acesso em: 5. nov. 2009.

SOARES, L. A. M. S. O caso da penhora da boiada. *Autores. com. br*. Disponível em: <<http://www.autores.com.br/2010010428709/Literatura-Contos/Diversas/o-caso-da-penhora-da-boiada.html>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

TABOADA, M. Discourse Markers as Signals (or Not) of Rhetorical Relations. *Journal of Pragmatics*. Canada, 2006.

TRIO NORDESTINO. Amor não faz mal. *Vagalume*. Disponível: < <http://www.vagalume.com.br/trio-nordestino/amor-nao-faz-mal.html>>. Acesso em: 8 set. 2010.

VAN DIJK, T. A. *Texto e contexto: studi di semantica e pragmatica del discorso*. Tradução: Giusy Collura. Bologna: Società Editrice Il Mulino, 1980.

VILMABC. O bom não é ser importante, o importante é ser bom. *Flogão*. Disponível em: <<http://www.flogao.com.br/vilmabc>>. Acesso em: 1 mar. 2009.

WEITZEL, A. H. *Folclore lingüístico e literário*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

YAHOOESPOSTAS. *A paciência é amarga, mas os frutos são doces?* Disponível em: <<http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20090116025729AAam1fL>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

ZANGARI, S. L. O cavalo arriado passou! *Gazeta Esportiva*. Disponível: <<http://www.gazetaesportiva.net/nota/2010/08/06/648338.html>>. Acesso em: 8 set. 2010.

ANEXOS

Anexo 1

Por que nos casamos?

Portal Padom

Passados centenas de séculos, ainda recebemos bonitos e originais convites de casamento, alguns deles carregados de romantismo. O casamento não morreu; viva o casamento! — publicou no ano passado (11 de agosto) a quarta maior revista secular do mundo, a *Veja*, com tiragem de 1 milhão e 350 mil exemplares. No início deste ano, os jornais chamaram atenção para o 60º aniversário de casamento do compositor Dorival Caymi com a ex-cantora Stella Tostes. Há poucos dias, o jornalista Fritz Utzeri fez questão de visitar o bairro de Higienópolis, em São Paulo, onde residiu na década de 50, quando era garoto. Lembrou-se de um jovem casal recém-casado que viviam juntos aos beijos e afagos. Muita coisa mudou nesses 50 anos; nem a pensão onde vivia existe mais. Todavia, Fritz, de repente, viu um casal de velhos de mãos dadas saindo de carro de sua casa e reconheceu neles os dois jovens. Mais vantagem que Dorival Caymi e Stella Tostes fazem o professor aposentado de bioquímica da Universidade Federal de Viçosa, Walter Brune, e a odontóloga igualmente aposentada Gerda Brune. Há 12 anos, o casal comemorou suas bodas de ouro na Igreja da Paz (luterana), em São Paulo. Não obstante terem se perdido um do outro durante muitos meses, por ocasião da Segunda Grande Guerra. No segundo semestre de 1974, foram celebradas seis cerimônias nupciais na Igreja Presbiteriana de Viçosa. Com exceção de um casal que se separou e de outro, cujo esposo faleceu, todos estão casados até hoje. Afinal, por que continuamos a nos casar, a despeito de alguns pronunciamentos esdrúxulos que se lê nas revistas e se ouve na televisão, aqui e acolá, tanto de pessoas fúteis como de pessoas de formação acadêmica, ambas sem orientação religiosa e temor do Senhor?

Amor

Ainda nos casamos por causa do amor, que é o sentimento que predispõe duas pessoas de sexo oposto a se aproximarem e a permanecer juntas. Segundo o Dicionário técnico de psicologia, amor é aquele sentimento “cuja característica dominante é a afeição e cuja finalidade é a associação íntima de outra pessoa com a pessoa amante”. Evidentemente, esse amor está ligado de forma íntima à sexualidade humana, como ensina a psicanálise e como se pressupõe na própria Bíblia. Um provérbio francês diz que “o amor é o como sarampo, todos temos de passar por ele”. O amor é mais do que a mera amizade. Daí a frase de La Bruyère: “Quando o amor nos visita, a amizade se despede”. Embora fosse um casamento arranjado, a Bíblia diz que Isaque amou a Rebeca (Gn 24.67). É conhecidíssima a história de que Jacó amou a Raquel com tal intensidade que trabalhou 14 anos para o sogro a fim de tê-la como

esposa (Gn 29.18 e 30). As Escrituras ainda registram o amor de Mical, filha de Saul, por Davi (1 Sm 18.20) e o de Elcana por Ana (1 Sm 1.5). A paixão é o amor elevado ao seu mais alto grau de intensidade, podendo sobrepor-se à lucidez e à razão. Não é o caminho mais indicado para o casamento, porque é imediatista e simplifica tudo. Na paixão, o sexo fica sozinho e impera à sua maneira, sem outras evidências de amor, como aconteceu com Amnom, que violentou a mulher pela qual se dizia enamorado e, depois, mandou-a embora.

Parceria

Ainda nos casamos por causa da parceria. Não fomos criados para permanecer sozinhos. São clássicas e reveladoras as conhecidas palavras de Deus a respeito da criação da mulher: “Não é bom que o homem viva sozinho. Vou fazer para ele alguém que o ajude como se fosse a sua outra metade” (Gn 2.18, BLH). O amor, e a sexualidade em seu bojo, não é a única razão do casamento, ainda que muito forte. A união das duas metades para formar uma só carne não se faz apenas por meio do sexo. Isso enfraqueceria o casamento e o tornaria vulnerável. O matrimônio é uma associação de idéias, de vontade, de propósitos, de alvos, de religião, de sacrifícios, de derrotas, de vitórias, de sangue e suor. Em torno da criação e educação dos filhos. Em torno da fé. Em torno da economia do lar. Em torno da saúde da família. Em torno do trabalho. Em torno do lazer. Em torno da felicidade coletiva. A associação é pequena a princípio, mas pode aumentar para três, para quatro, para cinco ou para mais pessoas (os pais e os filhos). A associação não significa igualdade de temperamentos, de aptidões, de energia e de gostos. Mas significa obrigatoriamente ideais comuns, buscados a dois. Essa parceria, preparada desde a eclosão do amor antes do casamento (namoro e noivado), uma vez preservada e abastecida, talvez dê mais força ao casamento do que o amor em si.

Santidade

Ainda nos casamos por causa da santidade pessoal. Tanto a sexualidade como a sede interior de Deus são características de nascença. Uma não precisa machucar a outra. Zacarias e Isabel “eram justos diante de Deus e irrepreensíveis em todos os preceitos e mandamentos do Senhor” (Lc 1.6). Mas isso nunca os impediu de ter relações sexuais, mesmo depois da velhice, quando Deus curou a esterilidade de Isabel para ela dar à luz a João Batista, o maior “entre os nascidos de mulher” (Lc 7.28). Além da razão dada pelos cientistas a favor de uma união monogâmica, heterossexual e estável — evitar as doenças sexualmente transmissíveis e o temível HIV —, os cristãos têm o compromisso de não prejudicar o seu relacionamento com Deus por meio de uma relação sexual promíscua. “Por causa da impureza”, ensina o apóstolo Paulo, “cada um tenha a sua própria esposa, e cada uma, o seu próprio marido” (1 Co 7.2).

Talvez Paulo tenha se inspirado naquele provérbio de Salomão: “Beba a água da tua própria cisterna e das correntes de teu poço” (Pv 5.15). Para ficarmos sob a proteção das normas e não sob o bombardeio dos ímpetos, nós nos obrigamos a homologar a lei de Deus, juntando-nos dentro de um acordo de exclusividade e fidelidade mútuas. Santidade é aquele estilo de vida que não fere os mandamentos e imita o Senhor: “Sede santos, porque Eu sou santo” (1 Pe 1.16). Em todas as áreas. Inclusive na área da sexualidade. É por isso que Paulo diz que os solteiros e os viúvos, tanto do sexo masculino como do sexo feminino, “caso não se dominem, que se casem, porque é melhor casar do que viver abrasado” (1 Co 7.8-9).

Anexo 2

Tempo de solidariedade, tempo de espiritualidade

Frei Betto

A matéria-prima da Bíblia é o tempo, argila da historicidade. Javé não é um deus qualquer. É o Deus de um determinado percurso no tempo: o Deus "de Abraão, Isaac e Jacó". Ao contrário de outros deuses, que em sua onipotência criariam de modo instantâneo (deuses-café solúvel), Javé cria a prazo, em sete dias. Essa dimensão de temporalidade no ato criador constitui a base da dimensão de historicidade do povo de Deus, cuja esperança reside Naquele em que todos os tempos se esgotam (*Kairós*).

Isso faz sentido se consideramos que o contrário do tempo não é a eternidade. É o amor. Quem ama já nada espera, senão amar. Ao irromper no tempo histórico como presença viva de Deus-Amor, Jesus nos convoca a nada mais esperar. "Esgotou-se o tempo" (Mc 1,15), como quem proclama: "Já não há o que aguardar. Resta amar". E "se o amor faz passar o tempo e o tempo faz passar o amor", como diz o provérbio italiano, nada mais irreconciliável com o tempo do que o amor. Bem o sabem os amantes, que gostariam de parar no infinito os ponteiros do relógio.

A ciência à procura do tempo

Para os físicos, esses novos filósofos da era quântica, o início do tempo permanece um mistério. Há cientistas convencidos de que todo o Universo teve início num mesmo ovo - o "átomo primordial" do padre Lemaître - a partir da evidência de que todos os átomos e fótons de qualquer planeta ou estrela se comportam do mesmo modo, e todos os quarks e elétrons existentes na Terra são idênticos, por exemplo, aos que existem no aglomerado galáctico da cabeleira de Berenice.

Há pesquisadores que vislumbram, do outro lado da barreira, a estrutura do espaço enfeixada num cone gravitacional que, como a coqueteleira de um *barman*, vira o tempo do futuro para o passado, implodindo-o em miríade instantes iguais à eternidade. "Um oceano infinito de energia que tem a aparência do nada", descreve o físico John Wheeler, de Princeton.

Mas é provável que ninguém jamais consiga transpor o limite do tempo - 10⁻⁴³ de segundo (um décimo milionésimo de trilionésimo de trilionésimo de segundo) após o Big Bang. O jardim de Planck. Pode-se rebobinar o filme da história do Universo até este limite, mas é impossível passar daí, porque a força de gravidade impede. Todo um milênio separa o limite de Planck do alvorecer do Universo - o instante da singularidade. Neste instante, nada havia, nem energia, matéria, espaço ou tempo. Situada

numa distância finita no passado, a singularidade, na qual a densidade da matéria era tão infinita quanto a compressão do espaço, marcava a explosiva etapa inicial, cuja velocidade de expansão era também infinita.

Portanto, espaço, tempo, matéria e energia teriam tido origem no Big Bang - o ponto de partida absoluto. Indagar o que houve *antes* é absurdo, pois a própria pergunta implica algo que não existia: o tempo. Diante desta questão, respondia Santo Agostinho: “Deus preparava o Inferno para quem faz este tipo de pergunta”.

Tempo e Espaço – duas faces para a mesma moeda

Quanto mais distantes penetramos no espaço, mais profundamente sondamos o passado. Nessa dimensão, tempo e espaço significam a mesma coisa. Quando a lente do telescópio desnuda as galáxias do aglomerado de Coma, elas se exibem hoje, para nós, como eram há 700 milhões de anos - quando as primeiras águas-vivas começavam a se mexer no ventre oceânico - e não como são agora. Basta dividir a distância pela velocidade para se obter o tempo do percurso. Isso é insignificante, tratando-se de distâncias curtas. Mas quando se trata de quasares a 10 milhões de anos-luz, desvendamos como era o Universo há muitos e muitos milênios.

Todas as formas do Universo se reduzem a conceitos básicos - espaço e tempo, energia e matéria, e gravitação. Einstein, na teoria especial da relatividade, demonstrou a equivalência de matéria e energia e, na teoria geral da relatividade, a indivisibilidade do *continuum* espaço-tempo. A teoria do campo unificado, quando descoberta, culminará esse processo de conexões e convergências.

Einstein demonstrou que espaço e tempo são formas de intuição que não podem separar-se de nossa mente. O espaço não tem realidade objetiva a não ser como disposição dos objetos que percebemos nele. Do mesmo modo, o tempo existe enquanto sucessão de eventos mediante os quais o medimos. A teoria de Einstein acrescentou o tempo ao espaço tridimensional. Sabemos agora que o Universo é quadridimensional, no *continuum* espaço-tempo. Uma ferrovia é um *continuum* unidimensional de espaço, sobre o qual o maquinista do trem pode assinalar sua posição tendo uma estação como referência. A superfície do mar é um *continuum* bidimensional. As referências, pelas quais o comandante do navio fixa a sua posição, são a latitude e a longitude. O piloto guia o avião através de um *continuum* tridimensional, pois além de considerar latitude e longitude, deve observar também altura em relação ao solo.

Percebemos o espaço como o piloto de avião - um *continuum* de três dimensões. Porém, qualquer acontecimento físico que implica movimento não pode ser apreendido

apenas situando sua posição no espaço. É preciso indicar também como se modifica sua posição no tempo. Para a torre de controle, não basta informar que o avião se encontra em latitude x , longitude y e altitude z . É necessária também a coordenada tempo - a quarta dimensão.

Irmãos siameses, espaço e tempo são intimamente solidários. Não se pode separá-los, como costuma fazer a nossa imaginação. Essa separação é estritamente subjetiva. Todas as medições de tempo são, de fato, medições no espaço e, ao contrário, as medições de espaço dependem das medições de tempo. Segundos, minutos, horas, dias, semanas, meses, estações e anos são medidas da posição da Terra no espaço em relação ao Sol, à Lua e às estrelas. O meio-dia é apenas um ângulo do Sol. Respeitadas as diferenças de escala e de natureza, a interdependência entre espaço e tempo é tanto mais evidente quanto maior for a velocidade dos corpos, que é um espaço percorrido num determinado tempo. E uma das conseqüências disso é que quanto mais rápido se atravessa uma certa distância no espaço menos depressa se envelhece.

Tempo psicológico

Isso parece válido também para o tempo psicológico. Quanto mais a nossa mente se apega ao tempo, atolada no viscoso terreno da ansiedade ou retida à nostalgia, mais devagar atravessamos os dias que nos são dado viver e mais depressa envelhecemos. Aqueles que vivem aqui-e-agora, sem pressa do que virá e nem vontade de retornar ao que passou, permanecem joviais e saudáveis, mesmo em idade avançada. No entanto, pressionados pelo ritmo da vida moderna, nossa cabeça viaja por mil idéias, lugares e fantasias, enquanto o nosso corpo permanece no mesmo lugar. À noite, comemos de olho na TV, escutando sem atenção a pessoa ao nosso lado e recordando a palavra áspera que, no trabalho, gravou uma dobra de ressentimento em nossa subjetividade. Não podemos "perder tempo". Competimos com parentes, colegas de profissão, amigos e, inclusive, com nós mesmos. Tamanha onipotência é o caminho mais curto para o infarto e outras enfermidades, precedidas pelo mau humor, o estresse, a infelicidade. Aqueles que conseguem viver o aqui-e-agora sabem ganhar tempo - de vida, de alegria, de dedicação aos detalhes do cotidiano e aos grandes projetos empreendidos.

O novo conceito de tempo

No século 20, a arte cinematográfica nos introduziu num novo conceito de tempo. Não mais o conceito linear, histórico, que perpassa a Bíblia e, também, as pinturas de Fra Angelico ou o *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes. No filme, predomina a simultaneidade. Suprimem-se as barreiras entre tempo e espaço. O tempo adquire caráter espacial e, o espaço,

caráter temporal. No filme, o olhar da câmara e do espectador passa, com toda a liberdade, do presente para o passado e, deste, para o futuro. Não há continuidade ininterrupta.

A TV, cujo advento ocorreu nos anos 40, leva isso ao seu paroxismo. Frente à simultaneidade de tempos distintos, a única âncora é o aqui-e-agora do (tele) espectador. Não há durabilidade nem direção irreversível. A linha de fundo da historicidade - na qual se apóiam o relato bíblico e a pregação cristã - dilui-se no coquetel de eventos onde todos os tempos se fundem. John Lennon aparece morto e, sobre o caixão, o clipe o exhibe vivo, interpretando seus êxitos musicais.

Assim, aos poucos, o horizonte histórico se apaga, como as luzes de um palco após o espetáculo. Sob o neoliberalismo, a utopia sai de cena, o que permite Fukuyama vaticinar: "A história acabou". Ao contrário do que adverte Coélet, no *Eclesiastes*, não há mais tempo para construir e tempo para destruir; tempo para amar e tempo para odiar; tempo para fazer a guerra e tempo para estabelecer a paz. O tempo é agora. E nele se sobrepõem construção e destruição, amor e ódio, guerra e paz.

A felicidade, que em si resulta de um projeto temporal, reduz-se então ao mero prazer instantâneo derivado, de preferência, da dilatação do ego (poder, riqueza, projeção pessoal etc.) e dos "toques" sensitivos (ótico, epidérmico, gustativo etc). A utopia é privatizada. Resume-se ao êxito pessoal. A vida já não se move por ideais nem se justifica pela nobreza das causas abraçadas. Entra-se na era da dessolidariedade. Basta ter acesso ao consumo que propicia excelente conforto: o apartamento de luxo, a casa na praia ou na montanha, o carro novo, o kit eletrônico de comunicações (telefone celular, computador etc), as viagens de lazer. Uma ilha de prosperidade e paz imune às tribulações circundantes de um mundo movido à violência. O Céu na Terra - prometem a publicidade, o turismo, o novo equipamento eletrônico, o banco, o cartão de crédito, etc.

Nem a fé escapa à subtração da temporalidade. O Reino de Deus deixa de situar-se "lá na frente" para ser esperado "lá em cima". Mero consolo subjetivo, a fé reduz-se à esperança de salvação individual. É o passaporte que credencia o fiel a ingressar no Céu, livre das agruras desse tempo de vida.

Graças, pois, ao cinema e à TV, agora o tempo está confinado ao caráter subjetivo. Experimentá-lo é ter uma consciência tópica do presente. Se na Idade Média o sobrenatural banhava a atmosfera que se respirava e, no Iluminismo, era a esperança de futuro que justificava a fé no progresso, agora o que importa é o presente imediato. Busca-se, avidamente, a eternização do presente. Michael Jackson é eternamente jovem e multidões

malham o corpo como quem sorve o elixir da juventude. Morreremos todos saudáveis e esbeltos...

Pulverizam-se os projetos, mesmo porque, na cabeça de muitos, o tempo é cíclico e no mesmo rio corre sempre a mesma água. Outrora, havia namoro, noivado e casamento. Agora, fica-se. Após anos de casado, pode-se voltar ao tempo de namoro e, de novo, ao de casado.

A destemporalização da existência alia-se à desculpabilização da consciência. Uma mesma pessoa vive diferentes experiências sem se perguntar por princípios morais ou religiosos, políticos ou ideológicos. Não há pastores e bispos corruptos e utopias que resultaram em opressão? A TV não mostra o honesto ontem, vigarista hoje e o bandido fazendo gestos humanitários? Onde reside a fronteira entre o bem e o mal, o certo e o errado, o passado e o futuro? "Tudo que é sólido se desmancha no ar" irrespirável desse fim de século cuja temporalidade fragmenta-se em cortes e dissolvências, *close-ups* e *flash-backs*, muitas nostalgias e poucas utopias. Enquanto as Igrejas tentam chegar à modernidade, o mundo naufraga sob os ventos da pós-modernidade.

A mística da solidariedade

Há, contudo, algo de positivo nessa simultaneidade, nesse aqui-e-agora que nos impõem como negação do tempo. É a busca da interioridade. Do tempo místico como tempo absoluto. Tempo síntese/supressão de todos os tempos. *Kairós*. Eis que irrompe a eternidade – eterneternidade. Pura fruição. Onde a vida é terna.

Nas artes, a música e a poesia se aproximam, de modo exemplar, dessa simultaneidade que volatiliza o tempo, imprimindo-lhe caráter atemporal. Na música, nossos ouvidos captam apenas a articulação de umas poucas notas. No entanto, perdura na emoção a lembrança de todas as notas que já soaram antes. Em si, a melodia é inatingível, assim como o poema, uma sucessão rítmica de sílabas e palavras sutis. O que existe é a ressonância da nota e da palavra em nossa subjetividade. Então, a sequência se instaura em nós. Não é o tempo fatiado em passado, presente e futuro. É o presente infindável. O tempo infinito. Como no amor, em que o cotidiano é apenas a marcação ordinária de uma inspiração extraordinária.

O tempo de Jesus é *Kairós*, presente, simultaneidade. É a plenificação de todos os tempos. É o tempo esgotado, capaz de englobar todas as dimensões da vida e da história. É essa percepção de que tudo que existe subsiste, pré-existe e coexiste, é que nos faz tomar consciência de que somos naturalmente solidários ao Universo, pois todo o nosso ser é formado pelos seus elementos. Cada um de nós tem 15 bilhões de anos! Nosso corpo é tecido de células, que são feitas de moléculas, que se compõem de átomos, que foram fabricados no

calor do Big Bang ou no único forno capaz de fundi-los e transmutá-los: o coração das estrelas. Somos todos feitos de matéria estelar. Somos o Universo que se olha com os nossos olhos. Daí a importância de que essa conaturalidade se estenda à solidariedade impelida por nossos gestos de compaixão e amor.

Resta, pois, decidir-nos, pois o eterno irrompeu na história. É a mística emergindo e encobrendo a árdua e trivial seqüência do cotidiano - então, o Senhor do tempo e da história transmuta-se, em nossos corações, em Espírito de Amor. E o tempo se faz, simultaneamente, princípio e fim, Alfa e Ômega

O fruto do amor é a vida. É por vivermos num sistema unipolar, o capitalismo globalizado, que nega a vida de milhões de pessoas para assegurar o requinte de uns poucos, é que somos convocados a fazer de nossas vidas alimentos para que outros tenham vida. A solidariedade nasce da gratuidade e, portanto, da espiritualidade. Podemos nos mover em direção aos outros movidos por ambições de poder, busca vaidosa de reconhecimento e outros impulsos egocêntricos. O desafio é como criar uma cultura da solidariedade capaz de nos impelir misticamente na direção dos outros, sobretudo dos excluídos, privados involuntária e injustamente dos bens essenciais à sobrevivência biológica e à dignidade humana.

As sementes dessa cultura da solidariedade já se encontram nas grandes tradições religiosas, nos valores comunitários dos povos indígenas tribalizados, na experiência dos místicos e no testemunho de revolucionários que, como Jesus, Gandhi e Che Guevara, deram suas vidas para que outros tivessem vida. E o caminho já existe, aberto pelos movimentos sociais, pelas ONGs, pelas cooperativas, por todo tipo de organização que congrega pessoas centrada em objetivos altruístas.

O desafio, agora, é como quebrar a distância que existe entre projetos sociais e dimensão subjetiva, causas coletivas e amorosidade pessoal, transformação social e valores éticos. Esta a instigante tarefa que temos pela frente: saber combater os vícios egocêntricos que moldam em nós o homem e a mulher velhos e, esvaziados de nós mesmos, plenos de amor, criar relações sociais e estruturas sociais solidárias e cuja emulação tenha a sua fonte em nossa própria subjetividade, lá onde habita Aquele que é mais íntimo a nós do que nós a nós mesmos, um Outro que não apreendemos e, no entanto, funda a nossa verdade identidade, a de seres vocacionados ao amor.

Anexo 3

Desce a saideira

Laécio Ricardo

Na edição final consagrada à cachaça, o leitor confere o fascínio da aguardente na cultura brasileira.

Presente no cotidiano brasileiro desde a colonização, a aguardente figura no cancionário e anedotário popular, inspirando trovadores e entusiastas da bebida. Literatos e músicos também renderam tributos à cachaça, escudeira fiel dos solitários e notívagos.

Exaltam-lhe a vivacidade, o sabor e o potencial inebriante, que alivia as dores da alma e anestesia os sentidos. Afinal, como proclama célebre frase estampada em caminhões: é bebida que pode mais do que Deus, “porque Deus dá o juízo e a cachaça o tira”. Tanta fidelidade e “poder de consolo” levou o gênio Carlos Drummond de Andrade a decretar, sem apologias: “é uma bebida de utilidade pública”.

O fascínio exercido pela aguardente inspirou pesquisadores como o folclorista Câmara Cascudo e o jornalista Eduardo Campos a investigar o “ethos alcóolico” do brasileiro - apaixonado pela “branquinha”. O primeiro nos legou o “Prelúdio da Cachaça”, compilação de causos e narrativas sobre a bebida. Campos, por sua vez, publicou, na extinta revista “O Cruzeiro”, um notável texto (“Folclore do Nordeste”) onde analisa a centralidade da cachaça na sociabilidade e costumes da região.

Como incensa Campos, é impossível desprezar uma bebida vendida a retalho em qualquer boteco. No sertão, diz ele, não se concebe manifestação de alegria, sem a presença da “danada”. Um trago é sinal de cordialidade e reverência. Trata-se de bebida democrática: seu preço baixo, lhe confere o status de “vinho do povo”. Campos lembra ainda que a “pinga” é sinônimo de virilidade, estampada na emancipação do filho, que, moço feito, passa a freqüentar a bodega sozinho, pedindo que lhe sirvam uma “dose”.

Não existe motivação única para abrir uma garrafa e celebrar. Bebe-se para esquentar o corpo, para apaziguar os males, para festejar ou homenagear alguém querido, para curar a dor da alma, para abrir o apetite ou para aliviar o cansaço após o expediente. Nos botecos, cada cliente tem seu rito próprio de consumo e sempre é possível ouvir curiosas histórias a respeito do vício. Tanta afinidade só poderia render um notável folclore associado à “malvada”.

Em versos

Na cantoria nordestina, é possível compilar dezenas de canções consagradas à aguardente. Os versos incensam o poder revigorante e a fidelidade da bebida - o tom jocoso é

constante e, das piadas dos violeiros, não escapam nem mesmo as autoridades, como atesta a estrofe: “Bebe o chefe de polícia/Particular ou escondido/O padre por mais sabido/Toma seu trago na missa/Eu também tive notícia/Ou por outra ouvi dizer/E tanto que posso crer/No dizer de certa gente,/Que bebendo o presidente/Não é defeito beber”.

E, claro, dos prazeres da cachaça não pode se esquivar o violeiro: “Hoje bebe todo mundo/Deputado e senador/Bebe o soldado, o sargento/O juiz, o promotor./Como é que pode deixar/De beber o cantador?” O apego à “jeribita” é inseparável até no outro mundo: “Quando eu morrer, minha gente/Quero que um favor me faça:/Botem dentro do caixão/Vinte litros de cachaça”. Para desespero das feministas, a mulher também entra na rima, em termos nem sempre elogiosos: “A cachaça é moça branca/Toda cheia de arrepucho/Ela dá comigo no chão/Eu dou com ela no bucho”.

A “danada” também inspira os autores de frases de paracheque de caminhão. Os versos, politicamente incorretos, primam pelo humor debochado. Exemplos desta criatividade não faltam: “Se pinga fosse fortificante, brasileiro era gigante”; “Mulher, cachaça e bolacha em toda parte se acha”; “Cachaça tira juízo, mas dá coragem”; “boa pinga não carece de propaganda”...

Em canções

Mas não se iluda o leitor achando que a paixão pela “pinga” cativa apenas os violeiros e poetas do sertão. A música brasileira também é pródiga em exemplos de canções que ressaltam a lubricidade/vivacidade da cachaça.

A referência mais conhecida é a marchinha carnavalesca “Cachaça”, composta em 1953 pelo trio Mirabeau Pinheiro, L. de Castro e H. Lobato, cujos versos iniciais alertam o consumidor desavisado: “Se você pensa que cachaça é água/Cachaça não é água não,/Cachaça vem do alambique,/E água vem do ribeirão”. Para no final celebrar: “Pode me faltar amor,/Disto até acho graça,/Só não quero que me falte,/A danada da cachaça”.

Antes disso, porém, Luiz Gonzaga, em seu “São João na Roça” (“A fogueira tá queimando, em homenagem a São João”, de 1952), já incensava a “branquinha”. O mestre Ary Barroso, em 1939, na letra de “Camisa Amarela”, se referia ao protagonista da canção, um folião bebum, como alguém que já virara “o quinto copo”.

O poeta Chico Buarque, por sua vez, menciona a aguardente em duas composições célebres: na erótica “Joana Francesa” (1973), evoca o cheiro da “cachaça e do suor”, e na irônica “Meu Caro Amigo” (1976), afirma que “sem cachaça, ninguém segura o rojão”.

Também a pimentinha Elis Regina soltou o gogó para dar glória à “danada” em um dos versos de “O Mestre-Sala dos Mares”, composição de João Bosco e Aldir Blanc. Mais recentemente, o cearense Fagner bradava, em “Lembrança de um Beijo”, canção de 1994, que “quando a saudade invade o coração da gente, não tem conversa nem cachaça que dê jeito, nem um amigo do peito que segure o chororô”.

Anexo 4

Descubra se “olho gordo” pega

Monica Buonfiglio

Olho gordo pega, sim, pois os olhos atingem todos os níveis de percepção da consciência. O olho gordo é uma reação violenta de um temperamento colérico externando a vontade de cobiçar, obter à força, desprezar, humilhar e jurar vingança. Este sentimento é real, e por isso, possível de ser atingido. Quem tem olho gordo usa forças profundas do seu ser que transcendem o conhecimento de quem o emite. Platão, filósofo grego que viveu aproximadamente em 400 a. C., escreveu que "a visão não é apenas o que os outros podem ver na sua função apenas física, ela é móvel e suscetível a uma percepção muito mais global".

Em alguns casos, a ação do mal lançado é rápida: ficamos doentes, brigamos com entes queridos, plantas secam, roupas são danificadas, carros sofrem batidas ou aparecem com manchas. A pessoa que lança o olho gordo condena-se a si mesmo, pois existe um prévio sinal, que irá antecipar seu destino voluntário, para ir ao próprio inferno mental (*inferi*, mundo inferior) desenvolvendo efeitos funestos para si mesmo desencadeando o que foi liberado as suas vítimas. Por isso, fatalmente ocorrerá em um futuro próximo o exílio, a loucura, a aflição e a agonia, pois é considerado uma "reprovação" de acordo com os ensinamentos de Deus.

Existe uma força superior com a qual você pode se proteger, pois todo e qualquer sentimento negativo é a inversão da bênção (palavra criadora de Deus que reconcilia a paz e a harmonia com o mundo físico e angelical). Para cortar essa má influência, o inocente perseguido deve ouvi-la sem expressar qualquer reação e mentalizar: "Proteja-me Deus". Rezar ao acordar e ao se deitar concede forte amparo espiritual. Jesus proferiu: "Para longe de mim, malditos! Fora! Todos os que comprazem a fazer o mal, fora!" (Mt: 25,41).

O que torna assustador é justamente a falta de limites da vingança lançada a um inocente. Ao fazer uma imprecisão contra alguém, torna-se amaldiçoado. Somente com o tempo, paciência e oração, extingui-se o que foi proferido. Quem recebeu o olho gordo, pode enviar um pensamento para o mesmo como: "eu perdô".

Dicas para evitar as energias negativas

São quatro dicas para evitar as energias negativas: o talismã angelical, o banho de água com sal, as letras cabalísticas de proteção de São Bento e a proteção do copo com água e sal atrás da porta.

Talismã angelical

Este talismã poderá ajudá-lo na sua proteção. Escreva em um pedaço de papel o versículo 11 do salmo 90 (91) considerado o mais poderoso da Bíblia: "Nada poderá me atingir. Em minha casa não haverá doenças nem desavenças. Pois o Senhor deu ordens aos anjos para que guarde Seu filho por onde quer que ele caminhe. Amém".

Dobre e coloque dentro de um saquinho de cor vermelha (esta cor protege contra a inveja e o mau-olhado). Para sua proteção, procure manter este talismã sempre junto de você, próximo ao seu corpo.

Se desejar, faça o talismã angelical para seus amigos e familiares.

Banho

Como um processo de purificação, o banho pode nos trazer muitos benefícios. O banho de água e sal é excelente para você expandir sua aura.

Primeiramente, tome o seu banho de costume, deixando ao lado um balde com água morna e sal. De cócoras, jogue a água do balde do pescoço para baixo com ambas as mãos. Não é necessário jogar na cabeça, pois nada de ruim permanece nesse ponto do nosso corpo. Na moleira localiza-se o chackra (ponto energético) do astral. Também não há necessidade de esfregar a água e o sal, já que o banho não atua no corpo físico, mas sim no corpo astral.

Basta simplesmente jogar a água com sal sobre o seu corpo, concentrando uma atenção toda especial em seu chackra solar, localizado no umbigo, por onde é absorvida maior quantidade de energia negativa.

Após jogar a água em seu corpo, permaneça mais um pouco de cócoras. Depois, abra a torneira do chuveiro e tome um segundo banho normalmente. Para se enxugar, dê batidinhas de leve com a toalha, e vista-se preferencialmente com roupas claras. Faça este ritual do banho de água e sal uma vez por mês.

Letras cabalísticas de proteção de São Bento

O mau-olhado é uma influência negativa e sua potência deriva do pensamento projetado consciente ou não, com intensidade. Para proteger-se, use as iniciais de proteção de São Bento (você pode escrevê-las em um papel e colocá-las no local desejado - pode ser na sua carteira, na bolsa ou em algum local da sua casa).

N.D.S.M.D

(que o dragão não seja o meu guia)

V.R.S.N.S.M.V

(afaste-se, Satanás, não me tente com coisas vãs)

S.M.Q.L.V.B

(nocivas são as coisas que me ofereces, beba tu mesmo os venenos)

Copo de água com sal atrás da porta de entrada da sua casa

O sal, combinação e neutralização de duas substâncias complementares, é formado de cristais cúbicos. Largamente utilizado pelos esotéricos, o sal é recomendado para a limpeza da casa. Para isso, coloque em um copo de vidro água e três pitadas de sal refinado. Coloque o copo atrás da porta de entrada da sua casa. Quando a casa está com a energia saturada, o sal é o único composto que a recompõe rapidamente. Troque a água semanalmente e evite usar copos plásticos.

Anexo 5

O caso da penhora da boiada

Luiz Antônio Matias Soares

Adia teu julgamento enquanto ouves ambas as partes
Schottus

I

Nós mineiros temos um ditado antigo, mas bastante conhecido e muito citado por brasileiros de todas as regiões: “dou um boi para não entrar numa briga e uma boiada para não sair dela”.

Antes de prosseguirmos na leitura do caso do boi e da boiada, vamos tentar desvendar de onde poderia ter-se originado esse ditado?

Com certeza será necessário que retornemos um bocado no tempo e no espaço: o desbravamento e a colonização da região das Minas Gerais tiveram início por volta do século XVI e foi levado a efeito principalmente pelos bandeirantes que partiam do povoado de São Paulo em busca de ouro e pedras preciosas.

Muito da nossa história e dos nossos costumes começam de fato a se formar e a se montar exatamente ali, como um quebra-cabeça. Em 1693 - por exemplo – foram descobertas importantes jazidas de ouro na serra de Sabarabuçu, próximo aos ribeirões do Carmo e do Tripuí. Essa e outras descobertas provocaram um intenso contingente migratório para a região.

Este crescimento populacional trouxe como consequência imediata o desenvolvimento do comércio: para atender às necessidades de toda aquela gente tornou-se essencial a presença dos comerciantes, principalmente daqueles que lidavam com produtos alimentícios derivados da agropecuária.

O gado teve então um papel preponderante tanto no que concerne ao desbravamento inicial da região quanto na posterior interiorização do processo de colonização do Brasil. Na medida em que os “tropeiros” iam adentrando pelo território brasileiro rumo às terras localizadas a oeste de Minas Gerais e àquela região do nosso território atualmente pertencente ao Estado de Goiás, expandiam igualmente a colonização portuguesa.

Diante de todos estes fatores, deu-se o enriquecimento de muitas famílias de mineradores e comerciantes. É possível então que uma das primeiras fontes na origem do referido ditado tenha sido exatamente o seio dessas famílias ricas, muitas delas proprietárias de grande quantidade de gado.

Outro importante fator reside no fato de que a exploração do ouro desencadeou muitas rivalidades e guerras entre as variadas populações da colônia. Temos como exemplo

maior a sempre citada Guerra dos Emboabas, confronto travado entre os são paulinos (os moradores de São Paulo) e os demais habitantes da região das minas (portugueses, etc.) pela exploração das jazidas de ouro. É possível então que tenha se tornado muito comum entre o povo dizer-se que se “dava um boi para não entrar numa briga, mas uma boiada para não sair dela”. E aqueles em verdade eram tempos de muitas e muitas “brigas”.

Vemos assim que muito da nossa cultura e dos nossos costumes – e entre eles certamente se encontram os ditados populares - descende diretamente do tempo passado, da história não muito distante da vida de homens e mulheres que nos antecederam no tempo e no espaço.

II

Entretanto, deixemos de lado o estudo da nossa cultura e nos refresquemos numa outra história bem mais recente, mas igualmente repleta de boizinhos e vaquinhas pastando solenes em nossos jardins.

Talvez possa parecer um tanto difícil acreditar nesse caso. No entanto, devo lembrá-los mais uma vez que cada um desses casos tem o seu fundamento na realidade. Todos eles aconteceram de fato nessa 3ª. Região do Tribunal Regional do Trabalho.

O que algumas vezes pode ter ocorrido ao contador da história ou ao presente narrador-escritor foi este ter enchido de carnes o esqueleto magro de algum enredo. Mas se isso ocorreu, não fez nada mais do que fazer valer aquele outro ditado que diz que quem conta um conto, aumenta um ponto.

III

Este caso aconteceu no Fórum de Belo Horizonte.

Um Oficial de Justiça recebeu um mandado expedido pela Secretaria de uma das Varas da Capital e se dirigiu até o local designado para o seu cumprimento. Determinava o Juízo que o oficial procedesse à penhora de cerca de vinte cabeças de gado, não se determinando ali acerca do sexo dos animais, ou seja, se deveria penhorar bois ou vacas.

Até aqui tudo bem, tudo muito correto. O estranho nessa história é que o endereço para o cumprimento do referido mandado era o de uma sofisticada residência numa das ruas mais movimentadas do bairro Anchieta.

Então - para não deixar de cumprir o que lhe havia sido determinado pelo Juízo - registra o senhor oficial de justiça as seguintes palavras na certidão anexa ao mandado:

“Certifico e dou fé que em cumprimento ao r. mandado, compareci ao endereço nele indicado. Chegando lá fui recebido pelo Sr. Fulano de Tal, proprietário da residência. Este franqueou-me imediatamente as portas de sua casa, permitindo que eu desse entrada e

observasse cada um dos cômodos ali existentes, inclusive no pequeno dormitório e no banheiro da secretaria daquele lar. Certifico que não encontrei naquela residência qualquer sinal de bois, vacas ou mesmo de bezerrinhos e que tudo ali se apresentava da forma mais asseada possível. Diante do exposto, inviável se torna neste local a penhora dos referidos bens. Devolvo o mandado à origem para considerações superiores. Belo Horizonte, 23 de setembro de..., Fulano de Tal, Oficial de Justiça”.

Apesar do presente caso não ser exatamente um daqueles “do tempo em que os bichos falavam”, não vejo outra forma mais correta de finalizá-lo do que com duas quadrinhas que ouvi de meu pai nos tempos de eu menino:

“Entrou no bico do pinto, saiu no bico do pato,
Quem escutou essa conta quatro;
Entrou no bico do pato, saiu do bico do pinto,
Quem escutou essa conta cinco.”